



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências
Escola Superior de Desenho Industrial

Felipe Grassine de Oliveira

Design abjeto: o *queer* eu tenho a ver com isso?

Rio de Janeiro

2023

Felipe Grassine de Oliveira

Design abjeto: o *queer* eu tenho a ver com isso?

Texto da Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Design.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Carvalho Cardoso

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Mace Altmayer

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/G

O48 Oliveira, Felipe Grassine de
Design abjeto: o queer eu tenho a ver com isso? / Felipe Grassine de Oliveira. – 2023.
113 f.: il.
Orientador: André Luiz Carvalho Cardoso.
Coorientador: Carlos Guilherme Mace Altmayer.
Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior em Desenho Industrial.
1. Desenho industrial - Teses. 2. Teoria Queer - Teses. 3. Gênero - Teses. I. Cardoso, André Luiz Carvalho. II. Altmayer, Carlos Guilherme Mace. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Escola Superior em Desenho Industrial. IV. Título.
CDU 7.05-055.3

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Felipe Grassine de Oliveira

Design abjeto: o *queer* eu tenho a ver com isso?

Defesa da dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Design

Aprovada em 20 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Luiz Carvalho Cardoso (Orientador)
Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI/UERJ

Prof. Dr. Carlos Guilherme Mace Altmayer (Coorientador)
Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI/UERJ

Prof.^a. Dra. Zoy Anastassakis
Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI/UERJ

Prof.^a. Dra. Adriana Pinto Fernandes de Azevedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os corpos dissidentes e desobedientes. Dedico a mim que sempre me agarrei na esperança de viver livre.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais, Rosane Bilé e Jairo Gomes, por todo amor, suporte e incentivo para alcançar meus sonhos e objetivos. Amo muito vocês!

Ao meu companheiro, Lucas Baptista, por estar sempre ao meu lado me impulsionando e mostrando o quanto sou capaz. Te amo, vidinha.

Aos meu orientador, André Luiz Carvalho, por acreditar no meu potencial, pelas orientações riquíssimas e pelo cuidado com meu trabalho.

Ao coorientador, Guilherme Altmayer, agradeço muito por todo carinho que teve nessa relação de coorientação. Você foi imprescindível para minhas reflexões e resultados.

À CAPES e à ESDI/UERJ, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus amigos de mestrado, Kauê Marcos, Jonathan Nunes, Giulia Del-Penho, Bruno Ribeiro, Mariana Alves, Letícia Torres e Yasmin Menezes pelos encontros, conversas, desabafos e por todo amor.

Agradeço também a mim, por ser valente, forte e por escolher falar de um tema tão sensível.

Favela sinistra
Na madrugada filho da puta assassino de trava
Se nós te ver nem tenta correr
Que seja no inferno nós acha você! Cuzão!
Ficou passada? Então
Aprende a fazer carão
Pois só lhes restarão ver nossa dominação! Vrau

Quebrada Queer - Pra quem duvidou

RESUMO

GRASSINE, Felipe. *Design abjeto: o queer que eu tenho a ver com isso?* 2023. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho de pesquisa tem a intenção de investigar práticas no campo de design que colaboram com o apagamento e abjeção de corpos dissidentes e desobedientes, trazendo como limite um recorte a pessoas trans, travestis e não binárias. Aqui venho desvelar como a cisheteronormatividade constituída por instituições de poder como o Estado, a Igreja, a Escola e a Família, que decidem quais corpos podem ocupar os espaços da sociedade, além de fortalecer a ideia de corpos ditos naturais, da binaridade de gênero entre homem e mulher, ditando também como esses corpos binários devem se relacionar sexualmente. A partir disto, percorrerei por situações em que o design reforça essas regras normatizadoras, a fim de queerizar essas práticas para que sejam desnaturalizadas, apresentando e apontando caminhos para utilizarmos essa ferramenta de forma a abarcar todos os corpos e suas performances como uma validade de existência. A pesquisa será abordada frente a três eixos estruturantes, relatos autobiográficos, abordagem do campo dos estudos de gênero e do campo de design.

Palavras-chave: Gênero. Teorias *Queer*. Práticas de design. Abjeto.

ABSTRACT

GRASSINE, Felipe. *Abject design: what queer do I have to do with it?* 2023. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This research work intends to investigate practices in the field of design that collaborate with the erasure and abjection of dissident and disobedient bodies, limiting a cut to trans, transvestites and non-binary people. Here I come to unveil how the cisheteronormativity constituted by institutions of power such as the State, the Church, the School and the Family, which decide which bodies can occupy the spaces of society, in addition to strengthening the idea of so-called natural bodies, of gender binarity between man and woman, also showing how these binary bodies should relate sexually. From this, I will go through situations where design reinforces these normative rules, in order to queerize these practices so that they are no longer seen as normal, presenting and pointing out ways to use this tool in order to encompass all bodies and their performances as a existence validity. The research will be approached from three structuring axes, autobiographical reports, approach to the field of gender studies and the field of design.

Keywords: Gender. Queer Theories. Design practices. Abject.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Um dos desenhos que mais gosto que fizeram de mim.	11
Figura 2: Ilustração sobre meu maior medo enquanto LGBTIAPN+	14
Figura 3: O levante contra pessoas trans	19
Figura 4: Festa de aniversário com tema LGBTIAPN+	22
Figura 5: A surra que eu e o casaco tomamos	24
Figura 6: Ilustração que usei para postagem no Instagram	28
Figura 7: Nós seremos resistência porque você foi luta!.....	37
Figura 8: Retratação da história e como me sentia com meu corpo	40
Figura 9: Recorte, p.18.....	44
Figura 10: Recorte, p.20.....	44
Figura 11: Recorte, p.22.....	45
Figura 12: Recorte, p.24.....	45
Figura 13: Recorte, p.27	45
Figura 14: Recorte, p.159.....	46
Figura 15: Recorte, p.156.....	46
Figura 16: Informações e ementas parte 1.....	48
Figura 17: Informações e ementas parte 2.....	49
Figura 18: Tempo de quando foram aprovadas até a o momento atual.....	109
Figura 19: Cronologia do uso da bibliografia mais antiga até a atual	109
Figura 20: Cronologia do uso da bibliografia complementar mais antiga até a atual	109
Figura 21: repetição de autores e bibliografias entre as ementas	110
Figura 22: Identificação dos autores, com localidade, raça, universidade e disciplinas.	50
Figura 23: Percentual PUC-RJ	111
Figura 24: Percentual ESDI/UERJ	111
Figura 25: Percentual UFRJ	112
Figura 26: Percentual UFF	113
Figura 27: Percentual Geral.....	51
Figura 28: Autores escolhidos.....	53
Figura 29: Capa Ergonomia Projeto e Produção	54
Figura 30: Capa Dimensionamento humano para espaços interiores.....	55
Figura 31: Capa Ergonomia Prática	56
Figura 32: ilustração de linha de trabalho, (Iida, 2005, p.11)	59
Figura 33: manejo de máquina, p.20	60
Figura 34: Trabalho e esforço, (Iida, 2005, p.821).....	60

Figura 35: Esquemático da cadeia de planejamento, p.28 (Iida, 2005, pg. 28).....	61
Figura 36: Diversidade corporal, p.104 (Iida, 2005)	61
Figura 37: Foco sobre gravidez, p.104 (Iida, 2005)	62
Figura 38: Alcance, p.130 (Iida, 2005)	62
Figura 39: trabalhos manuais, p.130 (Iida, 2005).....	63
Figura 40: teste ergonômico de automóveis, p.130 (Iida, 2005)	63
Figura 41: Uso do corpo com genitália, p.31 e 42 respectivamente (Panero e Zelnik, 2016).....	64
Figura 42: Área de estar, p.136 (Panero e Zelnik, 2016)	64
Figura 43: postura, p.104 (Panero e Zelnik, 2016).....	65
Figura 44: Servindo comida, p.146 (Panero e Zelnik, 2016)	65
Figura 45: área da cozinha, p.160 (Panero e Zelnik, 2016).....	66
Figura 46:pega e esforço, p.19 (Dul e Weerdmeester, 2012).....	66
Figura 47: Postura e relação do corpo com mesa e cadeira, p.33 (Dul e Weerdmeester, 2012)	67
Figura 48: Brigada de rua na infância.	69
Figura 49: Travesti da lambada e Deusa das águas.....	75
Figura 50: Adriano Bafônica e Luiz França de She-há	75
Figura 51: quadro de fotos minhas enquanto criança.....	76
Figura 52: Print google – busca por brinquedos de menina	79
Figura 53: Print google – busca por brinquedos de menino.....	79
Figura 54: fila de revista dividida por gênero	81
Figura 55: frustração com formulários.....	82
Figura 56: Ônibus.....	89
Figura 57: Braço com os arranhões, algumas carinhas sorrindo e um pouco de sangue.....	91
Figura 58: Ilustração sobre corpos dissidentes não poderem acessar lugares públicos.....	92
Figura 59: Painel com prints de notícias retirados do Google.....	95
Figura 60: Iconografia clássica para sinalização de banheiros públicos	99
Figura 61: Iconografia clássica para sinalização de banheiros públicos ressaltando cores e elementos binários	99
Figura 62: A demarcação de gênero em ícones. Fonte: DOBSON; DOBSON, 2017.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: GRASSINE	11
1. QUESTÕES DE GÊNERO	22
1.1 Cis + Hetero = Normatividade?	25
1.2 Corpo abjeto	32
1.3 Mas qual a relação de gênero e design?	35
2. HOMEM VITRUVIANO E SUAS MEDIDAS MACHO CENTRADAS	40
2.1 Uma olhadinha sobre as ementas de Ergonomia	47
2.1.1 Capas	53
2.1.2 Definições de ergonomia	57
2.1.3 Relações imagéticas sobre o corpo e gênero	59
3 NEM NASCI E JÁ TENHO PROBLEMAS	69
3.1 Menino veste azul e menina rosa?	72
3.2 Depois da infância é só ladeira abaixo	81
3.3 O olho que tudo vê	83
3.3.1 Às quartas usamos rosa?	85
4 PODE O SUBALTERNO OCUPAR O ESPAÇOS PÚBLICOS?	90
4.1 Banheiro para quem?	93
5. QUASE UMA CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXO A – Análise sobre cronologia das ementas e suas ligações	109
ANEXO B – Porcentagem detalhada de cada instituição sobre questões de localização, gênero e raça	111

INTRODUÇÃO: GRASSINE

Quero começar me apresentando para você que está lendo esse trabalho e entender quem sou, de onde falo e quais são minhas questões.



Figura 1: Um dos desenhos que mais gosto que fizeram de mim.
Autora: Israely Carvalho, 2016

Sou GRASSINE. Isso mesmo, tudo maiúsculo para mostrar a imensidão de quem hoje sei que sou. Sou uma pessoa trans não binária¹ — utilizo os pronomes ela/dela e elu/delu², às vezes, bem raramente, ele/dele —, gorda, tatuada, canceriana, sorridente, apaixonada em girassóis, emotiva e chorona, esses dois últimos itens são tudo culpa do meu signo do zodíaco. Formada em desenho industrial pela Universidade Federal do Rio de

¹ terminologia escolhida para referenciar pessoas travestis, transexuais e transgêneros (Alves, 2017)

² pronome utilizado com o objetivo de não especificar gênero e sim se referir a todas as pessoas, principalmente às não-binárias, aquelas que não se identificam com a binaridade.

Janeiro (UFRJ), filha de Rosane e Jairo, criada em uma dessas cidades, que não é centro mas também não é interior do Rio de Janeiro.

Não tive interferências religiosas pela minha família, mas muitos dos meus amigos de bairro eram da igreja evangélica que fica aqui na rua de casa, onde frequentei de 7 anos até uns 18 anos de idade, isso mais pelas amizades do que pela religião. A igreja na infância aparentemente foi um lugar ótimo, mesmo tendo hoje consciência do poder que essa instituição tem em relação ao cumprimento de normas, mas entrando na adolescência e na juventude fui me percebendo e entendendo que meu espaço ali estava restrito a regras que não queria mais seguir, tanto sobre minha relação com a sexualidade, gênero, corpo, quanto minha percepção do que era Deus. Então depois que saí da igreja decidi seguir o que eu queria e comecei a me abrir mais sobre minha sexualidade e desejos.

Mesmo já não pertencendo a essa instituição, parecia que sempre que eu saía para alguns lugares ditos proibidos pela igreja, ou fazia algo “pecaminoso”, sentia medo de descobrirem e ter que “sair do armário”³. A marca que a igreja me causou foi grande no sentido de que mesmo afastada, me sentia amarrada em suas doutrinas, fazendo com que eu me policiasse e ainda julgasse o outro. Era muito frequente eu pensar e falar coisas do tipo: “aí mas olha essa roupa”, “nossa essa gay tá querendo ser mulher” e “aí gente que vergonha desse casal (gay) se pegando em público”, mas com o tempo fui me policiando socialmente sobre essas questões, aprendendo e me desamarrando das cordas de marionete que as instituições de poder tinham me colocado.

Sobre minha “saída” do armário, meu chá de revelação aos 19 anos, revelou aos meus pais que eu era um homem cis⁴ gay afeminadíssima, surpresa nenhuma para eles, já que nasci *queer*⁵ (no sentido de corpo político contra as normas) e desde nova já estava subvertendo o patriarcado. MILITANTE SIM! Meu segundo chá de revelação aos 23 anos, revelou a não binaridade, mas acho que até hoje não entenderam muito bem o que é ser não binário, mas perceberam a fluidez que carrego em ser Grassine, que vai desde a mudanças na forma de vestir, na forma de performar e em negar o nome dado ao meu nascimento, mesmo que às vezes insistam em me chamar de Felipe, mas acho que é costume. Nesse meio

³ Gíria usada para designar que uma pessoa LGBTIAPN+ que não se “assumiu” perante a sociedade normativa.

⁴ terminologia escolhida para referenciar homens e mulheres que se identificam com as normas binárias biologizantes de gênero, ou seja, que nasceram com um órgão genital que é “compatível” com seu gênero.

⁵ *Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização. (Guacira, 2001)

tempo, tive alguns problemas psicológicos já tratados, alguns traumas, algumas tentativas de partir, algumas tatuagens, muito sexo pela troca de me sentir desejada e muita terapia também.

Minimamente apresentada. Agora quero compartilhar uma história minha com vocês, na verdade, esse trabalho estará recheado de histórias e algumas tímidas ilustrações autorais, mas quero começar com esse relato específico para demonstrar a importância e impacto desse trabalho na minha vida e do porquê escolhi falar deste assunto tão importante que é gênero a partir do campo do design. Vamos ao relato:

Não lembro o dia, nem a hora, mas lembro que foi no início do meu questionamento sobre a possibilidade de ser uma mulher trans/ travesti⁶, talvez pelo meio do ano de 2016. Lembro que para sair de casa e ir a festas, rolês e bares, eu levava uma bolsa onde colocava roupas que me faziam sentir confortáveis, mas que na sociedade não me caberia enquanto lido como homem. Mas era rotina, sabia que para sair de casa, numa cidade longe do centro do Rio de Janeiro, eu precisava me vestir conforme a música cisheteronormativa⁷ tocava. Não era só vergonha dos meus pais me verem com roupas “femininas” e não saber como agir, mas era medo de me acontecer uma terceira agressão física, as agressões verbais já não sabiam nem que casa de centenas estava essa contagem. Todas as vezes que apanhei foi por infringir uma masculinidade, por negar ser homem, por não obedecer às normas gestuais, verbais, corporais desse ser homem original.

E, por um tempo, essa foi minha rotina, de carregar na mochila a pele que melhor me cabia, de encontrar abrigo em casa de amigas que me recebiam para de fato poder me trajar da forma que me fazia mais realizada, que faziam meus olhos brilhar.

Aos poucos fui tomando gosto e coragem, trazendo essa performance mais aparente, me vestindo mais com essa pele, saindo de cabeça erguida com uma peça ou outra, me sentindo sexy, desejada e gostosa até que em fevereiro de 2017, tudo caiu.

Dandara foi brutalmente torturada e assassinada. ASSASSINADA!⁸

Lembro que quando saiu a reportagem sobre esse caso, eu chorei muito, meu coração se espremeu em medo e tive que tirar da mochila e guardar na última gaveta a pele que

⁶ Travesti, além de um termo político, é um gênero que performa “feminilidades”, se separando desse conceito de mulher.

⁷ O termo cisheteronormatividade caracteriza, um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana (Rosa, 2020)

⁸ Reportagem < <https://globoplay.globo.com/v/5700442/> >

melhor me vestia. Vendo toda minha aflição, minha mãe me falou algo que nem sei se algum dia esquecerei, ela disse:

— Meu filho, eu te amo muito, e sei que você não é igual a todos, mas meu maior medo é ligar a TV, abrir um jornal e descobrir que você morreu, apenas por ser o que é.

Em silêncio, com olhar perdido fiquei. Não sei vocês, mas eu não quero ser a “trans assassinada”, o “gay morto”, não quero ser alguém sem nome achado no valão. Desde então, decidi ser a cada dia 100% da minha melhor pele, decidi fazer do meu corpo um instrumento de luta, e é por isso que hoje estou aqui, viva, sendo uma pessoa trans trazendo questões de pessoas trans. Até hoje, escrevendo esse relato, meu estômago dá um nó e meus olhos se enchem de água. Dandara permanece viva no meu coração e na minha força para lutar.



Figura 2: Ilustração sobre meu maior medo enquanto LGBTIAPN+
 Autoria própria

Ao lembrar desse relato, me recorro as palavras de Jota Mombaça (2021, p.15), que escancara que nós, pessoas trans, travestis e não binárias estamos cercadas, “que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo”. O sistema operante da cisheteronorma administra a visibilidade e o reconhecimento público dos corpos tendo, como resultado, os corpos normais e os corpos abjetos, socialmente marginalizados, estigmatizados e tidos como ameaças à disciplina estabelecida pelo que é “natural” (ALTMAYER, 2020). Revisitar pontos da minha vida, unindo ao entendimento de temáticas que envolvem gênero foi e está sendo importante para me munir de poderes na construção da manutenção da minha vida e para entender como reverter e lidar com situações adversas que me põe por negar as regras normativas constituídas pela sociedade cisheteronormativa, branca, magra e sem deficiência.

Michel Foucault (2013) também dialoga com o relato e relaciono com que Jota Mombaça (2021) e Guilherme Altmayer (2020) falam, quando ele evidencia a ambiguidade em que corpos dissidentes e desobedientes são ao mesmo tempo visibilizados pela sua “anormalidade”, mas são postos em abjeção pela sociedade normatizadora também pela sua “anormalidade”. Ele diz:

Corpo absolutamente visível, em um sentido: sei muito bem o que é ser olhado por alguém da cabeça aos pés, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreso quando percebo isso, sei o que é estar nu; no entanto, este mesmo corpo que é tão visível, é afastado, captado por uma espécie de invisibilidade da qual jamais posso desvencilhar-lo. (FOUCAULT, 2013, p.10)

É evidente que a vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir nossas vivências, dado o sentimento de não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como masculino ou feminino. As tecnologias de gênero, um conjunto de dispositivos linguísticos, jurídicos, educativos, religiosos, dentre outros, que produzem o gênero (DE LAURETIS, 2019), e que nos cercam na contemporaneidade, fazem circular discursos que, ao mesmo tempo em que dificultam pessoas, trans, travestis e não binárias de se reconhecerem na sociedade, possibilitam a performance de formas transgressoras de experienciar suas performatividades.

Letícia Nascimento (2021) nos conta em seu livro *Transfeminismo*, da coleção *Feminismos Plurais*, seu sentimento de pertencimento e performance enquanto travesti, compreendendo que não só seu corpo, mas que corpos não se produzem de forma natural, mas que existe um processo cultural de produções de gênero e corpos.

Eu vivia num lugar que, para muitos, é um não lugar — mas era um mundo só meu. Não estava em nenhuma margem do rio. Eu pensava que só poderia existir uma margem para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo com essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas. (NASCIMENTO, 2021, p. 20)

Em sequência, Letícia (2021) atribui sobre essa dificuldade de se encontrar no mundo, a partir de que a sociedade ainda impõe um sujeito modelo. E, ao pensarmos e refletirmos sobre o termo de sujeito original, baseamo-nos na ideia de mito de origem, que ressalta a existência de um sujeito verdadeiro. O grande problema dos “mitos de origem” é que eles apresentam uma perspectiva única da história, transformam experiências singulares em universais. “Mas qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória?” (BUTLER, 2003, p.8)

Relacionando estes questionamentos ao campo de Design, interessa aqui desnaturalizar as práticas do campo, despi-lo de uma suposta neutralidade para perguntar: o design tem gênero? O design tem sexo? O design tem cor? Essas e diversas perguntas surgirão ao decorrer desta escrita, que trarão questionamentos e tensionamentos entre os campos de design e gênero, a fim de desvelar e entendermos o quanto o campo está atravessado pelas estruturas patriarcais.

Pois bem, como visto nesse pequeno diálogo entre relatos e questionamentos, o meu trabalho de pesquisa se dedica a tratar de abordagens de gênero, sexualidade, performance e corporeidade que modulam a partir do campo de design, corpos dissidentes, desobedientes e abjetos dentro das normas cisheteronormativas. O farei trazendo aqui minha fala como um desses corpos, e por isso, utilizarei bastante da narrativa em primeira pessoa para contar e relatar sobre o que esse trabalho propõe, mas com o apoio de diversas falas de autoras e autores que me ajudarão na construção dessa dissertação.

O caminho que me proponho para esta escrita passa por uma breve introdução aos estudos *queer* e de gênero, com suas propostas e práticas contra normativas, e o papel de fazer design em suas constituições. *Queer* em inglês significa “estranho”, “esquisito”, por isso é utilizado como xingamento nos países de língua inglesa direcionado a pessoas com sexualidade e/ou expressão de gênero desviantes da norma. Como forma de subverter essa violência, pessoas LGBTIAPN+ têm usado a expressão para se afirmarem enquanto desviantes e valorizar essa fuga da norma, logo, entendendo que *queer* não é uma identidade

de gênero ou sexualidade, não utilizarei a letra “Q” da sigla, para de fato tratar *queer* como um movimento. Ou seja, existem dois motivos principais: [1] manter a coerência entre o entendimento do conceito *queer* que trago na escrita deste texto, e [2] um pensamento consonante com grandes movimentos da atualidade como ANTRA – Associação Nacional de Travestis⁹ e Transexuais e, IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades¹⁰, que atuam em frentes políticas afim de uma manutenção e cuidado de corpos dissidentes e que também não utilizam o “Q” por caracterizarem *queer* como um ato e movimento político.

No Brasil, a expressão chegou por meio de estudos feministas e passou a ser também utilizada como um conceito “guarda-chuva” (que abarca outras identidades) para se referir às pessoas que escapam da cisheteronorma. Cabe ressaltar que *queer* não será empregado aqui como um termo guarda-chuva que cobriria diferentes identidades sexuais e de gênero, nem como mais uma dessas formas identitárias, mas antes como uma maneira de questionar e de subverter os dispositivos produtores de subjetividades normatizadas e portanto também a própria noção essencialista de identidade. A partir de uma relação da teoria *queer* com a prática de design, pego emprestado o termo “*queerizar* o design” adotado por Denise Portinari (2017), onde

Queerizar o design seria portanto sensibilizar o campo para os aspectos e os efeitos políticos, éticos, estéticos e subjetivos do design na contemporaneidade, abordando-o enquanto processo social de configuração do sensível compartilhado, do espaço comum. *Queerizar* é ainda problematizar e transviar a participação do design na (re)produção e materialização das estratégias da normatividade, através da análise crítica de sua inserção nesses processos, agenciando-o para a produção de perspectivas e práticas contra-normativas e a potencialização de novas possibilidades de existência. (PORTINARI, 2017 p.3)

Cabe ressaltar que neste trabalho, assim como Denise (2017) propõe em seu artigo, a ideia de *queerizar* o design é desvelar e cutucar práticas atuais, problematizando-as e abrindo brechas para repensarmos estas práticas que estão pautadas dentro da cisheteronormatividade. É repensar e contaminar métodos e o projetar a partir de uma nova perspectiva, além de introduzir na pesquisa acadêmica novas possibilidades de pensamento e de ação.

Outro conceito chave que perpassa este trabalho é o binarismo. Vivemos numa sociedade binária, onde dividimos categorias que se afirmam e se negam ao mesmo tempo. Homens e mulheres, positivo e negativo, luz ou sombra. Para ser um, negasse ser o outro, e vice-versa. Essas divisões ajudam a criar normas e padrões sociais, por exemplo, o que se

⁹ <https://antrabrasil.org/>

¹⁰ <https://www.instagram.com/ibratnacional/>

deve ser enquanto mulher ou homem. O binarismo de gênero, quando quebrado, causa grande confusão e é considerado um grande desvio social. Paul B. Preciado (2017) escreve o chamado Manifesto Contrassexual em protesto a estas normas impostas sobre certos corpos,

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é. Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. (PRECIADO, 2017. p.21)

Vale aqui ressaltar, como uma das principais justificativas para esta pesquisa, o aumento expressivo de assassinato de pessoas trans e travestis de forma desproporcional no Brasil nos últimos anos (ANTRA, 2022). Temos assistido a um levante contrário às discussões sobre linguagem inclusiva de gênero para pessoas não binárias, projetos de Lei antitrans e o discurso que incluiu o ódio religioso contra direitos LGBTIAPN+ tem ganhado mais espaço, trazendo impactos significativos no dia a dia, colocando os corpos de pessoas trans em risco, aumentando a possibilidade de serem violentadas fisicamente.



Figura 3: O levante contra pessoas trans
Autoria própria

Já nos primeiros dias do ano de 2022, a comunidade foi surpreendida com um caso de assassinato violento, contendo requintes de crueldade e uso excessivo de força contra a uma jovem trans de 13 anos de idade¹¹. A sensação, enquanto corpo trans, é de insegurança em todo espaço. Parte de uma estrutura cis-centrada que sequer está preparada e disposta para lidar e acolher nossos corpos e como resultado, somos obrigadas a assistir e temer a agressão, a violência e a morte, todos os dias de nossas mortes em vida.

A partir desse cenário posto na atualidade, fica cada vez mais difícil garantir uma expectativa de vida para além dos 35 anos (ANTRA, 2021). Refletir sobre o pensamento binário que nos foi imposto através de um sistema que opera predominantemente pela cisheteronormatividade, demanda debates, respostas e a criação de novos questionamentos - por isso o objeto desta pesquisa é levantar algumas práticas/produções de design que reforcem o binarismo e que coloquem corpos dissidentes, mas especificamente, pessoas trans, travestis e não binárias num lugar de abjeção. Para tal, mostrar a relação de design e gênero, dando a ver situações em que em se fazer design colabora para a anulação de corpos dissidentes, reforçando a binaridade e masculinidade como padrões a serem seguidos, mostrando como esses corpos negados sofrem com essas relações e para além, encontrar formas de subversão do design, nesse lugar como ferramenta, para pensar nesses outros que estão em posição de abjeção.

Como metodologia, a dissertação contará com trechos narrativos, que tratam de um estudo de histórias vividas e contadas, “pois uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos próprios pesquisadores” (CLANDININ e CONNELLY, 2011, p.18), mais especificamente usando textos autobiográficos, histórias de vida, algumas ilustrações e fotografias. O livro “E se eu fosse puta” da autora Amara Moira (2016), foi usado como referência para pensar em uma estrutura narrativa. Em seu livro, Amara relata suas experiências em ser uma travesti e prostituta, contando casos curtos de experiências com o trabalho sexual na rua, além de trazer questões sobre sua travestilidade. Somando aos textos narrativos, serão utilizados autores

¹¹ Reportagem < <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml/> >

como Judith Butler, Paul B. Preciado, Leticia Nascimento, Denise Portinari, Foucault, Guacira Lopes, Jota Mombaça, entre outras que estão dentro das temáticas abordadas, a fim de trazer sustento e embasamento teórico para as reflexões propostas.

Com isso, separei minha dissertação em 4 momentos. Mas antes quero deixar acordado aqui que minha escrita em cada momento terá 3 pilares que nortearão cada capítulo: relato pessoal, questões de gênero e questões de design. No primeiro momento entendo que é fundamental conceituar e entender por que estudar gênero tem relevância para a pesquisa e principalmente para o design. Será no primeiro capítulo que levantarei abordagens sobre questões de gênero, sobre os conceitos e teóricas que me apoiarei para entender tais questões, entender que existe uma tecnologia do gênero e como nós utilizamos essa ferramenta. Aqui também explicarei termos que envolvem a temática de gênero e que utilizarei para deflagrar questões em próximos capítulos.

No segundo momento, com título: Homem vitruviano e suas medidas macho centradas, aqui nos deparamos com algo que não nos surpreende, mas assusta. Aqui será exposto sobre o que historicamente foi construído sobre o ser ideal, vulgo homem, numa perspectiva a entender como as representações na sociedade ocidental, estão centralizadas na masculinidade. Aportaremos escritos sobre ergonomia, onde serão observados como o homem é o corpo a ser seguido e onde imaginam as mulheres performando sua linda fragilidade e feminilidade. Além de reforçar a abjeção de corpos trans, travestis e não binários em projetos de design, já que na literatura ergonômica estamos presos no binário, homem e mulher. O capítulo conterà uma análise com as ementas das graduações de design do estado do Rio de Janeiro (UERJ/ESDI, UFRJ, PUC-RJ e UFF), a fim de entender como nosso sistema de formação contribui para pensarmos e fazermos design sem um pensamento crítico.

No terceiro momento, com o título: "Nem nasci e já tenho problemas", será evidenciado como desde pequenos estamos impostos a uma matriz que decide a partir da frase, "é menino ou menina?" como iremos nos comportar, agir, vestir, gesticular e, ao crescer. Entretanto, ao não nos entendermos com essa binaridade, menino/menina, homem/mulher, masculino/feminino, azul/rosa, passamos por situações que para a cisgeneridade parece simples de resolver, mas para pessoas trans, travestis e não binárias, não é nada simples, como é o exemplo de um mero formulário que questiona nosso gênero tendo apenas como opções disponíveis masculino e feminino, ou então entrar numa fila que diferencie gênero, em uma seção de roupa de uma loja, ou mesmo entrar no banheiro. Ou ainda, como não nos identificamos com nossos documentos de registro, e como a frase rosa é para meninas e azul

para meninos está presente em diversos momentos.

No quarto momento, com título: "Pode o subalterno utilizar espaços públicos?", o objetivo deste capítulo é evidenciar como um simples ato rotineiro de ir ao banheiro é tão complicado para pessoas trans, travestis e não binárias. Como o banheiro passa a ser uma régua regulatória para medir sua passabilidade enquanto mulher e homem, e definir se seu corpo está adequado a acessar certos espaços. A iconografia do banheiro será o foco, pois as placas de identificação são as primeiras medidas a interromperem a ida ao banheiro, além de entender as marcações de cores, adereços, linguagens escritas e visuais que impõe a cisheteronormatividade em nossas goelas.

1. QUESTÕES DE GÊNERO

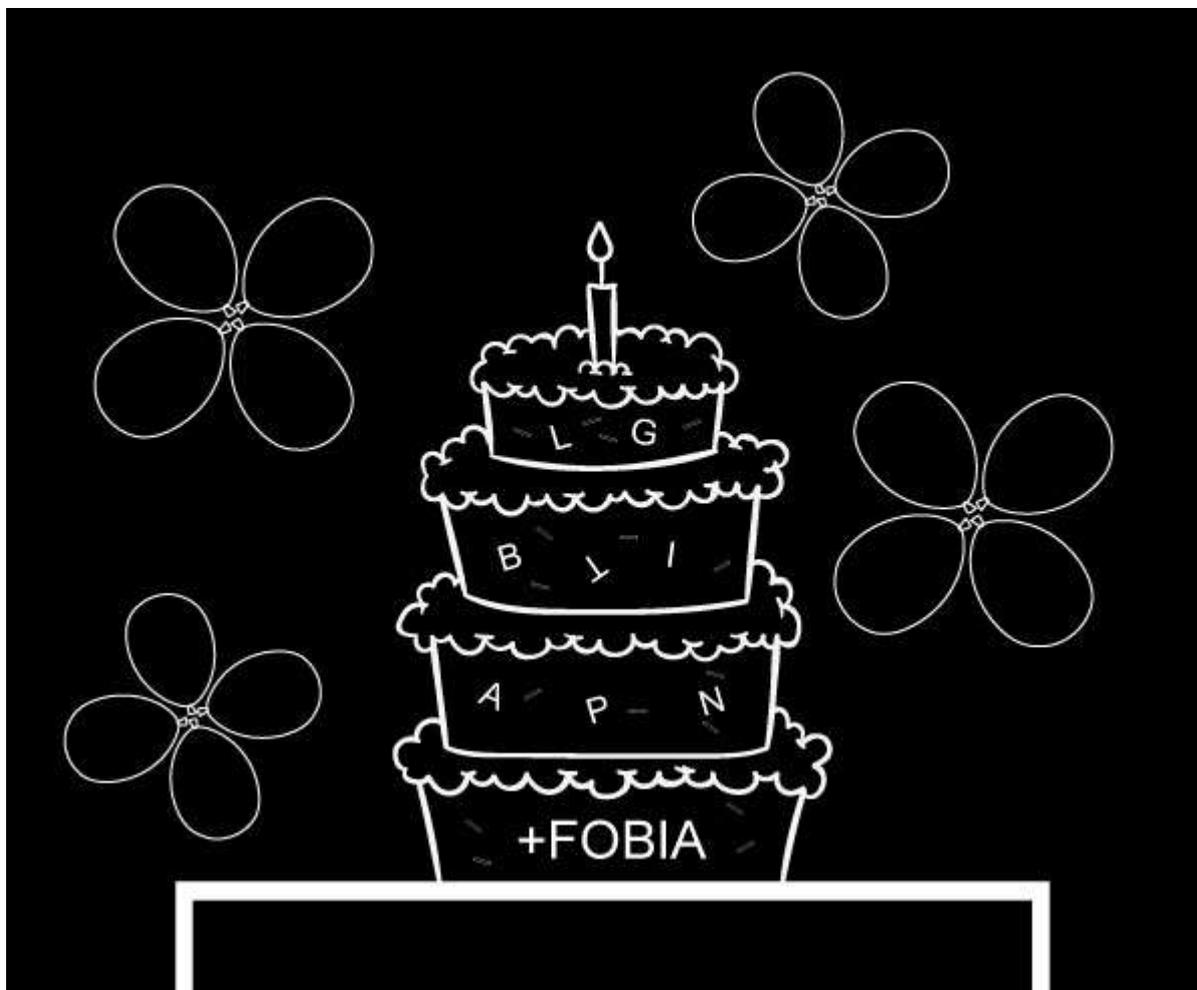


Figura 4: Festa de aniversário com tema LGBTIAPN+
Autoria própria

Era 03 de julho de 2015, sexta-feira, dia do meu aniversário. Quem me conhece sabe que AMO fazer aniversário, acho que é culpa do leão em vênus, sei lá, mas o importante é que era meu aniversário. Saí do curso de desenho em que dava aula quase de noite, cansadíssima, já que às sextas eu acordava mega cedo para ir ao campus Fundão UFRJ. Na hora do almoço corria para dar aula e saía de lá umas 18:30h.

Nesse dia recebi tantas festas surpresas, tantos abraços, tanto carinho que minha bochecha chegava a ficar dolorida de tanto rir de alegria. Chegando em casa descobri que teria mais uma festa para mim. Que felicidade! Estavam alguns amigos do bairro, parentes, irmãos

e meus pais, melhor momento para fechar esse dia com chave de ouro. Minha mãe então pediu que eu fosse comprar duas garrafas de refrigerante, e lá fui eu, sem saber o que me esperava.

Aqui onde moro, por ser um bairro pequeno, as ruas não contam com uma boa iluminação, não é nada movimentado, muito menos às oito da noite, mas tinham alguns comércios que ficavam abertos vendendo bebidas, tipo um barzinho. Lá fui eu o mais veloz possível para aproveitar mais essa comemoração, mas o que eu não esperava é que esse dia seria a primeira vez que eu iria apanhar, naquela época, por ser gay afeminado. Passei por uma encruzilhada que sempre é bem escura, porque tem muitas árvores, e lá estavam alguns moleques que vendo eu passar mexeram comigo, o de sempre, “viado”, “bichinha”, “mulherzinha” e por aí vai, mandei eles tomarem no cú e segui meu caminho ao barzinho. Comprei os dois refrigerantes e na volta estavam os meninos lá na mesma encruzilhada, mas dessa vez para me pegar na porrada. Chegando perto já escutava as risadas, e um deles falou:

- Você mandou a gente tomar onde?

Eu respondi bem afiada e com cabeça erguida falei:

- NO MEIO DO CÚ DE VOCÊS!

Nisso veio um e me empurrou, sem esperar por aquilo acabei caindo no chão, e recebi diversos chutes dos três, eu tentava levantar mas não dava, apenas comecei a proteger o rosto e a gritar, até que apareceu uma moça e conseguiu afastar eles. Ela me perguntou se estava tudo bem, em choque ainda, respondi que sim, peguei os dois refrigerantes que estavam jogados na calçada e fui direto para casa. Como contar aos meus pais o que tinha acabado de acontecer? Spoiler: eles nunca souberam.

Como tenho um quintal bem grande e todos estavam lá atrás na cozinha, limpei meu casaco, que diga de passagem, foi o responsável por encobrir todos os hematomas que estavam nas costas e barriga, abri a torneirinha que ficava logo na entrada do portão, lavei o rosto, os joelhos e as mãos, engoli o choro, entrei tão rápido em casa, deixei os refrigerantes e só falei que iria tomar banho para ir comemorar. Sentei no vaso e chorei. Tudo doía! Tomei banho, passei umas pomadas e tomei um remédio para dor, coloquei outro casaco e fui para minha festa. Foi uma luta parar de pensar no ocorrido, mas foi assim a primeira vez que apanhei por ser LGBTIAPN+. Me senti sendo atacada, amarrada e incapaz de fazer nada, enquanto achava que seria morta naquele dia. Muito obrigada moça que me ajudou!



Figura 5: A surra que eu e o casaco tomamos
Autoria própria

Refletindo sobre esse relato de agressão física e nas diversas situações verbais, sei que o ódio desses meninos não foi direcionado apenas por eu ter mandado eles tomarem no cu, até porque esse episódio de troca de farpas não era novidade, mas o que fez eles me baterem naquele dia e não nos outros? Acho que por estar escuro, ou vazio o lugar, mas sei com certeza que era por ser gay, sei que me bateram porque neguei diversos princípios da cisheteronormatividade, me bateram porque não gesticulava igual homem, não falava igual homem, não brincava com brincadeiras de homem. Na cabeça deles era incabível eu ter o privilégio de ter nascido homem, com pênis e estar negando a todo momento essa masculinidade.

Apanhei porque na cabeça deles e de muitos da sociedade ainda hoje vinculam a sexualidade e a performatividade ao gênero, logo se era lido socialmente como homem, tendo um pênis que “comprovaria” essa masculinidade, mas meu desejo era por outro homem, já constatavam que estava negando esse ser homem e que automaticamente queria “virar”

mulher, ou se não uso roupas ditas masculinas, não coço o saco, cuspo no chão e chamo a mulher da rua de gostosa, é porque não seria um homem de verdade. Mas o que dentro dessa binaridade é ser homem e mulher de verdade?

1.1 Cis + Hetero = Normatividade?

As ideias centrais que pretendo elaborar nesta parte da escrita são as seguintes: reflexões possíveis do conceito de cisheteronormatividade, a relevância para pensar sobre diversidades corporais e de identidades de gênero, uma proposição de que a cisgeneridade, enquanto perspectiva sobre corpos e identidades de gênero, se constitui como normatividade que organiza moralidades, famílias, Estado e um apontamento sobre a necessidade de desorganizar tal organização normativa, situando a cisheteronormatividades a partir de um entendimento das colonialidades que se estabelecem, interseccionalmente, através de violências institucionalizadas e não institucionalizadas, e buscando caminhos e respostas possíveis para o dismantelamento desta organização.

Nesse sentido, uma primeira definição para a cisgeneridade seria considerá-la a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao sexo atribuído no nascimento a elas. E aqui, talvez, seja importante uma ressalva sobre os propósitos deste conceito, que não se trata de almejar a criação de uma “identidade cispênera”, ao menos não no sentido de reproduzir o exercício de diagnóstico e imposição identitária que é colocado diante das comunidades e pessoas trans, travestis e não binárias. Trata-se, sim, de um esforço no sentido de encontrar formas de se referir às “normalidades corporais” e de identidades de gênero sem recorrer a terminologias que, de uma maneira ou outra, partem da naturalidade ou superioridade cispênera como, por exemplo, o uso de termos como “biológico” e “de verdade” para designar pessoas que não sejam trans e travestis.

Quanto menos a gente reforça nosso lugar de pertencimento, as pessoas acabam nos colocando num imaginário binário. E, foi aprendendo com a cisgeneridade, para nos colocar num lugar outro, que fomos nomeadas e divididas no termo trans. Com isso, é importante que também façamos a nomeação da cisgeneridade que vem como contraponto de desnaturalizar a mulher e o homem original, pois a cisgeneridade não se marca, ela não se reconhece

enquanto um gênero, porque ela seria natural.

Se nós, corpos trans, precisamos conferir qualquer tipo de explicação para justificar nossa existência, “não me parece justo que outros corpos possam gozar seus gêneros sem justificar-se” (NASCIMENTO, 2021, p.100). Amara Moira em seu artigo, Cis pelo Trans, complementa:

A nomeação daquilo que seria não trans, não nós, surge de uma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem a ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são ao falarem de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir. (MOIRA, 2017, p.367)

Sendo assim, a partir dessas nomeações, Viviane Vergueiro (2015), uma das primeiras trans feministas a conceituar a cisgeneridade, apoiada em Butler (2003) sobre a problematização da categorização de gênero e sexo, traz em sua dissertação traços da cisheteronormatividade relacionando a heteronormatividade, gerando assim a junção da cisheteronormatividade.

O primeiro traço que Viviane (2015) traz é a pré-discursividade, que é como pudéssemos definir masculino e feminino, como um critério estático, que é: tem pênis, logo é homem, e se tem vagina, logo é mulher. Como fosse uma conclusão, uma obviedade, como nem estivesse no âmbito da cultura, aquilo que o homem modifica, entendendo que definições de masculinidade e feminilidade são biológicas e como o sexo é biológico, a cultura não teria nada a ver. Mas aqui vai a primeira questão: será que não podemos modificar a biologia? Simone Beauvoir (1966) que usa o termo fêmea e diz que as mulheres não nascem mulheres, se tornam, deixa o questionamento, mulheres nascem fêmeas então? Porque o processo de fêmea pertence a biologia e não a cultura. Discurso muito utilizado ainda pelas feministas radicais - RADFEM¹².

Quando criamos a ideia de gênero a partir de questões biologizantes, a pessoa nasce fêmea, mas os comportamentos estão assinalados pela categoria de gênero, logo nasceu uma

¹² O grupo aborda atualmente a questão biológica como um fator determinante na construção da imagem do feminino. Elas defendem que não há subjetividade em ser mulher e que o preconceito surge a partir do gênero associado ao nascimento. O movimento afirma que suas ideias se baseiam na teoria clássica do feminismo radical, utilizando autoras como Robin Morgan, Julie Bindel, entre outras, como exemplo. A transfobia se tornou um dos sintomas do Radfem atual, que divulga por meio das redes sociais o pensamento de que pessoas trans não possuem uma identidade verdadeira.

fêmea e tornou-se uma mulher porque culturalmente ela assumiu comportamentos femininos. Com essas definições já definidas e enraizadas, temos muita dificuldade de entender que o sexo, ele também é cultural porque ele só existe a partir de produção de sentido, quando eu nomeio algo, eu estou produzindo aquilo que eu estou nomeando.

O outro traço (VERGUEIRO, 2015), é a binaridade, e aqui entram as questões heterossexuais, porque não basta só ser binário, eles são complementares, macho completa a fêmea, eles têm uma relação reprodutiva que determina relação dessas pessoas. Porque fomos ensinados pelas instituições de poderes, que vivemos para reprodução e complementação, que é a noção de família que temos construído pelo sistema cis hétero. Como aponta Julia Serano (2007):

A maioria de nós quer acreditar que o ato de distinguir entre mulheres e homens é uma tarefa passiva, que todas as pessoas pertencem naturalmente a uma de duas categorias mutuamente exclusivas - macho e fêmea - e que nós observamos estes estados naturais de maneira oportuna e objetiva. Distinguir entre homens e mulheres é um processo ativo, e nós fazemos compulsivamente. (SERANO, 2007, p 162-163)

Em relação a isso, um ponto importante é lembrar que não podemos presumir o gênero do outro, e entender o quanto isso é danoso, porque muitos dizem ser de forma natural e não proposital, mas não é. Eu como pessoa não binária, posso ser socialmente reconhecida como binária, mesmo isso não sendo a minha culpa, pois é culpa da sociedade que (RICH, 1980) dita normas para uma performatividade binarizada. Relato a seguir sobre uma história, que tem a ver sobre questões dessa imposição binária que aconteceu numa postagem no Instagram.

Menos de um mês atrás (início de maio de 2022) postei a figura 5 no meu feed do Instagram¹³ com uma reflexão sobre corpos, roupas e gênero. Assim que postei recebi uma notificação que meu conteúdo era muito pornográfico e que eu perderia parte do engajamento por conta disso. De birra, eu coloquei para esse post ter uma promoção paga, e eis que recebo a notícia que não seria possível pois eu estava infringindo normas corporais e de nudez. Apertei no saiba mais, e mostrava alguns exemplos de fotos que também tinham esse teor, que eram mulheres com seios desnudos, fotos que tinham relação com pedofilia e fotos com roupas íntimas. O algoritmo do Instagram além de sexista e defensor dos bons modos, não notou que o desenho que são meus peitos, originalmente são peitos de uma pessoa com pênis, uma pessoa que ainda tem um registo geral escrito masculino, e quando levei esse questionamento, minha publicação foi aceita e voltou a ter engajamento.

¹³ Link da postagem: < https://www.instagram.com/p/CcN_meSrMwF/ >

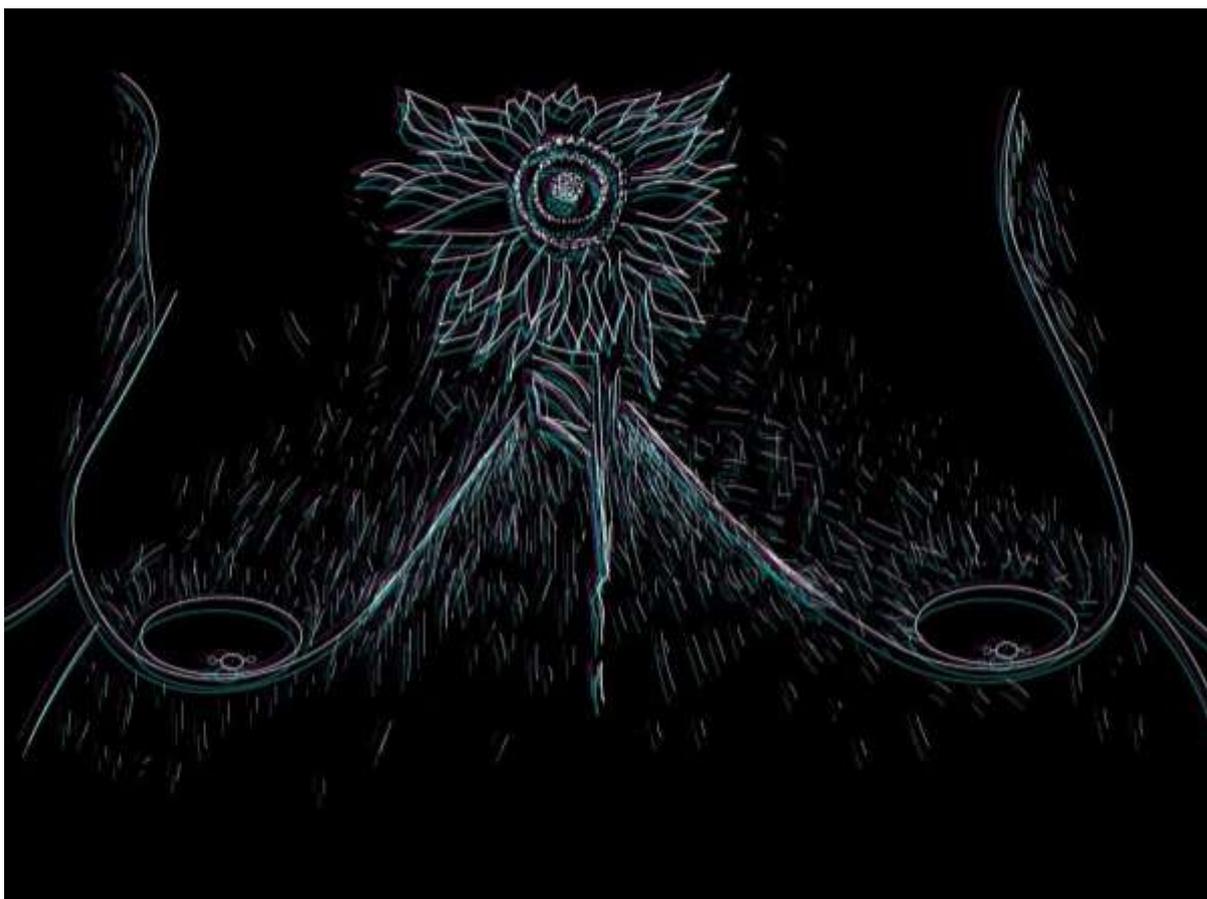


Figura 6: Ilustração que usei para postagem no Instagram
Autoria própria

Esse termômetro de feminilidade e masculinidade, ou de uma passabilidade (CAVALCANTI, 2016), é composta por essa compulsividade cisheteronormativa, que reforça que com tal cabelo fico mais feminina, ou se a roupa realçou minha mulheridade, ou até mesmo me questionando do porquê eu não tirar minha barba para ter uma aparência mais meiga. Ficamos presos num sexo/ gênero original e “natural”, as opressões e indagações de fugir de uma masculinidade dói na sociedade pois estamos cada vez mais negando o ser humano fundador, o homem. Já passamos pelo monoísmo sexual, o paradigma do sexo único, como em "Inventando o Sexo", Laqueur (2001, p. 16) diz, “[...] a vagina era vista como um pênis interno, os lábios como prepúcio, o útero como escroto e os ovários como testículo.” Mesmo assim, mulheres cis e pessoas trans são vistas como um desvio desse sexo único.

Butler (2003) evidência que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza, ele também é o meio discursivo e cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior a cultura, uma

superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. De um certo modo, gênero é sexo, mas sexo é diferente de gênero. A ideia é, que não conseguimos ainda nos desvencilhar da ideia que está demarcada pela palavra sexo, por isso, demarcamos uma diferença. Com isso, temos que entender que o que produz o sexo é o próprio dispositivo do gênero, porque sexo só existe numa relação de reciprocidade, então Butler (2003) vai entender que o sexo é o produto do gênero, ou seja, um tem relação de produção com o outro, mas não são a mesma coisa.

Sexo nomeia algo específico que historicamente temos nos referido enquanto natureza biológica, só que precisamos internalizar que essa natureza biológica é discursivamente construída, logo Butler (2003) diz que quando estávamos falando de sexo, também estávamos falando de gênero. Tivemos que chegar primeiro ao conceito de gênero para depois desconstruir a ideia de que sexo era algo separado de gênero. Em Problemas de Gênero, Butler (2003), vai discorrer sobre a tríade sexo-gênero-desejo que forma a ordem compulsória. Em síntese, o sexo seria a ideia primeira, a partir desenvolveria um gênero e esse gênero seria recíproco com um gênero oposto. “A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de macho e de fêmea” (BUTLER, 2003, p.39).

Muitos acreditam que nascemos com uma genitália, que será nomeada e definida pelo sexo, que automaticamente surgem comportamentos e que magicamente iremos nos apaixonar pelo sexo oposto, como fosse natural, mas não é. Somos educados desde crianças nessa estrutura de opressão, parece ser natural, mas apenas estamos reproduzindo normas antigas impostas. Para complementar, trago Monique Wittig (2002), que fala que os discursos da heterossexualidade nos oprimem no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles, ou seja, da cisheteronormatividade.

Sobre a questão de falar a língua deles, voltamos na questão sobre o mito de origem que mesmo na transvestigeneridade¹⁴, parece se tentar impor uma binaridade. Se é trans, tem que ser homem ou mulher, e com isso pessoas que estão nos espectros da não binaridade, pessoas trans masculinas, trans femininas ou trans neutres, que fogem da nomeação homem e mulher sofrem com as políticas públicas. Wittig (2002) tem uma fala que se relaciona sobre essas questões quando ela diz que lésbicas e sapatões são um gênero diferente de mulher e

¹⁴ Termo cunhado por Erika Hilton e Indianare Siqueira, para abarcar todas essas identidades, homens e mulheres trans, travestis, pessoas trans não binárias, pessoas que fogem do CISTema. Link da matéria: < <https://racismoambiental.net.br/2022/01/28/erika-hilton-e-a-resistencia-transvestigenero-no-poder/> >

cabe aqui lembrar que foram elas, as lésbicas e sapatões, que no início dos movimentos feministas, lembraram as mulheres cis brancas que mulheridade não era apenas elas e a partir disso, também se deu maior abertura para o transfeminismo adentrar nas pautas feministas.

O que é mulher? Pânico, alarme geral para uma defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois “mulher” tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres. (WITTIG, 2002, p.52-53)

É muito potente essa frase da Wittig (2002), porque entendemos que dentro de um regime de representações de políticas públicas, lésbicas são mulheres, temos investido na categoria mulher enquanto representatividade política, mas precisamos entender que essa é uma categoria que faz sentido num jogo cisheteronormativo, tanto categoria de mulher, quanto categoria de homem.

Por isso, é tão potente quando nos colocamos enquanto não binários, travestis, trans masculinos, porque rompemos o modo como o sistema quer nos nomear, logo, nós essencialmente nos afastamos e negamos querer utilizar essa nomenclatura, pois está fundamentada numa relação de poder cis hétero.

Fazendo um diálogo interseccional, trago o questionamento de Sojourner Truth, mulher negra, que em 1851 no seu discurso em Ohio, Estados Unidos, traz a seguinte pergunta: “E eu não sou mulher?” Essa pergunta desestabiliza a concepção homogênea universal de mulher. Aqui Sojourner, traz questões raciais e sobre o fato de mulheres negras viverem suas feminilidades de forma diferente das mulheres brancas. A interrogação pode ser trazida também para o campo de gênero, para desenvolver uma das discussões transfeministas (NASCIMENTO, 2021), que questionam as pessoas transvestigeneres, se são ou não mulheres/homens, dúvida produzida pelo não enquadramento das experiências dentro do CISTema¹⁵ colonial moderno de gênero.

Percebam que outras experiências de mulheridades e masculinidades, que não estão descritas dentro do mito original do que é ser mulher e homem, são questionadas sobre seu gênero. Wittig (2002) mostra que ninguém é mulher, fazendo um paralelo onde Butler (2003) diz que gênero é o ideal performativo, com finalidades exclusivamente violentas. Gênero é

¹⁵ Termo CISTema, vem da junção dos termos CISgeneridade e sisTEMA, fazendo referência em que os modos que vivemos estão pautados em sistemas políticos e sociais dentro de um patriarcado.

uma categoria de opressão. Letícia Nascimento (2021, p.96) colabora com essa discussão com a pergunta: "quando você se tornou mulher?" O espanto desse tipo de pergunta é que ninguém questiona isso para pessoas cisgêneras, pois se supõe que elas tenham construído seus gêneros de forma natural e não artificial. E, é por esse modo, que Koyama (2002) justifica que o uso do termo cisgênero busca expor o grupo dominante como uma possibilidade de fabricação de gênero, contrariando a ideia de que as pessoas cis são a norma. Precisamos entender os processos discursivos como criadores da nossa realidade social, como nos ensina Foucault (2012).

A categoria cisgeneridade e heterossexualidade, não reifica distinções sexuais de modo fixo, nem cria hierarquias entre identidades sexuais e de gênero, antes, é uma categoria analítica que se propõem analisar os modos pelas quais o dispositivo de gênero produz diferentes tipos de opressão.

A cisnormatividade estaria alinhada à heteronormatividade (COHEN, 1997) na medida em que se constitui pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgeneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis. Tais práticas organizam, entre outros fatores, moralidades, ideias de família e Estado, bem como as possibilidades políticas de pensarmos as diversidades corporais e de identidades de gênero.

Por último, o terceiro elemento de traço (VERGEIRO, 2015) nesta breve tentativa de definição da cisgeneridade é a premissa de que corpos "normais", "ideais", "congruentes" ou "padrão" apresentam uma certa coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de "sexo biológico", e que tal coerência se manifeste nas expressões e identificações vistas como "adequadas" para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa. É como se a normalidade viesse de parâmetros dentro da tríade sexo-gênero-desejo, trazido por Butler (2003).

Dessa forma, descentralizar a cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero deve, também, ser um processo que questione a premissa de permanência das identidades de gênero em suas relações e diálogos com suas formações corporais, uma premissa que, em se produzindo como normatividade, estabelece restrições e violações de direitos significativos às diversidades corporais e de identidades de gênero. Perceber o gênero como performativo (BUTLER, 2003) não somente abala a naturalização da ideia de permanência cisnormativa, como também situa nossas construções performativas em relação a nossas inserções socioculturais, às interpretações que existam, nestes contextos, sobre corpos

e pertencimentos de gênero.

Pensando brevemente sobre o conceito de performatividade, Butler (2003), no seu livro, *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, observamos a centralidade da performatividade para pensar o constituir-se do gênero e do corpo,

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2003, p. 194).

Este trecho resume um dos aspectos principais da abordagem sobre gênero e política presente em *Problemas de Gênero* (2003) a partir da noção de performatividade. Ao invés de se referir a uma causalidade histórica que viesse a definir o gênero, “a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas” (BUTLER, 2006, p. 185, tradução da autora). Ou seja, através da performatividade trata-se pensar o gênero no fazer-se e constituir-se temporal. Logo, estereótipos e simplificações sobre comunidades e pessoas trans e travestis podem ser analisados como consequências de processos de naturalização da performance da cisgeneridade. A partir disso, entendemos que as normas cis hétero são categorias de opressão para muitos corpos que nela não se encaixam, e quando as práticas estão em vigor colocamos corpos em abjeção, termo que veremos agora.

1.2 Corpo abjeto

Termo que trago no título e no corpo, aqui tenho o intuito de trazer definições a esse conceito e a esse lugar que o sistema operativo da cisheteronormatividade (termo que abordamos no capítulo anterior) faz questão de nos fixar.

Para Julia Kristeva, em seu livro *Poderes do horror* (1982, p.39), “o abjeto não é sujeito

nem objeto, é uma espécie de primeiro não Eu¹⁶”, uma negação violenta que instaura o Eu, como se fosse uma fronteira”. Portanto, o abjeto é a manifestação dessa violenta cisão que delimita a fronteira entre o eu e o outro, ocupando um espaço próprio. Tendo sido expulso pelo sujeito, tomba de seu interior e se torna radicalmente um excluído deste, todavia não cessa de desafiar seu amo desde o exílio.

Em Problemas de gênero (BUTLER, 2003), o conceito de abjeção de Julia Kristeva (1982) vem ao encontro de Butler, onde o corpo abjeto torna-se paradigma para pensar gênero. É pelo viés da abjeção que Butler (2003) inaugura o debate acerca da vulnerabilidade das pessoas transexuais, travestis, transgêneros, não binárias e intersexos em função das normas de gênero, com a ideia de que para determinadas existências serem reconhecidas e, portanto, serem enquadradas como vidas de valor, que outras tantas vidas que não importam devem ficar do lado de fora dessa moldura, na periferia. Em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência, como se pessoas trans, travestis e não binárias, fossem forasteiros da humanidade, estrangeiros do gênero. Os corpos abjetos não são o outro, tão pouco o relativo ou o inessencial. São os corpos que não podem existir e que não fazem sentido em uma determinada matriz cultural.

Butler (2003) afirma que existe uma recusa pelos sujeitos inseridos em uma determinada matriz cultural de qualquer possibilidade de articulação cultural fora de seu enquadre, o que leva à busca de uma maior normatização e consequentemente de uma maior intolerância, forçando a exclusão dos corpos tomados como abjetos às suas últimas consequências justamente para assegurar a consistência dos limites de suas fronteiras. A tensão feita a essa normatização é provocada pela performatividade destes corpos abjetos que só importam ao sujeito normal, centrado e saudável para reforçar esse corpo outro, que seria anormal.

Provocação que pode partir de qualquer performatividade abjeta que seja alienada da matriz cultural desse sujeito. Foucault (1975) expõe que os processos disciplinares inerentes a essas matrizes culturais, tornam dóceis os comportamentos dos indivíduos através da domesticação de seus corpos e costumes, por meio da regulação de seu viver: se organizam seus horários, se criam modelos de conduta a serem seguidas e normas institucionais são incorporadas de modo individualizado ao ponto de naturalizá-las, e isso também acontece na

¹⁶ Termo cunhado pelo Skinner, O “eu” é entendido como um repertório verbal que descreve as condições corporais e o comportamento do próprio indivíduo, sendo construído em contingências sociais, por meio de questionamentos feitos pelos membros da comunidade verbal, que permitiram ao indivíduo voltar-se para si mesmo.

relação sexo-gênero.

Como explica Butler (2003), a sociedade exige uma coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual e, ao fazer isso, a heterossexualidade deixa de ser apenas uma entre tantas formas de viver a sexualidade para se tornar uma imposição, uma coerção sobre os corpos. Butler (2008), defende que a cisheteronormatividade cria os corpos inteligíveis, ou seja, aqueles que são considerados aceitáveis, compreendidos, justamente porque estão inscritos dentro da matriz hegemônica, mas que, ao mesmo tempo, essa própria cisheteronormatividade produz também os corpos impensáveis, abjetos, não inteligíveis. “Desde o meu ponto de vista, a performatividade não trata somente de atos de fala. Também trata sobre os atos corporais” (BUTLER, 2006, p. 281).

Cabe expor que a força cultural desse CISTema, reside nas interseções dos aparatos institucionais de saber-poder responsáveis pela repetição contínua dos significados culturais necessários à sua manutenção e difusão. A família, as instituições religiosas, a escola são algumas dessas instituições encarregadas do processo de normalização dos corpos (DORNELLES, 2014). Além de expor, é necessário reposicionar os corpos, subjetividades e vidas subalternizadas fora da subalternidade, mas para isso é importante também reposicionar os corpos privilegiados, para que se feche o ciclo de relação subalternidade-dominância. (MOMBAÇA, 2021)

Da minha perspectiva, como não binária, gorda, não branca, é impossível negar o impacto da distribuição de violência como ameaça na minha vida diária. Simplesmente andar pelas ruas pode ser um ato difícil quando minhas roupas são consideradas “inadequadas” e minha presença é lida como ameaça às normas cis hétero. Fico com as palavras de Jota, quando ela devolve essa ameaça a cisheteronorma, e é nessa perspectiva que o abjeto entra no título. como uma subversão do termo como um espaço que traduz uma junção das travestilidades e transexualidades desses diversos corpos que são subjugados como inexistentes.

Para cada pessoa cisgênera que olha para si e se vê como norma, e assim olha o mundo e o vê como espelho, deixo o seguinte recado: nós vamos desnaturalizar sua natureza, quebrar todas as suas réguas e hackear sua informática da dominação. [...] é fundamental que abandonemos a posição de vítima - mesmo quando o Estado, a polícia, o branco, o homem cis têm historicamente demonstrado sua incapacidade de abandonar a posição de agressor (MOMBAÇA, 2021, pg.75 e 79)

1.3 Mas qual a relação de gênero e design?

Audre Lorde (2019) nos fala que o silêncio não faz com que a dor desapareça. E o motivo dessa dissertação em abordar todos esses conceitos e práticas, vai do lugar de não ficar em silêncio. É entender que dentro das outreridades, somos o outro, do outro, do outro e do outro. Djamila Ribeiro (2019) complementa que, a ausência do lugar de fala não é apenas a perda do direito à palavra, mas, sobretudo, o lugar marginal que nossa existência ocupa dentro da hierarquia social das diferenças.

Tem alguns trechos de músicas de artistas LGBTIAPN+ que gosto bastante por entenderem que hoje, a comunidade trans, estão em um lugar de abjeção, mas que mesmo assim, estão se organizando para promover uma quebra dentro das normas cisheternormativas que hoje são regras que impedem nossos corpos de existir.

Bixa estranha, louca, preta, da favela
Quando ela tá passando, todos riem da cara dela
Mas se liga, macho, presta muita atenção
Senta e observa a tua destruição
(Bixa Preta, Linn da Quebrada, 2017)

Sua lei me tornou ilegal
Me chamaram de suja, louca e sem moral
Vão ter que me engolir por bem ou por mal
Agora que eu atingi escala mundial
Navalha debaixo da língua
Tô pronta pra briga
(Diaba, Urias, 2019)

Me chamaram de louco
E me imploraram pra parar

Me queimam na estaca
 Mesmo sem saber rezar
 E ainda com a crítica
 Trouxeram caviar
 Escrevo com sangue seus nomes
 Pra amanhã cobrar!
 (Pra quem duvidou, Quebrada Queer, 2018)

Antes você gargalhava
 Agora compra meu CD
 Me viam como piada
 Hoje pagam pra poder me ver
 Teu rap é pra macho bombado
 O meu é pra trava bolada
 As sapa sempre do meu lado
 As bixa 'tão tudo armada
 (Bixarte, Black Bitch Trava, 2021)

Eu, Grassine, acredito que subverteremos esse CISTema e estaremos no topo em breve, e olha que já estamos subindo. Nessa luta para viver, alguns de nós foram silenciadas. Dandara, Matheusa Passarelli, Keron Ravach, Milena Massafera, Marielle Franco, Paulo Vaz entre tantas que se foram, mas nossas histórias se misturam com as delas e assim, o tecido da resistência é atrelado ao rompermos com os silêncios normativos (GONÇALVES, 2018). Jota Mombaça declara,

Eles virão nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (MOMBAÇA, 2021, pg. 28)

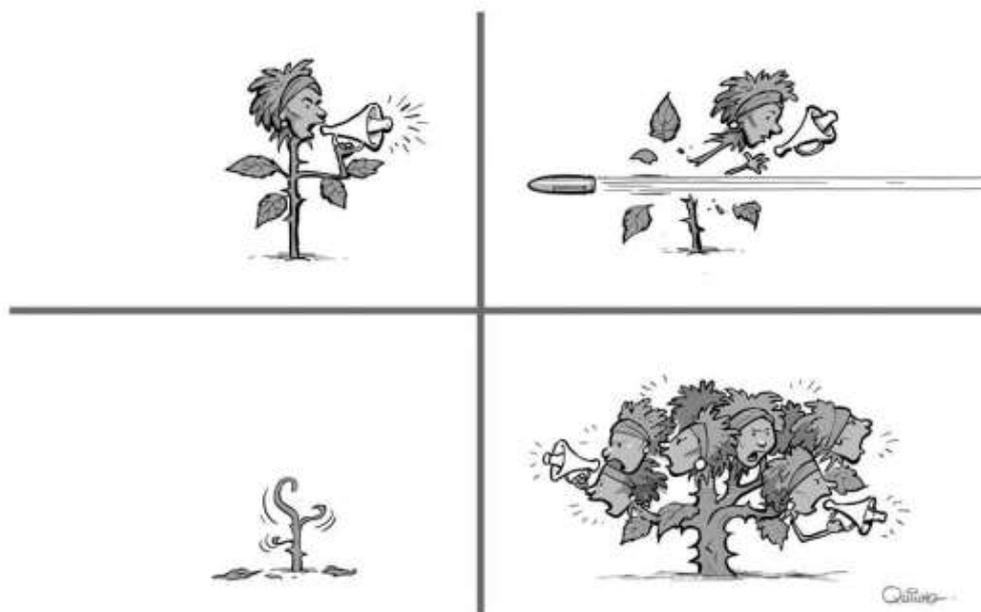


Figura 7: Nós seremos resistência porque você foi luta!

Autoria: Quinho, 2018 <https://twitter.com/em_com/status/974433636878516230>

Desde o início da minha vivência dentro da não binaridade, comecei a perceber pelos encontros e trocas, o quanto esse espaço de autodefinição é importante. Passei a compreender que minhas dores não são só minhas, que minhas lutas não são só minhas, me percebo no singular, mas também no plural. Pegando o gancho dessa reflexão, me questionei bastante enquanto mestranda como eu poderia também me incluir mais nas lutas das minhas irmãs e sair da zona do silêncio. Decidi no final do meu primeiro ano de mestrado mudar radicalmente a temática da minha pesquisa, lógico que me tremi toda de medo por ser um tempo curto para mergulhar no máximo de questões e debates, mas encontrei muitos suportes e claro, minha força de bixa, pessoa trans, não binária me fez enxergar urgências do meu próprio corpo negado.

A partir dessa oportunidade que o mestrado me trouxe, intenciono fazer uma relação do design com as teorias *queer* e para tal terei como base o termo trazido por Denise Portinari (2017): *queerizar* o design. Mas antes de dar prosseguimento ao entendimento desse termo, é importante situarmos sobre o termo *queer* e as teorias *queer*, para que fique mais claro ao andamento dessa escrita essa relação proposta. Nos próximos capítulos terão a continuação de um maior desenvolvimento em torno das questões *queer*.

Hoje o termo *queer* assume uma polissemia que nos impede de tentar capturá-lo a partir de uma definição estática e hermética. Fazendo uma pequena digressão, entendemos que se trata de uma palavra de língua inglesa que, de sentido pejorativo, mobilizado para

desqualificar e humilhar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e em paralelo no Brasil tivemos o termo *queer* aparecendo em expressões como sapatão, travesti e bixa. Com o tempo o termo foi reapropriado politicamente e assumiu uma conotação de luta, uma forma transgressora de estar, ser e pensar no/o mundo contemporâneo. Dessa forma, os estudos ou teorias *queer*, surgiram como uma possibilidade de tensionar as prescrições normativas em torno dos corpos sexuados e compreender o movimento daqueles e daquelas que fissuram e/ou transbordam da trajetória considerada normal, no campo do sexo-gênero-sexualidade. Desta feita, *queer* tornou-se uma ferramenta política de reafirmação de si e de denúncia da heteronormatividade (MISKOLCI, 2012).

Portanto, *queer* soa como uma busca pela elaboração discursiva de experiências consideradas não legítimas, abjetas e marginalizadas. Nas palavras de Guacira: “Mais do que uma nova posição de sujeito, *queer* sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante” (2009, p. 135). Seguindo a provocação de Guacira (2009), entendemos que o *queer* remete à ideia de sujeitos que se dispõem a viver a/na diferença, de modo que essa atitude provoca fissuras no sistema de normalização e normatização dos corpos, desejos e afetos.

Nesse movimento de desconstrução, buscamos compreender a emergência dos estudos *queer*. Para Miskolci (2012) a consolidação do *queer* se dá na década de 1980, quando eclodiu a epidemia do HIV/AIDS. Para ele, o *queer* foi um catalisador, uma forma de reação e resistência frente ao novo movimento biopolítica instaurado. Mais do que reivindicar o respeito às diferenças, buscava-se desconstruir as normas regulatórias que eram responsáveis pela reprodução das injustiças e desigualdades historicamente estabelecidas, e assim definir uma nova ordem, que proliferasse e que reconhecesse a legitimidade das diferenças sexuais, raciais e de gênero.

A partir do conceito das teorias *queer*, Portinari (2017), propõe pensar alguns aspectos da prática e da pesquisa em design na atualidade a partir de uma perspectiva *queer*. Essa perspectiva não se limita ao âmbito das questões e lutas LGBTIAPN+, mas parte delas para problematizar a cisheteronormatividade, a produção e materialização normativa de identidades, subjetividades e diferenças sociais, potencializando a proposição de novas possibilidades de existência. *Queer* pretende estabelecer meios de questionamento e desconstrução permanente dos modos de produção de saberes do corpo na modernidade capitalista neoliberal, onde dispositivos como o da sexualidade e gênero estão a serviço de sua

implementação e perpetuação.

Aqui cabe lembrar que não almejo mudar o design, mas sim questionar práticas do design que corroboraram com a propagação das normas impostas historicamente sobre nossos corpos. O design não é um campo unificado, aqui quero ampliar o campo pensando e problematizando a partir das teorias *queer* a binaridade impregnada nos projetos e práticas. É a partir disso, que desvelaremos algumas questões que envolvem o design, *queerizando* essas práticas.

2. HOMEM VITRUVIANO E SUAS MEDIDAS MACHO CENTRADAS

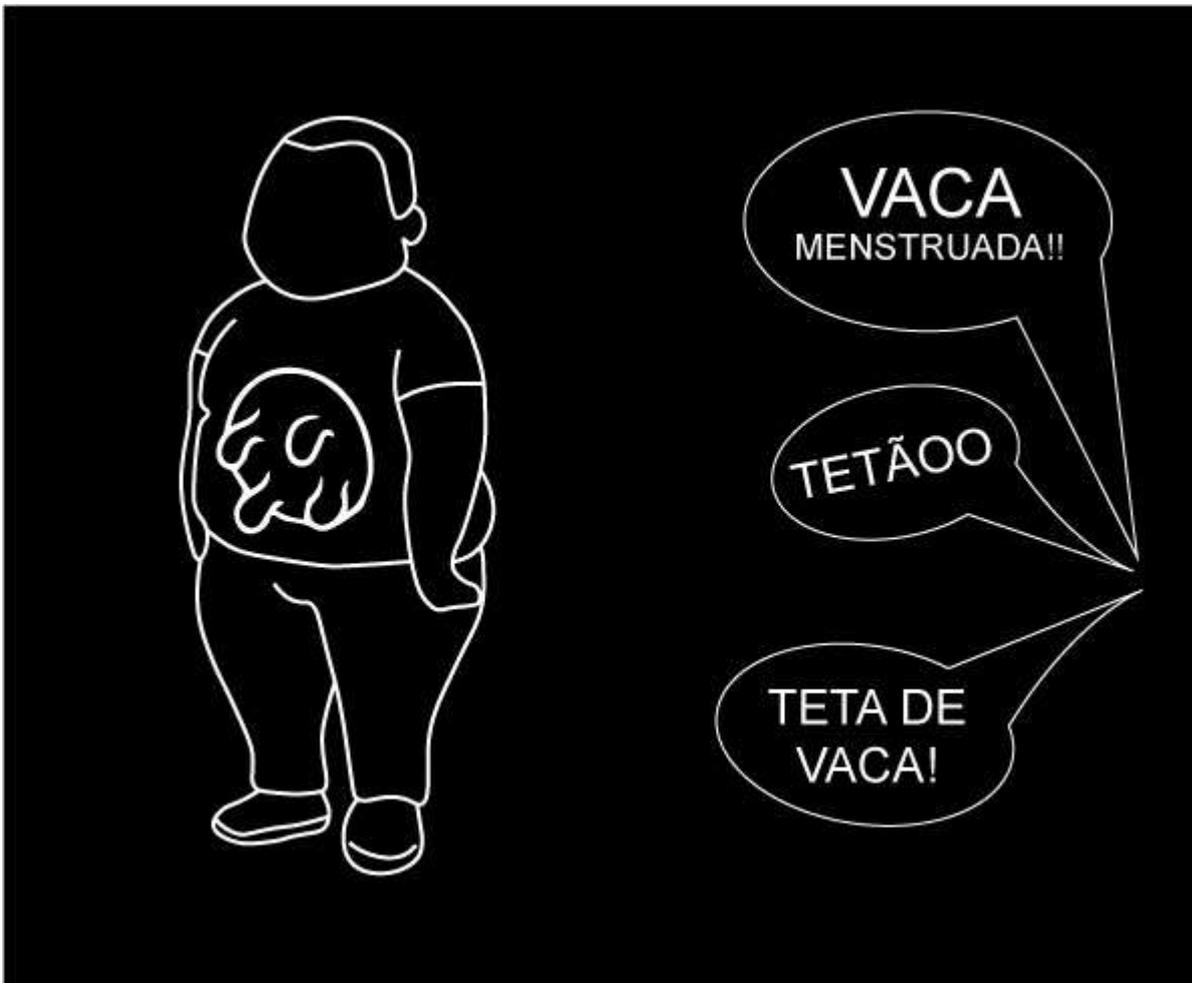


Figura 8: Retratação da história e como me sentia com meu corpo
Autoria própria

Por ser uma criança gorda desde a adolescência, sempre tive um formato de corpo mais similar ao que as pessoas entendiam como um corpo de “mulher”. Sempre tive peitos grandes, uma silhueta mais “violão”. Na infância o formato do meu corpo sempre contribuiu para reforçar uma sexualidade outra, ou até mesmo em insinuarem que eu era mulherzinha, o que não seria problema nenhum. A questão é que naquela época acabei tomando muita repulsa pelo meu corpo e comecei a usar casaco ou faixas para pressionar meu peito e não ficar aparente. Tinha vergonha de ir às piscinas da escola, de amigos, parentes. Meu corpo serviu por um bom tempo do início da minha adolescência até o início da juventude como chacota para as pessoas.

Como já comentado anteriormente, os meninos sempre me chamavam de teta de vaca menstruada, beliscavam meus mamilos e sempre davam tapinhas quando eu estava distraída. Sempre muito defendida pelas meninas e pela minha irmã que era muito brava, com o tempo foi parando, mas fiz muitas coisas para perder peso, natação, futebol, futsal, lutas, às vezes tudo ao mesmo período. Até emagreci, mas meus peitos continuavam sendo bem presentes e assim foi em todas minhas tentativas de perder peso.

Na juventude, isso me trouxe muitas questões sobre ser desejada por outras pessoas. A Universidade foi um lugar que me ajudou bastante a refazer alguns conceitos de corpo, sobre como performar e me vestir, assim, comecei a usar roupas mais justas, comecei a amar meus peitos e as minhas curvas de uma maneira ímpar. Porém, essa liberdade corporal que eu tinha começado a ter me trouxe uma compulsividade em sempre hipersexualizar meu corpo, para provar uma legitimidade de ser desejada.

Em aplicativos de relacionamentos, ou grupos de pegação, os homens ficavam loucos pelos meus peitos, eles diziam que eu era tão gostoso quanto uma mulher. E assim foi acontecendo, comecei a utilizar nudes que realçavam uma aparência feminina, porque assim os homens não se sentiriam tão maus em pegar uma gay afeminada. A compulsividade em captar mais homens por uma performance feminina foi aumentando e diariamente eu brincava que naquele dia eu iria transar com um homem, cis e hetero, apenas por me assemelhar a uma mulher. Eram insinuações a motoristas de Uber, em banheiros, faculdade, professores, meu objetivo era provar que era tão desejada quanto uma mulher.

Hoje, eu entendo o quanto fui tola. A pressão que a noção de homem e mulher me colocou, causou transtornos de identidade em que sempre fui muito criticada por estar longe de uma performance de ser homem na infância e juventude, e longe de performar uma mulheridade “natural”. O mesmo peito que me fez usar faixas de tórax para parecer homem, fez eu me prostituir por um tempo, não pelo dinheiro, mas sim para uma validação do meu corpo, para me sentir desejada e cumprir um papel de feminilidade, além de poder dar prazer ao homem.

A questão é: o que é ter corpo de mulher ou de homem? Antes de me entender não binária, e até no início da não binaridade, ainda me colocava dentro de um corpo binário, como se meu cabelo, pudesse ser masculino ou feminino, se meus peitos seriam masculinos ou femininos. Falava no início que era não binária porque eu tinha barba que era de homem, mas que meu peito era de mulher, e que deixava meu cabelo grande por ser mais feminino.

Hoje, já entendo que tudo isso sempre foi um reforço institucional e visual sobre o que pertencia nesse espectro de homem e de mulher. Por um tempo falava que eu era materna, porque era presente e cuidadosa com meus amigos, colocando assim o papel de cuidar na mulher, e como mulheres estivessem já preparadas para tal ofício e como mulheres tivessem que ocupar esse lugar no imaginário social.

Demorou muito tempo para me realocar dentro da minha existência, para entender a não binaridade e me desvencilhar de conceitos que fixavam papéis e responsabilidades a cada gênero binário. Foi muito difícil entender o quão violento era fazer um projeto que envolvesse limpeza e fazer uma pesquisa com mulheres, ou de ferramentas e usar medidas de homem. Uma coisa que nunca me toquei foi que nenhum projeto que fiz me servia. Não só por ser gorda, mas porque minhas medidas variavam do que a ergonomia chama de percentis¹⁷. Achava que estava sendo mega inclusiva quando utilizava alguma medida do percentil de mulher, mas não me tocava que todo o resto era pensado para o homem. Escutei diversas vezes durante minha graduação que se servia para um percentil de homem, serviria para o da mulher.

No capítulo anterior, discorremos sobre questões de gênero e como a sociedade ocidental é excludente com corpos trans, travestis e não binários e, a partir dessa pauta, entendo que seja coerente apontar no design e arquitetura noções antigas pautadas na centralização do corpo masculino como ponto de origem. A ergonomia que se baseia na noção do homem vitruviano, colaborou para uma fixação no projetar que está enraizado até hoje nas teorias e práticas do design. Logo esse capítulo propõe duas abordagens críticas: 1) realizar essa interlocução entre questões de gênero e as práticas do design, evidenciando uma política antiga de exigir que corpos sigam regras a partir de seus gêneros binários, acarretando a não inclusão de outros modos de performar gênero e corporeidades; e 2) fazer uma análise das ementas de ergonomia das instituições de ensino da graduação das seguintes universidades: UFRJ, UFF, ESDI/UERJ e PUC-RJ, a fim de entender quem são os autores mais lidos e frequentes, como eles abordam a ergonomia e as questões de corporeidade e gênero.

No século 18, no ocidente predominava um sistema de “sexo único”, onde o homem era visto como o ser humano original que possuía uma inversão – a mulher – cujos órgãos sexuais eram internos devido à falta de calor. Acreditava-se, inclusive, que seria possível um corpo feminino transformar-se em masculino quando recebesse calor. O inverso, porém, não era

¹⁷ Um percentil significa um valor calculado e que nos garante um limite (superior ou inferior) de pertinência a uma classe de equivalência. Por exemplo, convencionou-se considerar como baixas aquelas pessoas cuja estatura é inferior a um valor calculado para cada população (Vidal, UFRJ, 2011)

possível, uma vez que também era afirmado que a natureza ia sempre em direção à perfeição (LAQUEUR, 2001).

A cultura renascentista marca uma nova concepção do homem e do universo inspirada nas obras humanistas dos gregos e romanos, opondo-se à mentalidade medieval. O teocentrismo foi substituído pelo antropocentrismo, isto é, o centro das preocupações humanas deixa de ser Deus e passa a ser o próprio "homem".

O termo "homem" era e é um termo comumente utilizado para denominar genericamente o indivíduo da espécie humana independentemente de sexo. O termo está caindo em desuso, em resposta às críticas dos movimentos feministas que apontam a relevância política da linguagem. A utilização da palavra homem como equivalente de ser humano tem diversas origens, como na Grécia Antiga, onde os homens de fato eram tratados como o sexo padrão, e mulheres vistas como um "desvio" de uma suposta grandiosidade masculina. Ou ainda, a Declaração Universal dos Direitos do Homem¹⁸, fruto do iluminismo e Revolução Francesa. Ou mesmo na religião cristã, onde na Bíblia o versículo Gênesis 5:2 afirma: "Homem e mulher os criou; e os abençoou, e os chamou pelo nome de homem, no dia em que foram criados."

Como mencionado anteriormente em relação à criação de mitos, podemos notar que existe uma tendência de se confundir história e natureza, o que leva o senso comum a encarar a ciência biológica como algo que estava presente anteriormente na natureza, aguardando seu descobrimento, sem levar em consideração que até mesmo a nossa interpretação da natureza é histórica, social e política.

As afirmações de diferença sexual, mais comuns durante o século XIX, são ideias que para serem naturalizadas contam com mecanismos de construção do saber como a educação formal, a religião, a mídia e o design. Este último contribui com a caracterização dos objetos feita a partir dos estereótipos de gênero definidos e, por não se basear tanto nas palavras, mas sim em signos visuais, oferece "sinais duradouros, visíveis e tangíveis das diferenças entre homens e mulheres tal como se acreditava que existissem" (FORTY, 2013 p. 95). Segundo Iida (2005), a ergonomia no design prevê que os produtos sejam adaptados aos usuários, e não o contrário. Porém, esses usuários precisam estar numa relação de cisgeneridade com o seu corpo, pois corpos dissidentes dessa norma, não são previstos na produção de algo.

¹⁸ Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Declaração_dos_Direitos_do_Homem_e_do_Cidadão

Neufert (1976) diz que tudo que o homem cria é destinado ao seu uso pessoal. As dimensões de produção estão interligadas ao corpo (masculino), assim é frequente que utilizem expressões como 'altura de um homem', 'comprimento de tantos braços e pés de homem'. Neufert reforça,

Para evitar anomalias, todos os que projetam devem conhecer a razão por que se adaptam certas medidas, que parecem escolhidas ao acaso. Devem saber as relações entre os membros de um homem normal e qual o espaço que necessita para se deslocar. [...] Devem conhecer o tamanho dos objetos, utensílios que o homem usa. [...] Devem conhecer o espaço que o homem necessita. (NEUFERT, 1976, pág.35)

Neufert (1976), está consonante aos pensamentos antropométricos retomados por Leonardo da Vinci, onde o mesmo resgata os escritos do arquiteto e engenheiro militar Marco Vitruvius, o qual estabeleceu no século I antes de Cristo o princípio que relacionava a proporcionalidade da bela arquitetura com as do homem de boa formação (CHEREM, 2005). Vitruvius escreveu também um livro afirmando que um homem com as pernas e braços abertos caberia perfeitamente dentro de um quadrado e de um círculo, figuras geométricas perfeitas, e que o centro do corpo é o umbigo.

O homem sempre foi usado como parâmetro de estudo e desenvolvimento e é contra essa hegemonia que parto. A seguir algumas imagens onde Neufert (1976), designa visualmente os atributos para gêneros masculinos e femininos.

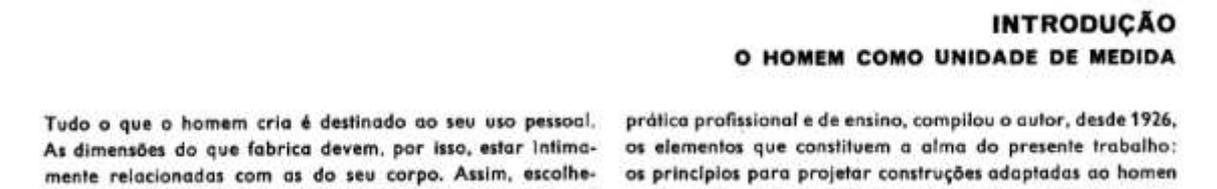


Figura 9: Recorte, p.18
Autor: Neufert, 1976

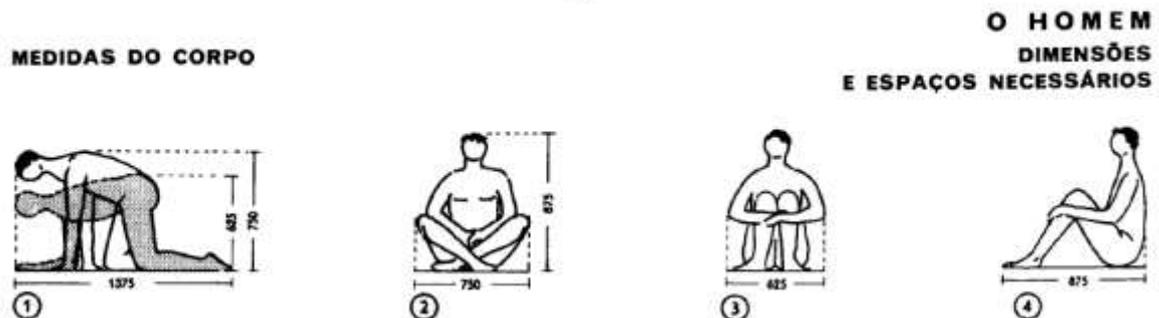


Figura 10: Recorte, p.20
Autor: Neufert, 1976

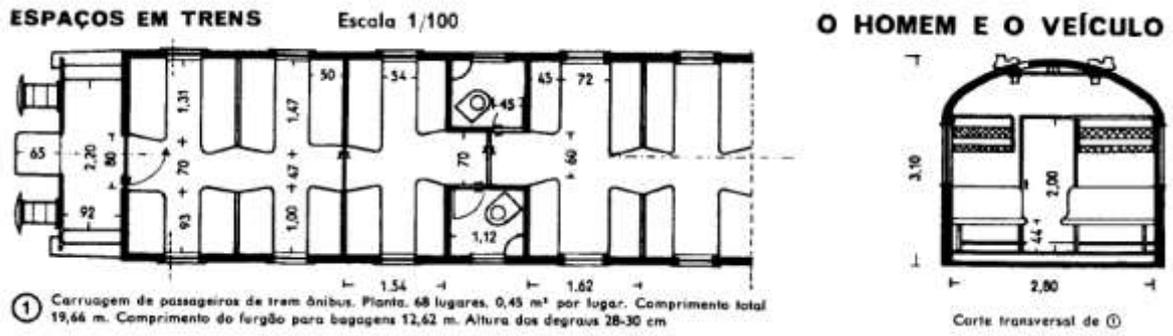


Figura 11: Recorte, p.22
 Autor: Neufert, 1976

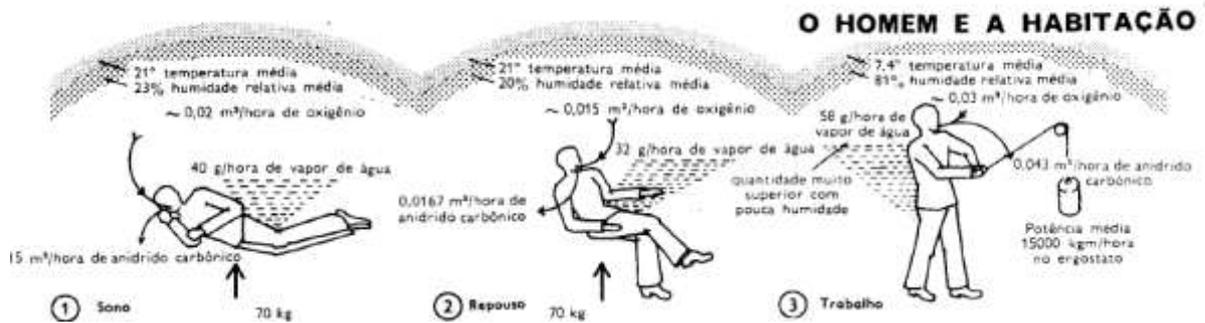


Figura 12: Recorte, p.24
 Autor: Neufert, 1976

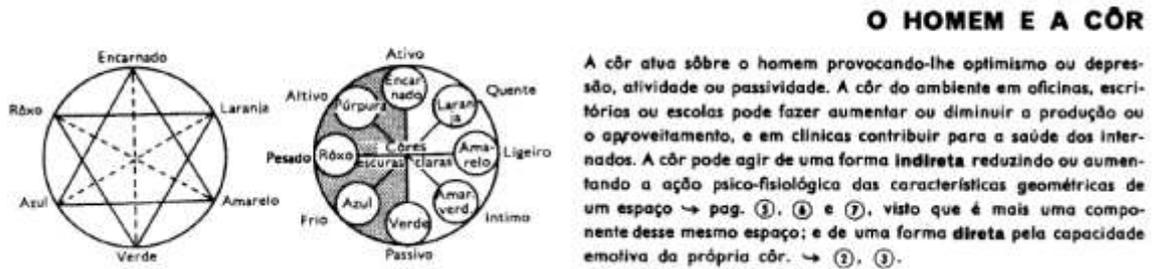


Figura 13: Recorte, p.27
 Autor: Neufert, 1976

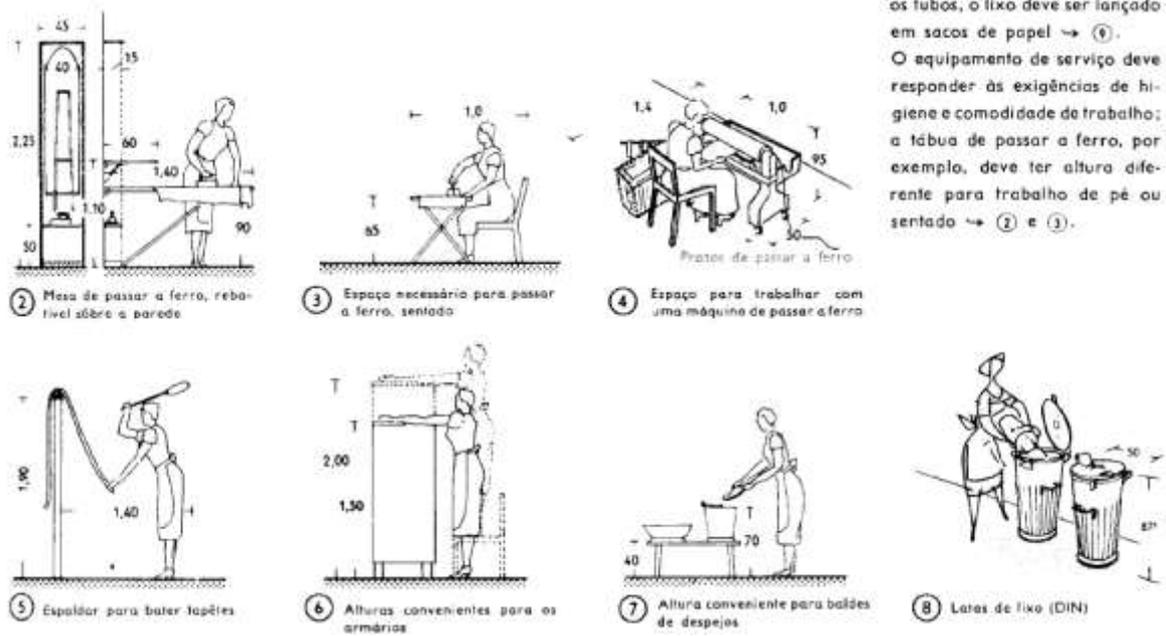


Figura 14: Recorte, p.159
Autor: Neufert, 1976

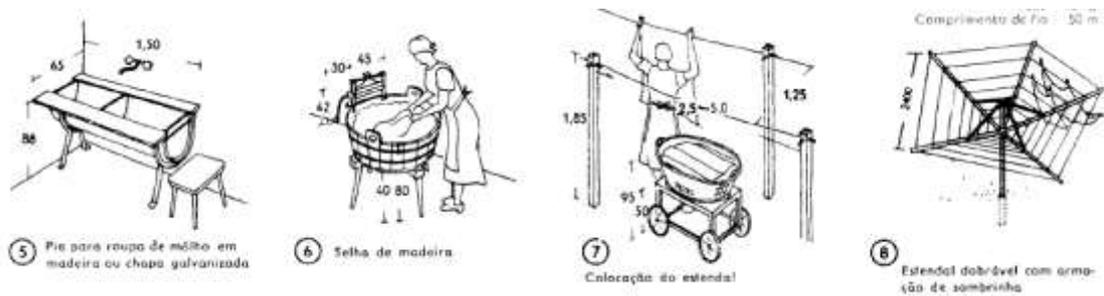


Figura 15: Recorte, p.156
Autor: Neufert, 1976

As figuras trazidas demonstram a importância do corpo do homem dentro da arte, arquitetura e design. Neufert (1976), não só entende o termo “homem” como um guarda-chuva para abarcar a gama cisgênera, mas também demonstra que o corpo masculino é universal, realçando uma narrativa que outros corpos são desviados. É importante ressaltar que esse tipo de literatura corroborou muito para que mulheres cis fossem apagadas e ainda ajuda para que outros corpos continuem sendo apagados

Para Cheryl Buckley em *Made in Patriarchy: toward a feminist analysis of women and design* (1986), uma das razões que leva o design a produzir diferenciações é o viés que exclui as mulheres na história do design. As poucas que são citadas na literatura sobre o design são definidas, devido ao seu gênero, como usuárias de produtos femininos ou têm seu nome colocado abaixo de seus maridos, irmãos ou pais. O papel da mulher em alguns setores do

design, ainda segundo a autora, é travado pelos estereótipos criados no patriarcado, que possui respaldo nas teorias científicas de capacidade entre homens e mulheres, que foram utilizadas como justificativas para relegar determinados papéis sociais e profissionais para as mulheres. O que Buckley argumenta é que, para entender a situação das mulheres em relação ao design – tanto como criadoras quanto como usuárias – é preciso lembrar que este foi criado no contexto patriarcal e que, portanto, “os ideais de habilidades e necessidades do design para as mulheres tem sua origem no patriarcado” (BUCKLEY, 1986 p. 4).

Percebendo todas essas questões de quem pode fazer ou ocupar o que, questiono: e as pessoas que fogem dessa binaridade? Como elas são pensadas, consideradas no design? Como medir o percentil de pessoas trans masculinas, de pessoas não binárias, de travestis? Como construir algo para pessoas que não são vistas pela sociedade por estarem em abjeção? Quais políticas públicas essas pessoas vão ter se nem seus pronomes são respeitados, se ainda é difícil terem suas identidades nomeadas da melhor maneira, e mesmo com retificações ainda serem taxados e postos sempre e somente dentro de dois gêneros - homem e mulher. Essas reflexões construíram a narrativa não só deste capítulo, mas também dos próximos.

2.1 Uma olhadinha sobre as ementas de Ergonomia

O objetivo da análise de ementas de ergonomia se dá para evidenciar corpos que ainda ganham centralidade, entender os avanços da ergonomia dentro do ensino e como as decisões ergonômicas afetam e invisibilizam corpos dissidentes.

Começo definindo o recorte e as delimitações da análise. Decidi investigar as ementas de 4 Universidades do Estado do Rio de Janeiro, a escolha se deu pela proximidade de diálogo com os departamentos e familiaridade, pois estive presente em cursos, palestras e interação com o corpo discente e docente em algum momento da minha trajetória. São essas:

- 1) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizada na Cidade Universitária/Ilha do Governador, curso de Desenho Industrial/Projeto de Produto, começo das atividades em 1998;
- 2) Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada em São Domingos- Niterói, curso Desenho Industrial, começo das atividades em 2011;

3) Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ), Localizado na Lapa - Rio de Janeiro, curso de Design, começo das atividades em 1963;

4) Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), localizada na Gávea - Rio de Janeiro, curso de Design com habilitação em produto. começo das atividades em 1979.

Todas as ementas estão disponíveis como anexo ao final deste documento, entretanto, utilizarei de partes delas durante o texto para embasar o trajeto e fio de raciocínio que se deu na análise e também fazer mais cômodo a leitura e entendimento das propostas de ementas analisadas. Estará disponível o link¹⁹ para acessar a plataforma com os esquemáticos apresentados a seguir.



Figura 16: Informações e ementas parte 1
 Autoria própria

¹⁹ https://miro.com/app/board/uXjVPZ1K2aM=?share_link_id=825144089364

INFORMAÇÕES	<p>UFF ERGONOMIA 1 CÓDIGO: TEP00125 80 HORAS 3º PERÍODO 2017.2 - ATUAL</p>	<p>UFF ERGONOMIA 2 CÓDIGO: TDT00050 68 HORAS 4º PERÍODO 2011.2 - ATUAL</p>	<p>UFF ERGONOMIA 3 CÓDIGO: TDT00051 68 HORAS 5º PERÍODO 2011.2 - ATUAL</p>	<p>UFF ERGONOMIA 4 CÓDIGO: TDT00052 68 CRÉDITOS 6º PERÍODO 2011.2 - ATUAL</p>	<p>UFF ERGODESIGN 1 CÓDIGO: TDT00053 X CRÉDITOS ELETIVA 2011.2 - ATUAL</p>
EMENTA	<p>O conceito histórico social de trabalho nas diferentes sociedades, noções de saúde e segurança no trabalho, riscos ocupacionais, legislação de SST e riscos ergonômicos (nr17). Histórico, principais paradigmas e abordagens em ergonomia. Ergonomia no Brasil. Principais noções e conceitos em ergonomia e suas aplicações, noções básicas de fisiologia, biomecânica, percepção, processamento de informações e antropometria (estática, dinâmica e funcional, medidas, percentil e modelos), fundamentos de análise ergonômica.</p>	<p>Diagnóstico ergonômico no uso de produtos e estações de trabalho, conceito de análise da tarefa. Ferramentas da segunda etapa da intervenção ergonômica - diagnóstico ergonômico: inquirições estruturadas e observações sistemáticas. Registro de comportamento e análise de posturas. Recomendações ergonômicas.</p>	<p>Projeção ergonômica de produtos e estações de trabalho. Noções de antropometria e biomecânica. Antropometria como ferramenta para projeto ergonômico. Dimensionamento de interfaces físicas. Ergonomia e acionamentos: pegas e empunhaduras. Ergonomia informacional em projetos de design.</p>	<p>Avaliação e validação do sistema humano-tarefa-máquina, testes com modelos e protótipos. Testes de usabilidade de produtos, simulações de uso do produto e/ou estação de trabalho pelo usuário, ergonomia participativa: a voz do usuário. Teste de erick (acionamentos). Teste de compreensão (entendimento de símbolos gráficos para tomada de informação). Detalhamento do projeto ergonômico.</p>	<p>Princípios do ergodesign, método analítico da ergonomia x processo sintético do design. Questões subjetivas do usuário - percepção de prazer, conforto e risco, o design centrado no usuário: think aloud, grupo de foco, avaliação heurística, cenários e persona e diferencial semântico. Requisitos ergonômicos no projeto de produto.</p>

ANEXO 2

Dividi as quatro instituições em cores, para apenas identificar nos esquemáticos qual instituição representa aquela informação. As cores não representam nenhum alerta ou símbolo específico da Universidade, foram escolhidas apenas para manter uma linha de comunicação e distinção de informações. A Figura 16 e 17, no primeiro bloco intitulado de “informações”, possui a Universidade, curso, disciplina, código da disciplina, créditos e quando foi aprovado a ementa atual. No segundo bloco, intitulado “ementa”, possui a descrição/objetivo da disciplina. Nota-se que tanto a UFF, quanto a UFRJ possuem mais de uma disciplina obrigatória em seu currículo. Com essas informações fui dissecando a análise em alguns dados como, a ementa atual que teve a aprovação mais antiga, temporalidade das bibliografias principais e complementares e comecei a fazer a ligação das bibliografias com a intenção de entender em que disciplinas elas se repetem, ou que autores são mais frequentes. Todos os gráficos estão dispostos no Anexo 2.

Para elucidar melhor as relações entre autores e bibliografias, o esquemático na Figura 18, nos faz perceber e entender os autores que estão sendo utilizados na maior quantidade de Instituição, porque isso me abriria caminhos de investigações. Além de identificar em qual instituição e disciplinas o autor está incluso, anexeí sua nacionalidade, gênero e sua raça.

ALAIN WISNER FRANCÊS BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	ANAMARIA DE MORAES BRASILEIRA BRANCA PUC-RJ ERGONOMIA DO PRODUTO UFF ERGODESIGN 1 UFF ERGONOMIA 2 UFF ERGONOMIA 3	ALVIN TILLEY NORTE AMERICANO BRANCO UFF ERGONOMIA 3	ANTÔNIO J. FAGUNDES BRASILEIRO BRANCO UFF ERGONOMIA 3	ANTÔNIO CARLOS GIL BRASILEIRO BRANCO UFF ERGONOMIA 3
ANTOINE LAVILLE FRANCÊS BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	BERNARD WEERDMEESTER HOLANDÊS BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I PUC-RJ ERGONOMIA DO PRODUTO UFF ERGONOMIA 4	BIANKA CAPPUCCI BRASILEIRA BRANCA UFF ERGODESIGN 1 UFF ERGONOMIA 3	CLAUDIA MONT'ALVÃO BRASILEIRA BRANCA PUC-RJ ERGONOMIA DO PRODUTO UFF ERGODESIGN 1 UFF ERGONOMIA 3	DICK POWELL ESPAHOL BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I
ÉTIENNE GRANDJEAN SUIÇO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I UFF ERGONOMIA 2 UFF ERGONOMIA 4	ERICSON STRAUB BRASILEIRO NÃO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	ERNEST MCCORMICK NORTE AMERICANO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	FERNANDO JULIÁN BRASILEIRO NÃO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	GIUSEPPE AMADO BRASILEIRO BRANCO UFF ERGODESIGN 1
HAL HENDRICK NORTE AMERICANO BRANCO ESDI ERGONOMIA	HENRY DREYFUSS NORTE AMERICANO BRANCO ESDI ERGONOMIA UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	ITIYO IIDA BRASILEIRO NÃO BRANCO ESDI ERGONOMIA UFF ERGONOMIA 1 UFF ERGONOMIA 2 UFF ERGONOMIA 3 UFF ERGONOMIA 4	JAN DUL HOLANDÊS BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I PUC-RJ ERGONOMIA DO PRODUTO	JOÃO GOMES FILHO BRASILEIRO NEGRO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I
JULIUS PANERO NORTE AMERICANO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I ESDI ERGONOMIA UFF ERGONOMIA 4	JOHN CRONEY NORTE AMERICANO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	JÚLIO VAN DER LINDEN BRASILEIRO BRANCO UFF ERGODESIGN 1 UFF ERGONOMIA 4	JUAN JOSE CASTILLO ESPAHOL BRANCO UFF ERGONOMIA 1	JÚLIA ABRAHÃO BRASILEIRA BRANCA UFF ERGONOMIA 1
JAIR LOT VIEIRA BRASILEIRO BRANCO UFF ERGONOMIA 2	KOOS EISSEN HOLANDÊS BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	KARL KROEMER ALEMÃO BRANCO UFF ERGONOMIA 2 UFF ERGONOMIA 3 UFF ERGONOMIA 4	LEDA FERREIRA BRASILEIRA BRANCA ESDI ERGONOMIA	LAURA MACIEL BRASILEIRA BRANCA ESDI ERGONOMIA
MARTIN ZELNIK NORTE AMERICANO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I ESDI ERGONOMIA UFF ERGONOMIA 4	PATRICK JORDAN BRASILEIRA BRANCO UFF ERGONOMIA 4	PIERRE FALZON FRANCÊS BRANCO UFF ERGONOMIA 1 UFF ERGONOMIA 2	ROSELIEN STEUR HOLANDESA BRANCA UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I	SANDRA DONATELLI BRASILEIRA BRANCA ESDI ERGONOMIA
SILVANA CAMBIAGHI BRASILEIRO BRANCA DEFICIENTE UFF ERGONOMIA 2 UFF ERGONOMIA 3	VERA DAMAZIO BRASILEIRA BRANCA PUC ERGONOMIA DO PRODUTO	WESLEY WOODSON NORTE AMERICANO BRANCO UFF ERGONOMIA DO PRODUTO I		

Figura 18: Identificação dos autores, com localidade, raça, universidade e disciplinas. Autoria própria

Confeccionar a Figura 18, foi muito importante para perceber que antes mesmo de pensar em olhar a bibliografia propriamente dito, já conseguimos perceber em questões interseccionais, uma discrepância de um sistema que ainda faz com que homens cis brancos tenham o poder de ditar que corpo merece ser lido, medido e recortando para o design, quais corpos merecem ser atendidos nas demandas produtivas.

Com os dados sobre localidade, gênero e raça relacionados aos autores, decidi fazer uma análise de percentuais que envolvam essas categorias, para assim, ficar ainda mais evidente com dados o que nosso ensino dentro da formação de design ainda entende como corpos que podem gerar conhecimento, ou que são tidos como proprietários do saber sobre a ergonomia. Apresento aqui a soma de todos, para obter os percentuais de cada instituição acessar Anexo 3.

TODAS AS INSTITUIÇÕES

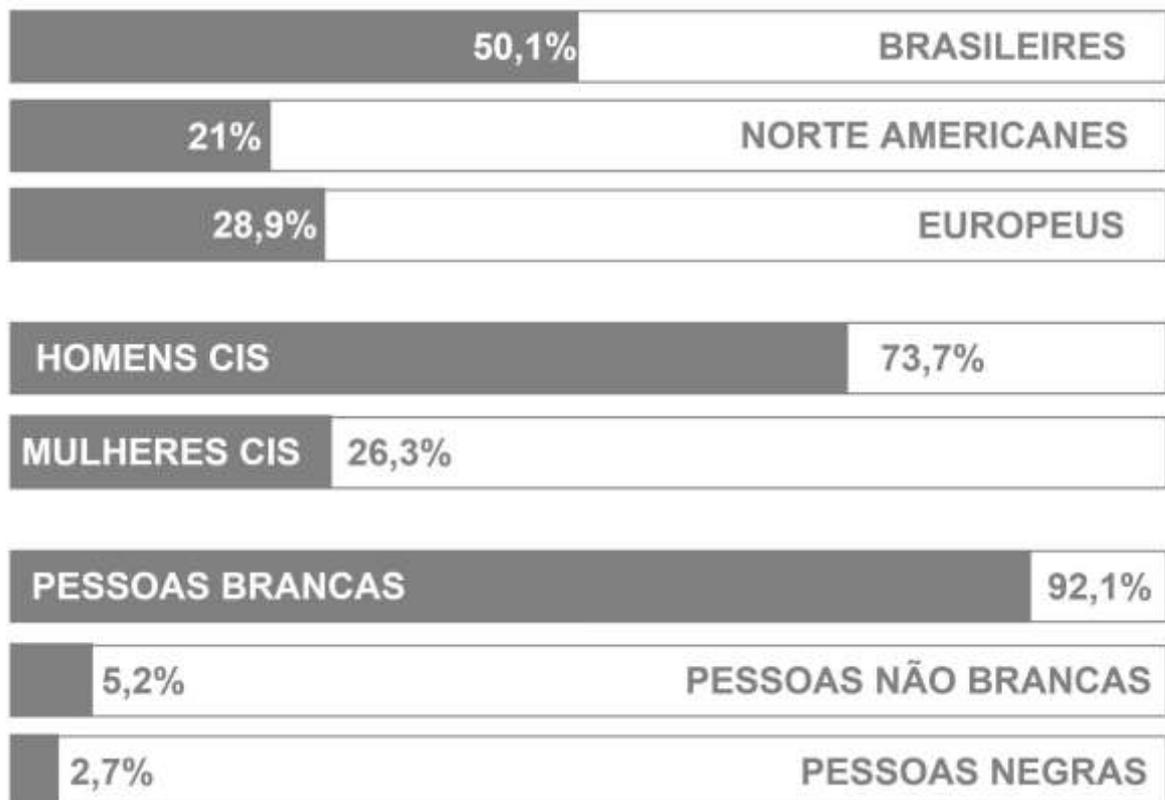


Figura 27: Percentual Geral
Autoria própria

Ao todo, foram 38 autores apresentados pela junção das 9 ementas das 4 Universidades.

Uma explicação breve sobre o motivo de usar o termo “pessoas não brancas”, se deve a pessoas asiáticas, que é o caso do Itiro Iida, que possui dupla nacionalidade - Brasileiro e Japonês, e outros autores que não me senti confortável em categorizar dentro das outras duas categorias, por entender que existe um forte debate sobre colorismo e que não estou inclusa nesse debate.

Dentre os 38 autores apresentados, apenas 1 autora é explicitamente uma pessoa com deficiência, a Mestra Silvana Cambiaghi, também é a única autora que segue a linha de pesquisa de ergonomia inclusiva para pessoas com deficiência, outros autores apenas pincelam sobre ergonomia e deficiência, que será o caso das literaturas futuramente analisadas. O único autor negro, Doutor João Gomes Filho, atuou dentro da ergonomia de transportes, sendo o autor mais importante dentro dessa área, tanto em termos acadêmicos como em desenvolvimento de projetos, principalmente no Estado de São Paulo.

Mesmo já visando que a quantidade de homens e pessoas brancas fossem ser predominantes, me surpreendeu que as ementas tenham bastante autores brasileiros, mesmo entendendo que suas influências partem de uma teoria norte americana e europeia, acho fundamental ter esse processo de crescimento de autores brasileiros já que não temos nenhum estudo em nível nacional sobre a antropometria brasileira, apenas estudos antropométricos dentro de empresas, sendo assim, uma amostragem pequena a nível cidade, estado e país.

Tendo o levantamento desses autores, parti para uma investigação da literatura. É preciso entender como as literaturas abordam questões de corpo e gênero, como definem a ergonomia e como, imagetivamente, essas literaturas representam, ou não, muitos corpos. Para essa última parte da análise escolhi os autores que estão inclusos dentro da maior quantidade de instituições. Nem todos os 38 autores aparecem nas 4 Instituições, entretanto, 5 deles aparecem em 3 Instituições, logo, decidi investigar a literatura desses autores e assim finalizar esta análise. Vale ressaltar que nessa análise não quero abordar exclusivamente, ou apontar diretamente questões específicas dos autores, logo a estratégia é usar análises comparativas entre as literaturas para perceber um padrão de abordagens que coincidem no que tange gênero. Para a análise, irei investigar 3 tópicos, as capas, as definições de ergonomia que os autores trazem, e como visualmente e discursivamente eles trazem questões de corpo e relações de gênero.

Os autores e literaturas selecionadas foram: (1) Itiro Iida, *Ergonomia: projeto e produção*. 2a Ed. São Paulo: Blücher, 2005; (2) Julius Panero e (3) Martin Zelnik, *Dimensionamento Humano para Espaços Interiores*. São Paulo: GG, 2016; (4) Bernard Weerdmeester e (5) Jan Dul. *Ergonomia prática*; São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

Bernard Weerdmeester, aparece em três instituições, com duas literaturas diferentes. A literatura que tem mais frequência é sua parceria com o autor Jan Dul, sendo assim, inserido na análise como um dos autores escolhidos.

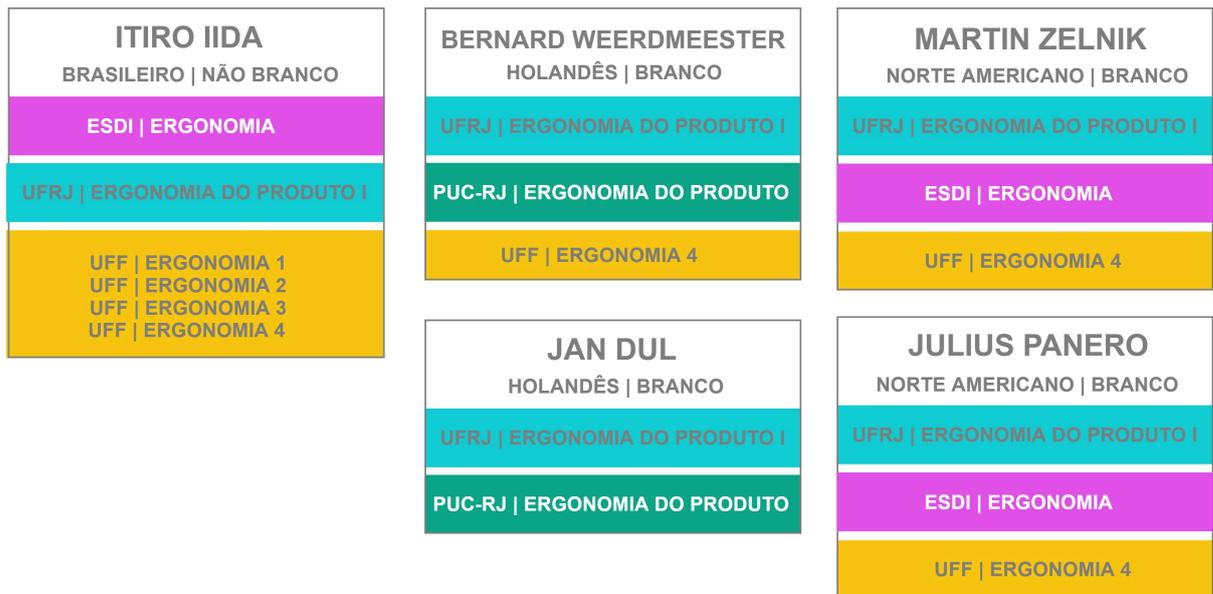


Figura 28: Autores escolhidos.
 Autoria própria

2.1.1 Capas

Podemos julgar o livro pelo design da capa? Esse questionamento vem para trazer incômodos sobre como pensamos nas representações que são dadas como primeira impressão. A ideia de ter um olhar para as capas como um dos itens analisados vem de entender uma coerência de narrativa que os autores com parceria com designers gráficos e/ou ilustradores querem ter sobre sua literatura.

Aqui, a partir de reflexões teóricas apresentadas sobre questões de corporeidade, gênero e sexualidade, além de um entendimento sobre o uso da ergonomia e antropometria dentro de uma produção de fazer design, reflito o que a parte gráfica das capas me traduz. Começo com uma descrição e em seguida trago algum questionamento ou ligação que a análise da capa traz sobre as questões de gênero.

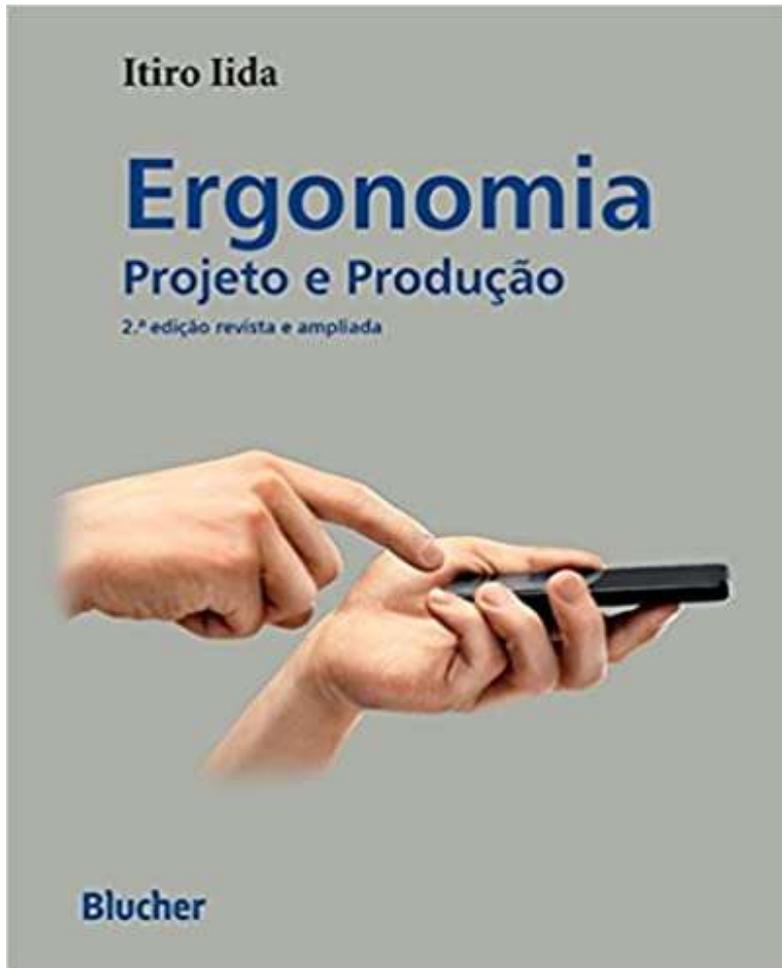


Figura 29: Capa Ergonomia Projeto e Produção
Autor: Itiro Iida, 2005

Descrição da capa: mãos de uma pessoa branca segurando um celular de touch com uma mão e interagindo com a tela com a outra, fundo cinza. A escolha do tema é condizente com o trajeto de suas pesquisas, já que o autor se especializou em manejos de produtos e é possível perceber isso sendo traduzido em sua capa. Ao contrário de livros clássicos da ergonomia, Itiro (2005), não se utiliza da imagem do corpo e nem sugere uma ligação ao homem vitruviano, focando apenas na utilização do produto.



Figura 30: Capa Dimensionamento humano para espaços interiores
Autor: Julius Panero e Martin Zelnik (2016)

Descrição da capa: diversos manequins lidos como masculino, em diversas posturas corporais, fazendo uma alusão ao homem vitruviano. Panero e Zelnik (2016), iniciam o livro comentando que é uma tarefa difícil escrever o livro, pois a ergonomia abarca uma gama de seres, entretanto, ainda se percebe tanto na escolha gráfica da capa, como no decorrer da literatura que existe um direcionamento em torno do corpo masculino.



Figura 31: Capa Ergonomia Prática
 Autor: Jan Dul e Bernard Weerdmeester (2012)

Descrição da capa: Manequim dito neutro, visto por cima, fazendo um demonstrativo de alcance e postura, estudo que deriva da relação de espaço do homem vitruviano com o ambiente

Das três capas, as duas últimas utilizam a representação do homem vitruviano e reforçam um padrão de corpo a ser seguido e analisado. A parte gráfica que compõe esse item, quanto o item 2.1.3, precisa ser debatido pois como falado acima, as questões gráficas e discursivas andam juntas, e mesmo que o designer tenha aberturas na produção gráfica, ainda existe um caminho discursivo que faz com que sigamos ainda essa estética vitruviana descrita pelos autores ao decorrer da literatura, não dando brechas para outras interpretações.

2.1.2 Definições de ergonomia

Me interessa investigar as definições que os autores trazem sobre a ergonomia para entender as influências que tiveram, sobre que olhar vão traduzir os corpos, e se estabelecem relações com a Segunda Guerra Mundial e os padrões de corpos de soldados.

Enquanto definição, tanto Itiro (2005), quanto Jan Dul e Bernard Weerdmeester (2012), explicam que o surgimento do conceito da ergonomia como campo unificado, se deu após a 2ª Guerra Mundial e foi muito utilizado por diversos profissionais, dando foco na área da saúde. Entretanto, Itiro (2005, p.2) segue no subtítulo “1.1 Definição e objetivos da Ergonomia”, explicando: “A ergonomia é o estudo da adaptação do trabalho ao homem.” Importante notar que em sua versão atualizada, de 2016, a palavra “homem” foi substituída por “ser humano”. Jan e Bernard (2012), colocam que a ergonomia é uma ciência aplicada ao projeto de máquinas, equipamentos, sistemas e tarefas, com o objetivo de melhorar saúde, conforto e eficiência do homem, deixando bem explícito que, “[...] a ergonomia focaliza o homem.” (DUL; WEERDMEESTER, 2012, p.14). Aqui temos uma primeira questão, que é trazer o termo “homem” não só como um guarda-chuva que abarca outros gêneros, mas também em fortalecer a ideia de que o gênero masculino é o único capaz de realizar certas tarefas, principalmente tarefas voltadas a esforço físico, a indústrias e até mesmo em poder ocupar espaços de trabalhos. Itiro (2005) reforça,

Existem diversas definições de ergonomia. Todas procuram ressaltar o caráter interdisciplinar e o objeto de seu estudo, que é a interação entre o homem e o trabalho, no sistema homem-máquina-ambiente. Ou, mais precisamente, as interfaces desse sistema, onde ocorrem trocas de informações e energias entre o homem, máquina e ambiente, resultando na realização do trabalho. (IIDA, 2005, p.2)

Diversas associações nacionais de ergonomia apresentam as suas próprias definições. Aquela mais antiga é a da Ergonomics Society²⁰, da Inglaterra: "Ergonomia é o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento, ambiente e particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas que surgem desse relacionamento." Como ressaltado acima, Itiro (2005), Jan e Bernard (2012), ainda se baseiam em definições ainda não atualizadas e eurocêtricas, por se basear em definições e tabelas de medidas de países europeus, e aqui, cabe expor que nas duas literaturas,

²⁰ www.ergonomics.org.uk

ambos trazem que as definições da Associação Brasileira de Ergonomia²¹, quanto a *The International Ergonomics Association* (versão atualizada em relação ao período do lançamento do livro de Itiro) usa os termos “ser humano” e “atividades humanas”, cabendo aqui a responsabilidade de ambos os autores em preferirem continuar com termos macho centrado.

Para Panero e Zelnik (2016) uma definição, seria que "a engenharia humana" (ergonomia) não seria uma simples disciplina científica, mas uma síntese que integra as ciências biológicas - psicologia, antropologia, fisiologia e medicina - com a engenharia. A antropologia aqui entra como a interação de pessoas com pessoas e ambientes, já os demais, são campos que parecem corroborar para discursos médicos e biologizantes em se tratando de questões de gênero/sexo.

Panero e Zelnik (2016) abrem a porta aqui para pensar também que corpos essa definição abrange, compatível com Pater (2020), que torna evidente como esses parâmetros foram adotados com base em estudos que consideravam apenas o biotipo de soldados militares estadunidenses (PATER, 2020), reforçando um rigoroso padrão corporal a ser utilizado no desenvolvimento de produtos, excluindo especificidades presentes em outras regiões do mundo, como o Brasil. Até porque como menciona a citação abaixo, os recursos para tal estudo advém do governo com sua relação com o militarismo e principalmente em função da Segunda Guerra Mundial, onde o Brasil não se encaixa e talvez por isso, quase não tenhamos estudos ergonômicos a nível nacional.

A maior parte das pesquisas nessa área [dados ergonômicos e antropométricos] é relativa ao setor militar, e não aos civis da população mundial. As razões são óbvias. Antes de tudo, é exatamente dentro desses setores que existe uma necessidade mais intensa de tais dados, para equipar e vestir adequadamente os respectivos exércitos, forças aéreas e marinhas. Segundo, há uma reserva nacional e numerosa de sujeitos disponíveis. Terceiro, os fundos para implementar tais estudos são empenhados e disponibilizados pelos respectivos governos envolvidos. (PANERO; ZELNIK, 2016, p.26)

Podemos concluir, a partir da análise das conceituações de ergonomia, apenas Panero e Zelnik (2016) não se utilizam do termo guarda-chuva homem, sendo uma bibliografia que sim, tem bases em Henry Dreyfuss (1993), que lida com terminologia do “homem” e questões corporais inalcançáveis, porém já existe uma revisão para a troca da terminologia para ser

²¹ www.abergo.org.br

humano. O que não acontece nas outras duas literaturas, que mesmo já em vigência o uso do ser humano, optaram pelo homem como guarda-chuva das diversidades corporais e de gênero.

2.1.3 Relações imagéticas sobre o corpo e gênero

Voltando aos questionamentos que abrem o capítulo, analisar graficamente as escolhas ilustrativas, acarreta num entendimento sobre as denúncias de abjeção que diversos corpos trans tem trazido e sofrido, e consoante aos dados apresentados pela ANTRA (2021, 2022), justifica o aumento das violências com a comunidade. Pode parecer bobo para a comunidade cisgênera, mas a falta de representatividade de corpos em literaturas científicas, reforçam que corpos dissidentes são anomalias e precisam ser exterminadas.

Em relação a parte visual de ilustrar a corporeidade e questões de gênero, percebo que Itiro (2005) segue 3 padrões de ilustrações, o primeiro é incluir tanto figuras masculinas e femininas, quando vai tratar de conceitos mais amplos, assim como mostra a figura 29.



Figura 32: ilustração de linha de trabalho, (Iida, 2005, p.11)
Autor: Itiro Iida, 2005

A segunda situação é quando Itiro (2005), nos apresenta questões de posto de trabalho, esforço e a relação homem-máquina, onde majoritariamente o mesmo utiliza apenas figuras de homens e utiliza do termo homem em esquemas. Repetindo aqui uma informação que homens e mulheres cis possuem papéis dentro da indústria, dentro de casa e de função, a partir de uma pensamento patriarcal e biologizante.

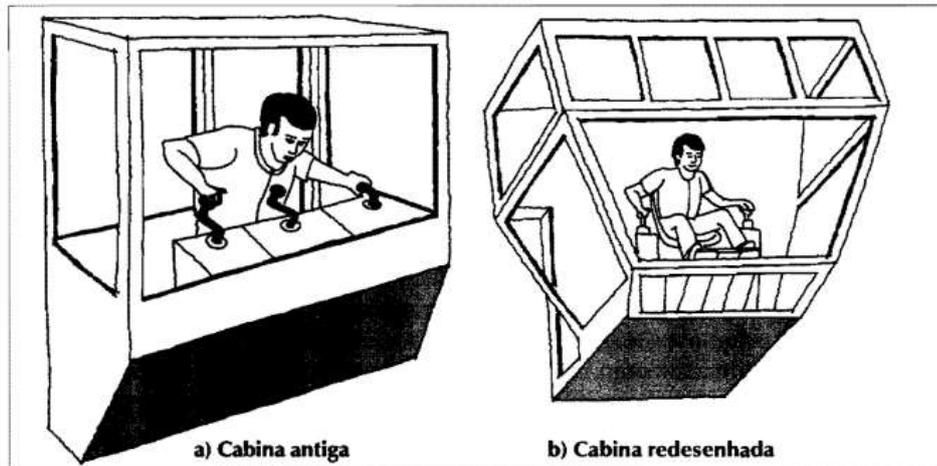


Figura 33: manejo de máquina, p.20
Autor: Itiro Iida, 2005

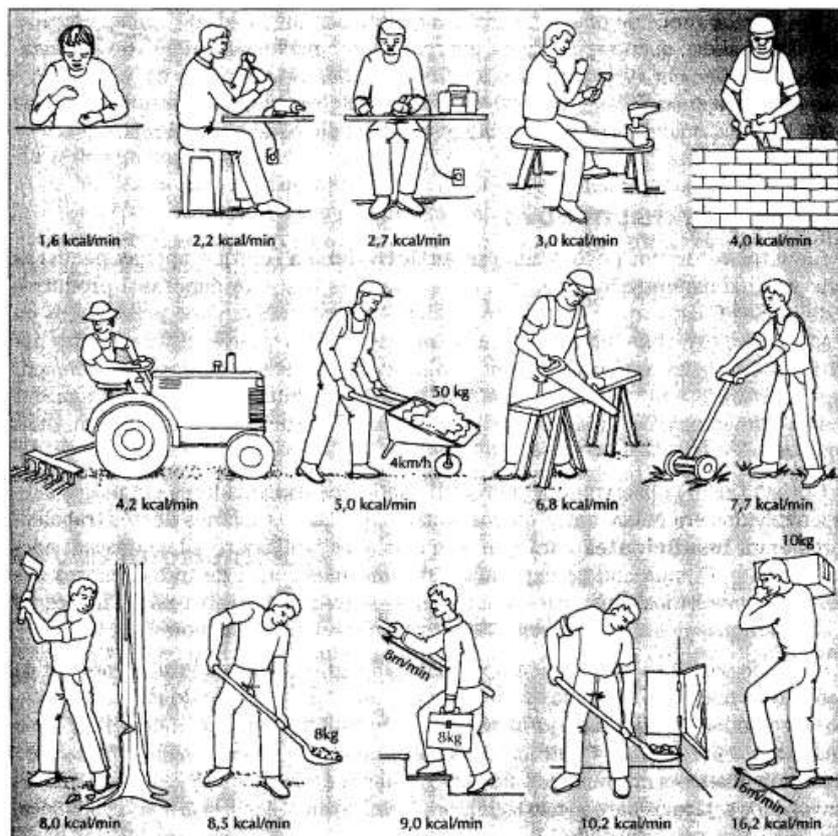


Figura 34: Trabalho e esforço, (Iida, 2005, p.821)

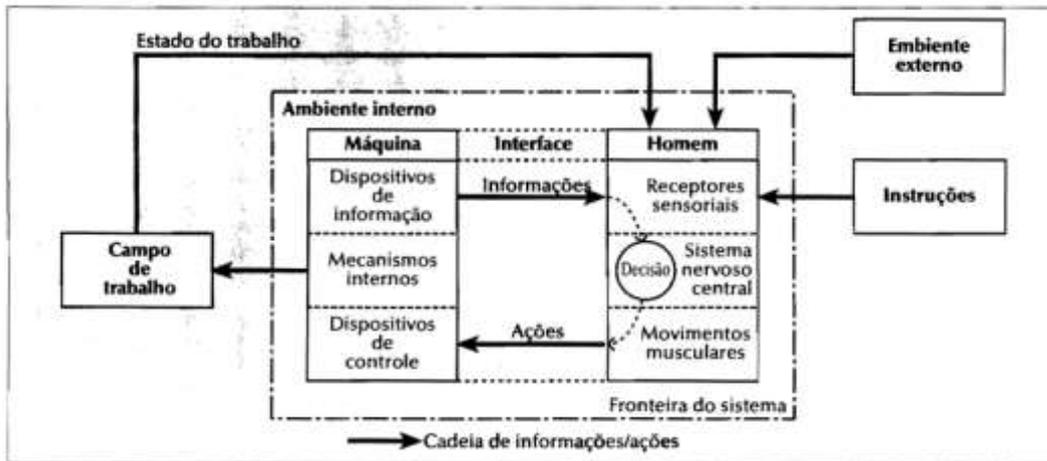


Figura 35: Esquemático da cadeia de planejamento, p.28 (Iida, 2005, pg. 28)

No terceiro momento quando Itiro (2005) apresenta as medidas antropométricas, duas situações me chamam atenção, uma é que ele inclui a diversidade de corpos dentro de um pensamento projetual, a segunda é que para não usar apenas um corpo em exemplos que caberia aos dois corpos binários, ele segue duas representações, uma de trazer o corpo da mulher e do homem cis, ou utiliza de manequins ditos neutros. Um adendo, o autor recorre aos meios médicos e uma visão cisgênera para trazer questões anatômicas sobre o funcionamento do organismo, mostrando a capacidade de cada gênero pautado em seu órgão genital, além de levantar outra problemática que é um entendimento que apenas mulheres cis seriam capazes de gestar

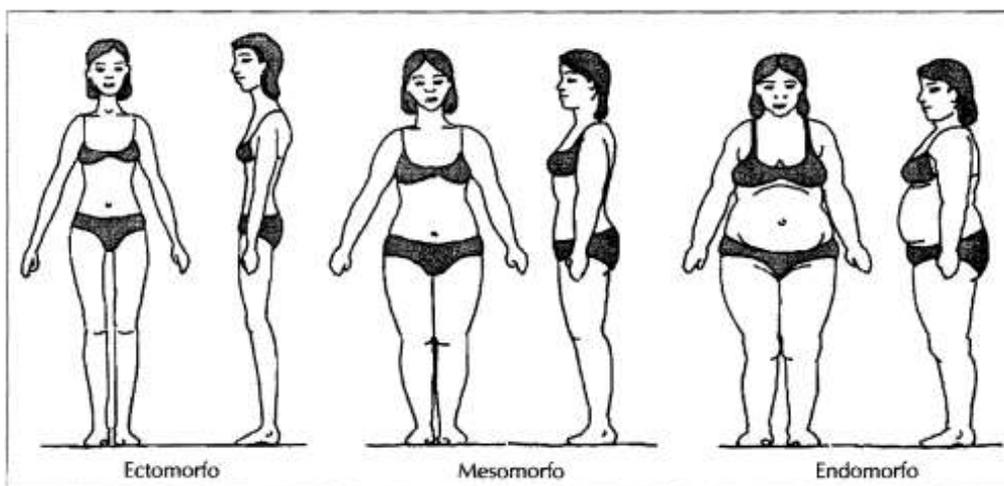


Figura 36: Diversidade corporal, p.104 (Iida, 2005)

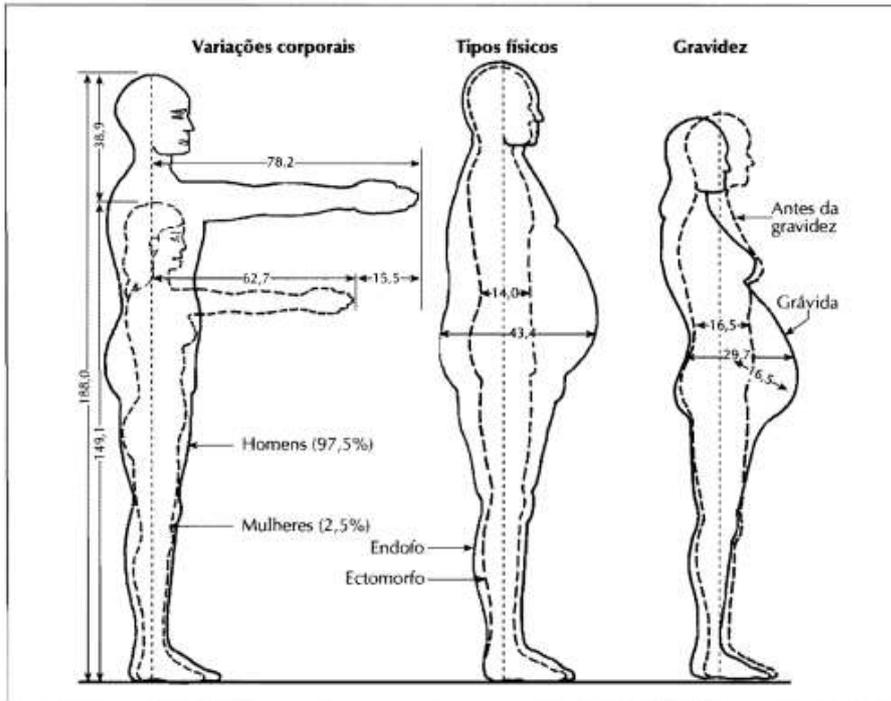


Figura 37: Foco sobre gravidez, p.104 (Iida, 2005)

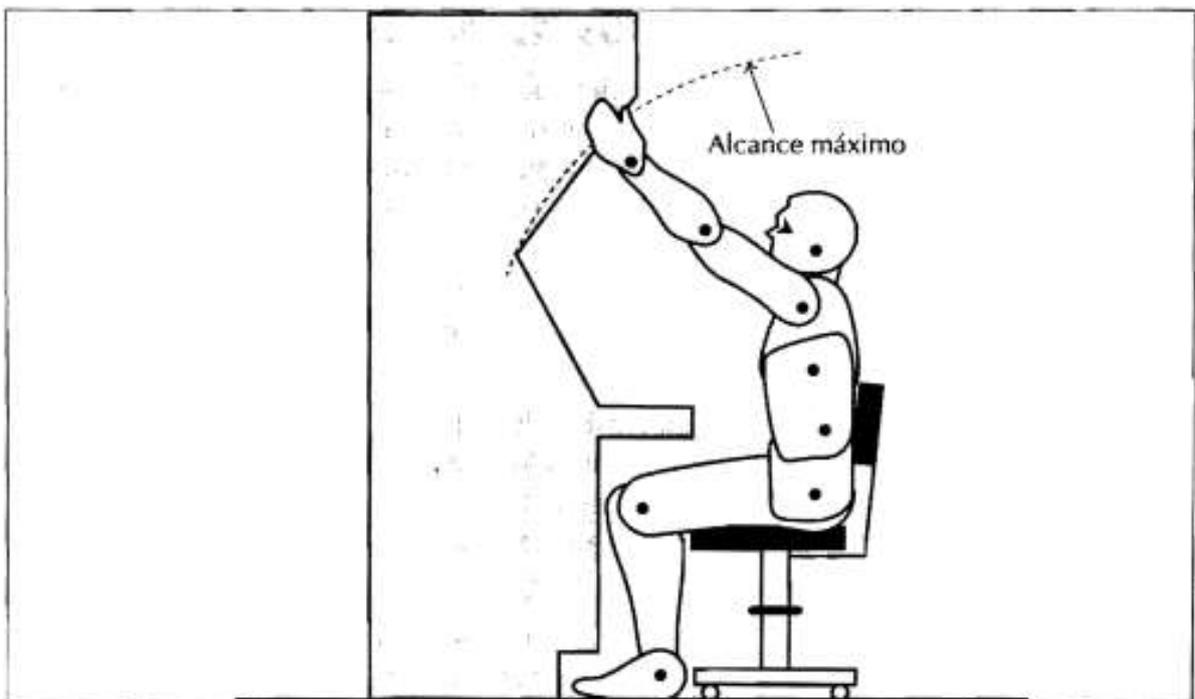


Figura 38: Alcance, p.130 (Iida, 2005)

As ilustrações que se baseiam no texto ainda em sua maioria são de corpos de homens cis. As questões de sexismo aparecem mais frequentes no final do livro onde, Itiro (2005), na seção de posturas aloca o corpo da mulher a trabalhos manuais, como artesanato e o corpo do homem na simulação de um veículo.

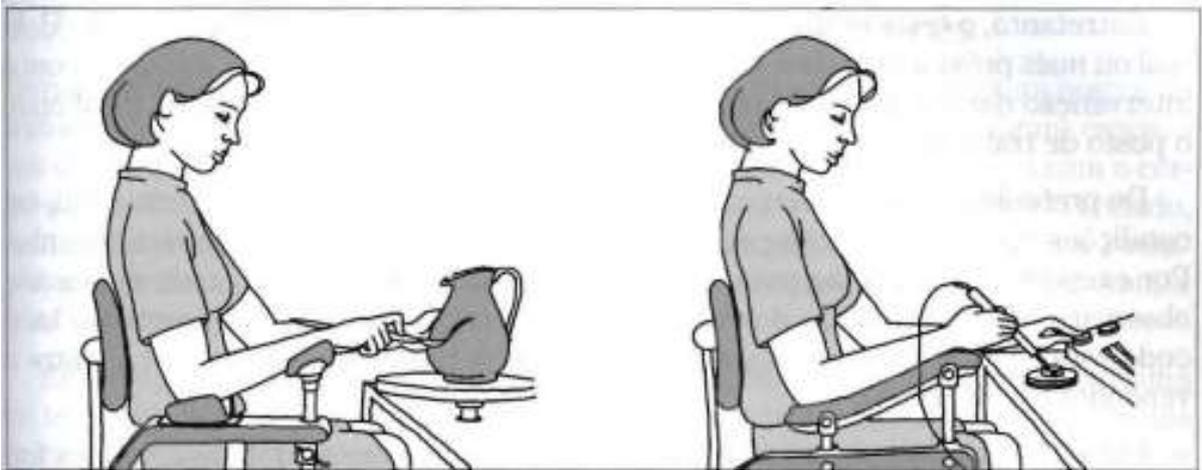


Figura 39: trabalhos manuais, p.130 (Iida, 2005)

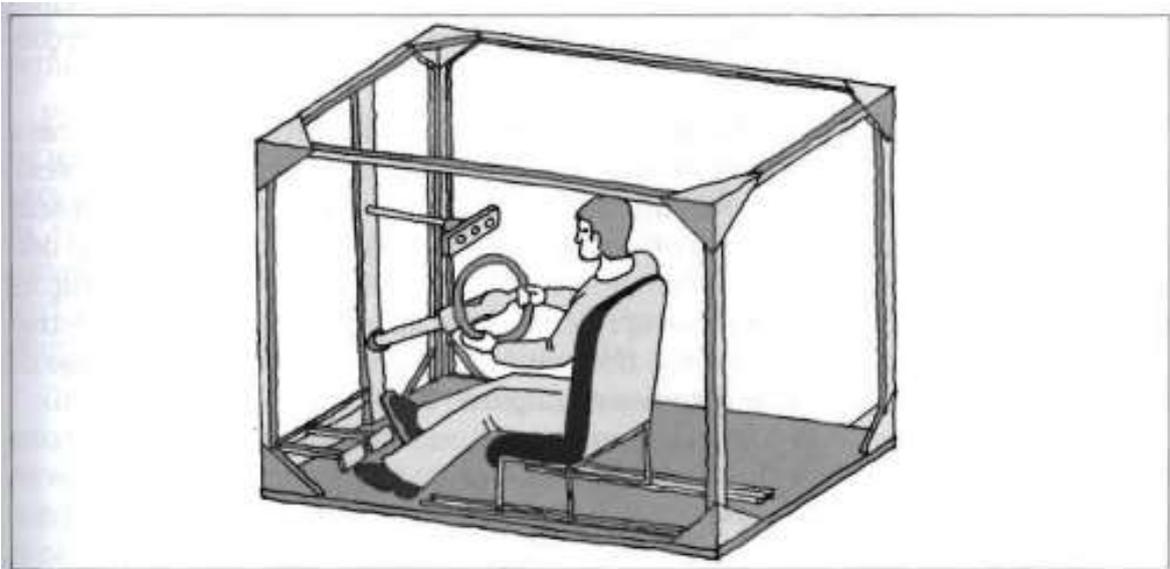


Figura 40: teste ergonômico de automóveis, p.130 (Iida, 2005)

Panero e Zelnik (2016), seguem dois caminhos de imagem, no primeiro momento eles se utilizam de um desenho mais realista do que se entende por homem e mulher original, logo, percebe-se o uso até dos órgãos genitais para designar e não ter dúvida do gênero caracterizado.

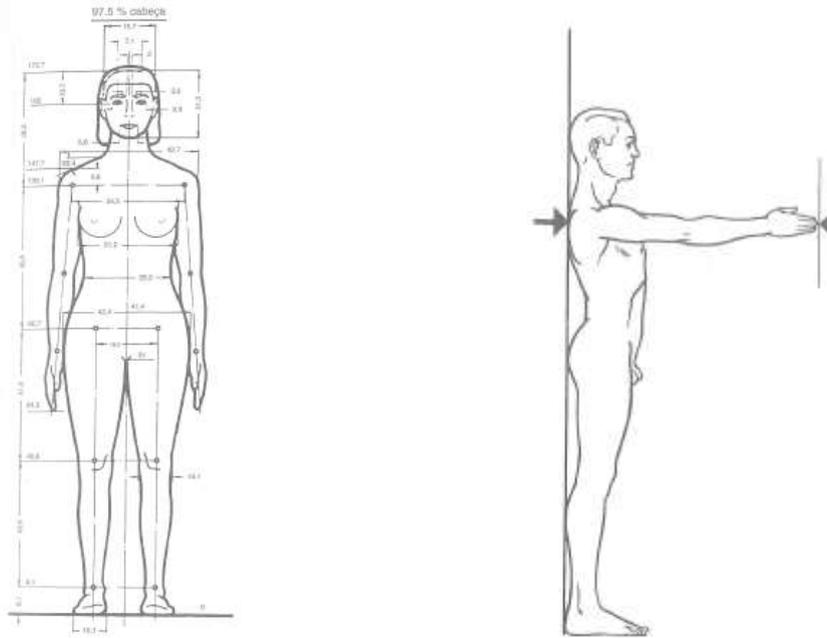


Figura 41: Uso do corpo com genitália, p.31 e 42 respectivamente (Panero e Zelnik, 2016)

No segundo caminho, os autores usam de manequins com formas mais reduzidas, entretanto utilizando os peitos como um diferenciador de gênero. A figura do manequim feminino aparece apenas em casos bem específicos (figura 39), quando o foco é a mulher ou para fazer um comparativo entre o corpo do homem. Nas tabelas antropométricas, apenas o manequim masculino (figura 40) é observado. Nesse caso não se usa o termo homem, mas imageticamente, a figura do homem ainda está presente como um guarda-chuva.

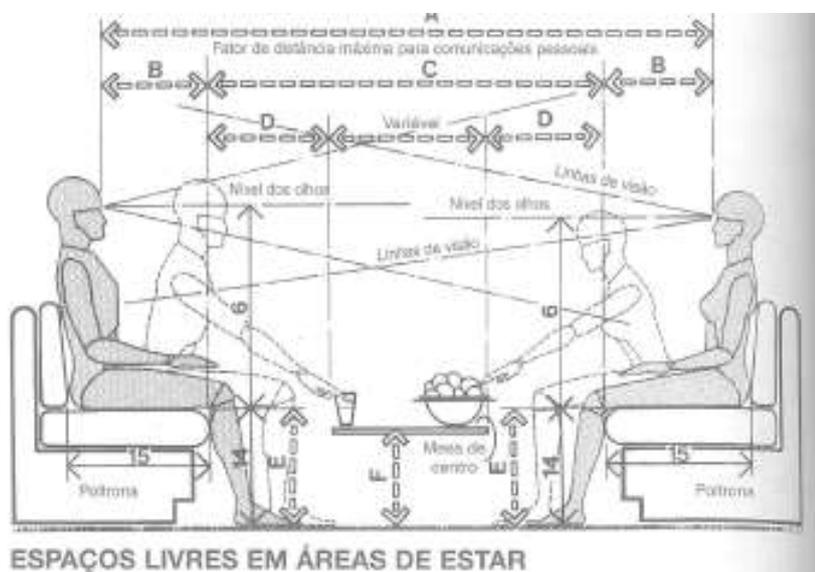


Figura 42: Área de estar, p.136 (Panero e Zelnik, 2016)

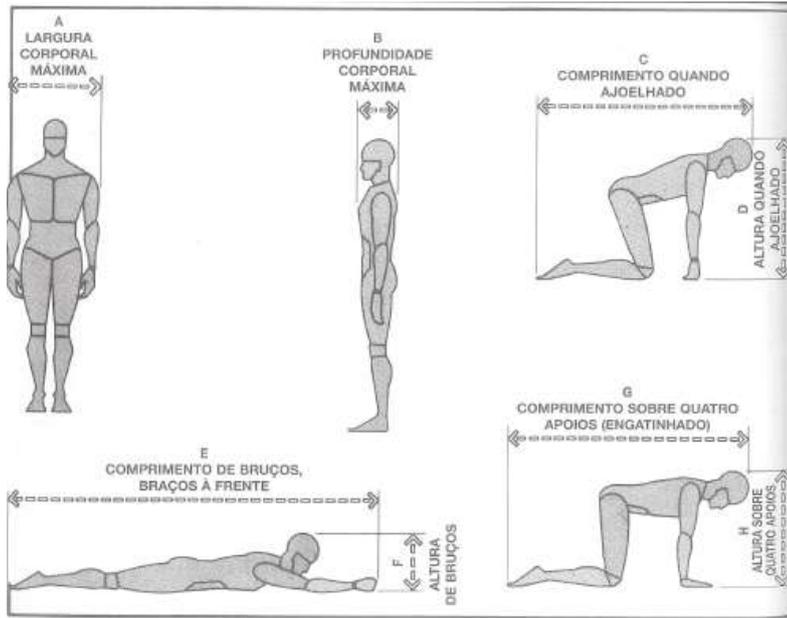


Figura 43: postura, p.104 (Panero e Zelnik, 2016)

Na questão de ambientes da casa, como cozinha, os autores não tendem a usar apenas um manequim. Existe sempre a utilização de ambos os manequins para funções de casa, como servir comida, lavar louça e roupa;

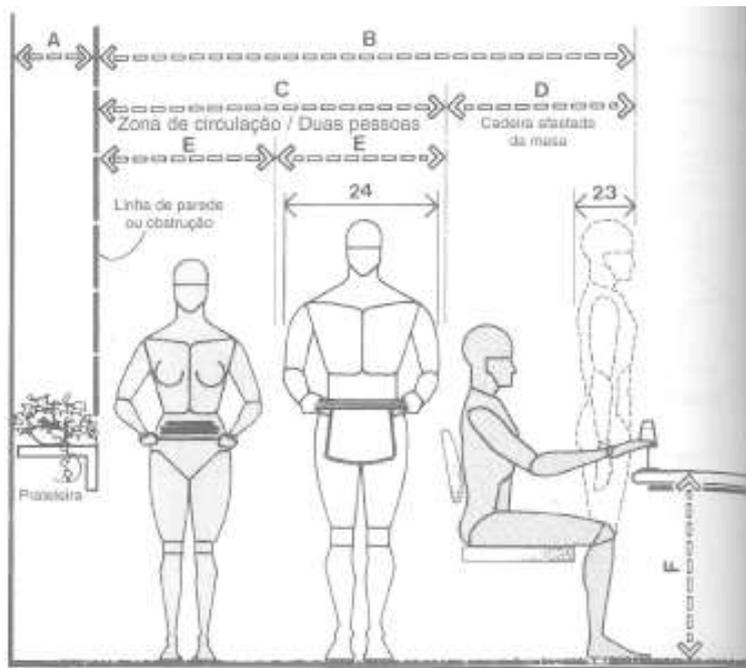


Figura 44: Servindo comida, p.146 (Panero e Zelnik, 2016)

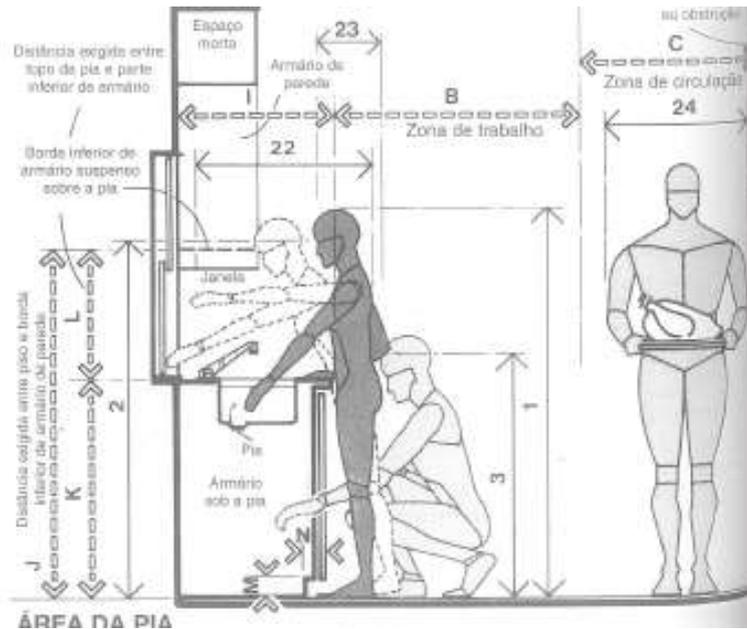


Figura 45: área da cozinha, p.160 (Panero e Zelnik, 2016)

Por último, Jan Dul e Bernard Weerdmeester (2012), utilizam sempre o mesmo estilo de desenho que caracteriza padrões estéticos para designar o homem e a mulher, além de reforçar lugares e forças a partir do gênero.

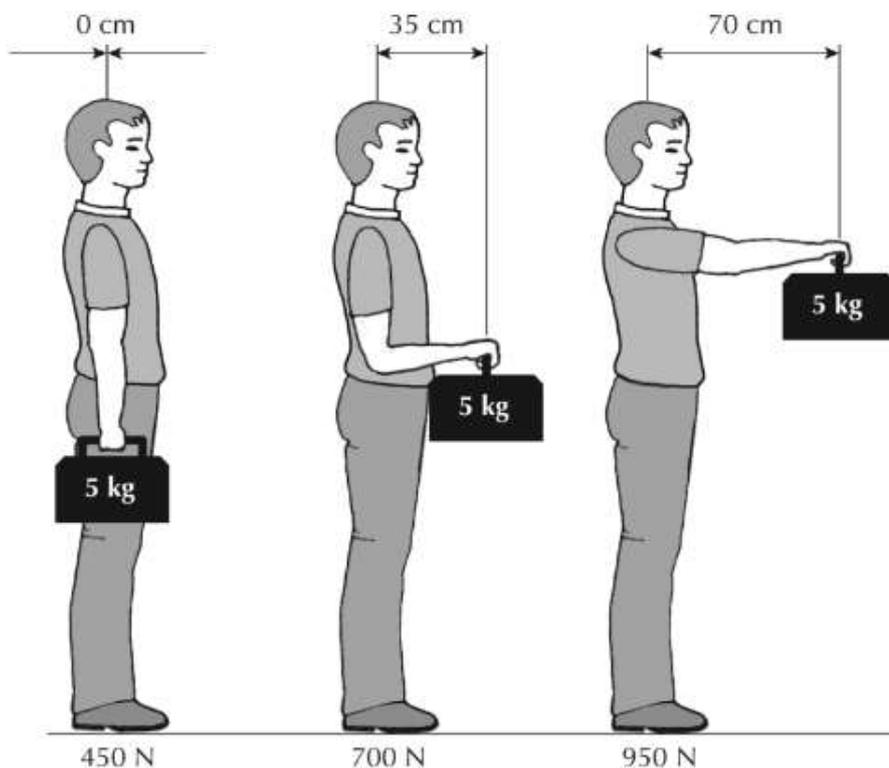


Figura 46: pega e esforço, p.19 (Dul e Weerdmeester, 2012)

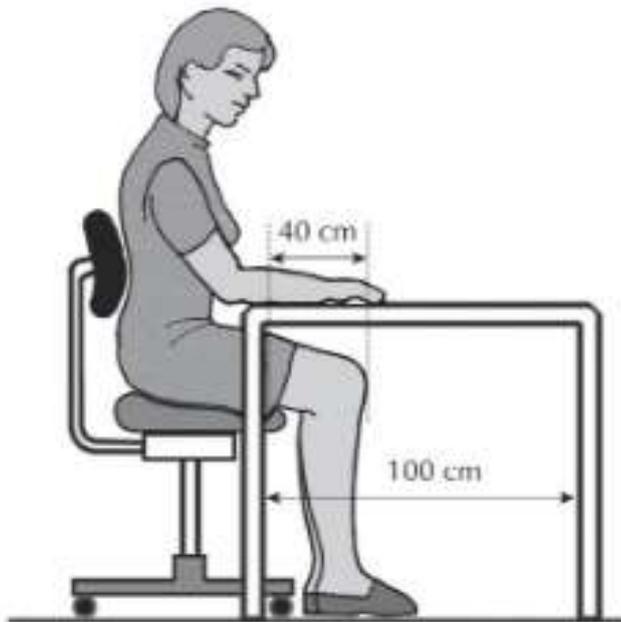


Figura 47: Postura e relação do corpo com mesa e cadeira, p.33 (Dul e Weerdmeester, 2012)

Concluindo, percebe-se que na parte imagética as 3 literaturas abordam a partir de um pensamento cisgênero, além de priorizar o corpo masculino, o que evidencia a necessidade do campo de se aproximar aos estudos de gênero, objetivando uma atualização de suas representações imagéticas e discursivas.

Vimos dentre os três eixos analisados, como a presença da figura do homem ainda se faz necessário dentro desse campo do saber, ou melhor, como os autores ainda fazem que apenas a figura do homem se faça necessário. Com o avanço das discussões sobre o corpo, gênero e sexo, percebe-se que existe um avanço em certos pontos sexistas, mas vale lembrar que no âmbito das discussões dos termos “homem” e “ser humano”, todas as literaturas estavam cientes sobre a discussão, entretanto preferiram manter seu posicionamento sobre o termos “homem”.

É preciso também ter um olhar de como os cursos de design analisados ajudam na propagação de estereótipos. Todas as literaturas abordadas possuem edições atualizadas, porém continuam estimulando o uso de bibliografias sexistas, homem centradas e consequentemente transfóbicas, dado que as discussões propostas sempre envolvem os corpos cisgêneros e suas capacidades “biológicas”.

Logo, a partir da análise dessas três bibliografias aportadas nesta escrita, é possível observar como o ensino do design é atravessado pela tecnologia de gênero (DE LAURETIS, 1994), a partir de muitas camadas discursivas: imagéticas, textuais, simbólicas. Repensar e

queerizar abordagens, permite lançar mão de um olhar que amplia horizontes do processo de ensino-aprendizagem do campo — de maneira a expor os mecanismos discriminatórios que permeiam seu saber-fazer. E a um só tempo, propositivo no sentido de fomentar práticas mais inclusivas e que possam responder a muitos outros corpos pelo campo ainda não contemplados.

3 NEM NASCI E JÁ TENHO PROBLEMAS

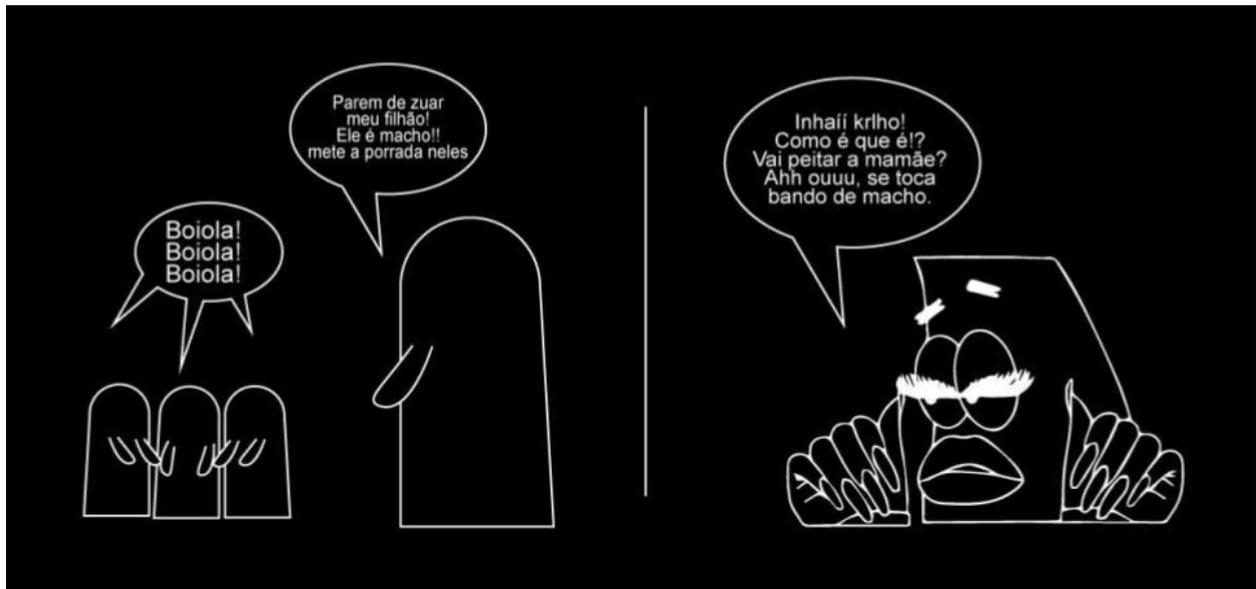


Figura 48: Briga de rua na infância.
 Autoria própria

Como já coloquei, hoje, sou uma pessoa trans não binária, mas foi muito difícil entender esse meu ser. Na minha infância fui muito livre para brincar como queria e com o que queria, ganhava bonecas, bonecos, corda, bola, jogos de tabuleiros, ursinhos, algumas coisas sim, se baseavam numa “cor masculina”, mas no geral eu e minha irmã tínhamos acesso a essa gama de brinquedos independente do nosso gênero. Na rua, escola e dentro de casa, brincar era brincar, futebol, queimado, pular corda, elástico, amarelinha, lutinha, pique-pegas, só se via um emaranhado de crianças correndo para um lado e para o outro. Mas lembro que mesmo com essa abertura, quando alguém me zoava, meu pai fazia questão de mandar eu engolir o choro e ia comigo tirar satisfações. Tenho uma recordação, talvez nessa época eu tivesse uns 6-8 anos, eu estava no campo brincando de pique-cor com minhas amigas e um grupo de garotos começaram a me chamar de menininha, diga-se de passagem que não era nenhum problema, mas o não saber como retrucar, o que responder e o medo do que devia responder, até porque sabia já nesse período que não queria atender essas normas - claramente a frente do meu tempo, militante, empoderada desde nova, o lacre em pessoa -, mas também não entendia meu corpo, não entendia sexualidade, performatividade, eu só tinha um sentimento diferente de outros meninos e tinha receio de falar porque ninguém parecia ter esse sentimento, então o que me cabia era chorar minhas pitangas com meus pais sobre a zoação. Meu pai pegou na minha mão, me levou até onde estavam os meninos e falou:

- Vocês tão chamando meu filho de que? (meu pai)
- Nada tio, ele tá inventando! (as crianças)
- Se vocês chamarem meu filho de novo de menininha, ele vai cobrir vocês na porrada, tá me escutando? (meu pai)

Gente, eu só queria voltar a brincar de pique-cor e meu pai marcando de eu cair no soco com os garotos, eles eram 4 e eu 1, claramente eu iria apanhar, onde já se viu medir masculinidade pelo soco? Mas fiquei bem quietinha né, eu fui reclamar, agora tinha que peitar o babado. Por fim, os meninos pediram desculpa e saíram, meu pai na volta falando que quando for assim ele não me quer chorando, que é para eu virar a mão na cara de um e pronto. Depois dessa e de outras situações, meus pais sempre de forma discreta falavam que eu precisava mudar minha postura, que ninguém iria mexer comigo, mas mudar minha postura era falar mais grosso e firme, não desmunhecar, ficar mais perto de meninos, sei lá.

Queria que meu pai sentisse orgulho do filho que ele tinha, eram tão pouco tempo que tinha com ele, meu pai trabalhava embarcado então ficava sem ver meu pai 3, 4 e até 5 dias, então comecei a abrir mão de certas “posturas” que eu tinha para me moldar ao ideal de filho. Claramente, não era natural, parecia eu imitando um brutamontes, mas era isso. Teve um dia que estava de ônibus com meu pai voltando para casa, e um rapaz que "aparentava" ser gay estava sentado na nossa frente. Ele usava brincos, tinha um corte de cabelo diferente, desmunhecava a mão, então resolvi fazer algo que foi péssimo, sinto muita vergonha, comecei a falar:

- Ei, bichinha, tá de brinquinho? Ali pai, ele aqui na frente é gay!

E ria, tipo aqueles cochichos que nem tão altos para chamar atenção, mas nem tão baixos para o rapaz não escutar. Queria muito pedir perdão a esse rapaz. Sei que fiz aquilo para parecer que estava me afastando do que aquele rapaz representava, mas na verdade eu estava fascinada pelo seu corte de cabelo, pelos seus brincos com pedra super legais e por ter coragem de existir do jeito que queria. Até hoje sinto e sei que queria ser aquele rapaz, mas como? Como que faz para ser assim? Nem tinha nascido e já tinham sobre eu milhares de expectativas. Já tinha um manual de paleta de cor, um manual de gestos e comportamento. Como quebrar essas amarras que me aprisionaram por tanto tempo? Eu sei. A culpa não é minha, mas ainda bem que consegui desamarrar bastante desses nós.

A partir disso, ao refletir sobre a infância, torna-se oportuno retomar uma análise

queer, permitindo-se o questionamento da suposta naturalidade da heterossexualidade (KATZ, 1996). Como lembra Paul B. Preciado, o policiamento de gênero que faz com que os pais, muitas vezes, se tornem meros “representantes repressivos da lei do gênero” e eduquem as crianças “como se fossem presumidamente heterossexuais” (PRECIADO, 2013, p. 96-99) e com isso privam as crianças de terem um pai e uma mãe que poderiam ter cuidado e a amado. Preciado (2014) continua trazendo uma indagação, “se sou homem ou mulher? Esta pergunta reflete uma obsessão ansiosa [...] qual? A de querer reduzir a verdade do sexo a um binômio” (p. 223).

Entendo que na minha infância, ser uma criança viada, (talvez) não trouxe interferências no amor que recebi, mas não tem como negar que existiu, mesmo de forma discreta ou mais passiva, um policiamento sobre minha sexualidade. Trazendo como metáfora, parece quando a criança está aprendendo a andar e fica alguém atrás só para se assegurar que não vai cair para os lados e nem para trás e tem um adulto na sua frente batendo palma, chamando seu nome, então, me senti diversas vezes assim sobre essas questões de gênero e sexualidade, tive mais espaços para dar passos para os lados e para trás, mesmo assim tinham limites. Bom, no final nunca cheguei aos braços daquele adulto (aqui representado sobre a glória de ter me consagrado uma pessoa cisheteronormativa). Sobre essa questão de cercamento, fico com a reflexão de Preciado (2013), quando ele diz que temos que defender o direito das crianças de não serem educadas exclusivamente como força de trabalho e reprodução. Que é importante defendermos o direito das crianças de não serem consideradas como futuros produtores de esperma e úteros. Defendermos o direito das crianças de serem subjetividades políticas irredutíveis a uma identidade de gênero, sexo ou raça.

Como contado no capítulo 1, hoje o termo *queer* assume uma polissemia que nos impede de tentar capturá-lo a partir de uma definição estática e hermética. Fazendo uma pequena digressão, o sentido pejorativo, mobilizado para desqualificar e humilhar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, foi reapropriado politicamente e assumiu uma conotação de luta, uma forma transgressora de estar, ser e pensar no/o mundo contemporâneo. Portanto, *queer* soa como uma busca pela elaboração discursiva de experiências consideradas não legítimas, abjetas e marginalizadas.

Nas palavras de Guacira Lopes Louro: “Mais do que uma nova posição de sujeito, *queer* sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante” (2009, p. 135). Seguindo a provocação de Guacira (2009), entendemos que o *queer* remete à ideia de

sujeitos que se dispõem a viver a e na diferença, de modo que essa atitude provoca fissuras no sistema de normalização e normatização dos corpos, desejos e afetos.

A teoria *queer* prescinde de um “antiessencialismo radical” e pela recusa ao fechamento identitário no plano da orientação sexual e do gênero. Daí talvez o caráter estratégico que estados ‘inter’ e/ou ‘trans’ (intersexuais, travestis, transexuais, transgêneros e não binários) assumem para essa teoria” (LOPES, 2017, p. 174). Como nos lembra Preciado (2004, p. 51) “os movimentos *queer* representam o trasbordamento da própria identidade homossexual por suas margens: viados, maricas, boiolas, transgêneros, putas, gays e lésbicas deficientes, lésbicas negras e chicanas, e um interminável etc.”. É na esteira desse pensamento anti-fundacionista (SPARGO, 2017) que o *queer* nos permite refletir sobre modos de vida não normativos, inclusivos e abertos à diferença, inclusive na infância.

3.1 Menino veste azul e menina rosa?

No século XIX, garotas e garotos usavam branco porque era mais fácil lavar. Depois da Primeira Guerra Mundial, lojas de departamentos nos Estados Unidos perceberam que poderiam ganhar mais dinheiro se os produtos de bebê fossem específicos para cada gênero. Os tons pastel estavam na moda, mas se decidiu que o cor-de-rosa seria para meninos e o azul, para as meninas. Na década de 1940, pesquisas de mercado no país sugeriram que as cores deveriam ser invertidas, e a geração baby boom foi a primeira na qual as garotas usaram rosa e os meninos, azul. (PARTER, 2019, p. 83)

No imaginário social, nossa sociedade construiu mitos e tabus em relação à sexualidade humana. O primeiro e, um dos mais relevantes, é o aprisionamento das expressões político-sexuais. Por meio do advento do capitalismo, que prevê o corpo como maquinaria e força de produção, a sexualidade foi negada, silenciada e normatizada. A regra interna tomou a expressão da heterossexualidade como natural e legítima, focalizada não no erotismo, mas na reprodução (FOUCAULT, 2015).

A repressão da sexualidade infantil torna-se uma das responsáveis a cristalizar no imaginário social a ideia de uma criança passiva, submissa, uma miniatura adulta. O gênero, baseado no sexo, é dado ao nascimento a partir da genitália e a sexualidade é negada,

entendendo que ela só se manifestará na puberdade e poderá se vivenciada a partir da fase adulta. Gênero enquanto uma estrutura hegemônica que constitui seres humanos em homens/mulheres, ao mesmo tempo que humaniza esses corpos. O bebê se humaniza quando se responde: se é menina ou menino? O gênero enquanto estrutura hegemônica colonial é pautado em uma perspectiva binária e hierárquica.

Através da ecografia, exame que possibilita acompanhar o crescimento do bebê, a nomeação do corpo, por meio da identificação de seu órgão genital, age com o objetivo de enquadrá-lo dentro de um gênero específico, aguçando, desde então, o imaginário da família e da sociedade em torno da criação de um menino ou menina (BENTO, 2011; LOURO, 2013). O exame ecográfico é considerado “uma tecnologia célebre por ser descritiva, mas que não é senão prescritiva” (PRECIADO, 2014, p. 130).

Essa visão de infância ainda é regra em diversos espaços de poder. A corporeidade - e, conseqüentemente, a sexualidade - é silenciada por toda uma sociedade normativa e regulatória pautada na binaridade. Contudo, como enfatiza Butler (2015), onde há repressão, há, necessariamente, resistência. A criança dissidente é um desses exemplos. Com o avanço dos meios comunicativos, temos uma grande disseminação de muitas informações sobre debates de gênero, sexualidade, corporeidade, performance e ainda por cima temos uma representatividade que traz coragem e identificação a todas as crianças dissidentes. Entretanto, nem sempre temos meios informativos que pensem e reflitam sobre seus papéis sociais, assim como a ministra Damares que enxerga gênero pautado em normas regulatórias, como a famosa frase: “Menino veste azul e menina veste rosa”²². Jésio Zamboni, doutor em educação, a partir desta complexa conjuntura, reflete como a criança dissidente é um corpo que resiste às normatizações, à disciplinarização.

O infante, aquele que não fala por si próprio, é desmontado pelas traquinices das crianças que ousam produzir uma multiplicidade de signos, por meio dos quais escapam à regulação social. Abalando o modelo de infância, constituído na modernidade ocidental principalmente pelos aparelhos de controle familiar e escolar, [...] convocam a pensar a criança para além do padrão instaurado pela moral burguesa. Evidencia-se, então, que as crianças não são infantis desde sempre. Elas são alvo de um processo de infantilização que, paradoxalmente, possibilita se tornarem adultos submetidos à organização social (ZAMBONI, 2017, p. 850).

Contudo, por ser uma infância que “escapa”, pagam um preço alto por simplesmente

²² <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>

existirem, sobretudo quando falamos de crianças transgêneras, mais ainda ocorrem a violência, a expulsão e a rejeição, sendo postas na abjeção da sociedade. Letícia Nascimento (2021) transfeminista dialoga dizendo que mulheres transexuais e travestis, tiveram sua infância roubada, pois a vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças trans tenham uma infância livre, dado o não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido.

Nos últimos anos (2019-2022), tivemos um governo que corrobora com a internalização da matriz cisheteronormativa, quando o ex-presidente diz: “Tem que deixar de ser um país de maricas”²³, mobiliza uma mensagem há muito ouvida por crianças e adolescentes em todo o Brasil: não seja marica, boiola, baitola, viado, mariquinhas, bicha; por conseguinte, não seja uma criança viada! Conforme sugere Preciado, a infância/criança dissidente denota uma possibilidade de questionar e desestabilizar o ideal de construção de masculinidade e feminilidade regido pela heterossexualidade compulsória. Por isso há uma constante vigilância sobre os modos e comportamentos de meninos e meninas a partir da reiteração de expressões discursivas como “menino não chora”, “isso é coisa de menina” etc. Esses enunciados não podem ser entendidos como meras expressões anedóticas, pelo contrário, são operações discursivas que condensam imagens, configuram práticas, expressando uma visão heterocentrada e binária na gestão e produção dos corpos sexuados, excluindo e não reconhecendo a legitimidade de outras possibilidades de ser e de existir, ainda na infância.

Durante a exposição “*Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*” inaugurada em 15 de agosto de 2017, no espaço Santander Cultural, foram expostas 223 obras de 84 artistas brasileiros. Neste acervo duas obras chamaram a atenção dos grupos que a atacaram e requereram seu encerramento, que foram as obras “Travesti da lambada e Deusa das águas” e “Adriano Bafônica e Luiz França de She-há”, 2013.

²³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>



Figura 49: Travesti da lambada e Deusa das águas
Autor: Bento Leite



Figura 50: Adriano Bafônica e Luiz França de She-há
Autoria: Bento Leite

Criadas pelo artista brasileiro nascido no Ceará, Bento Leite, homem trans, elas fazem parte da série “Criança Viada”, inspirada no Tumblr homônimo. O Tumblr “Criança Viada” foi inventado pelo jornalista Iran Giusti em 2012 e tinha como objetivo a divulgação de fotografias pessoais de adultos em sua fase de infância desconstruindo expressões de gênero tidas como normais e naturalizadas. Considerando que a fotografia tem um papel preponderante no registro da imagem e na (re)produção da memória, o Tumblr tornou-se um espaço profícuo para a recriação de imagens da infância que provocam o sistema heteronormativo, e incomoda as memórias apaziguadas de que a infância é um tempo vazio de desejos e expressões de gênero. Abaixo contribuo com fotos minhas de criança viada.



Figura 51: quadro de fotos minhas enquanto criança
Autoria própria

A partir desse exemplo, entendemos que tal ação reguladora de gênero (BUTLER, 2014), evidencia a incidência do poder e do saber normatizador e normalizador dos corpos sexuados e generificados que atuam na manutenção da ordem binária da economia significativa da heterossexualidade (BUTLER, 2003). No discurso neoconversador mobilizado contra o *Queermuseu*, além de acusar as imagens de propagar uma sexualização da infância, podemos entender como um contra-ataque as tentativas de potencializar outros modos de existência que transgridam os arquétipos de masculinidade e de feminilidade.

Consonante a Judith Butler (2003), em uma sociedade forjada e estruturada na heterossexualidade compulsória, toda e qualquer performance de gênero considerada “inadequada” e/ou dissidente na ordem binária, provoca uma “perturbação” no sistema sexo/gênero e, em alguma medida, almejam escapar da teia de sentidos, práticas e discursos que configuram corpos sexuados, dóceis e heterocentrados. Logo, quando uma criança age de modo a embaralhar os signos historicamente atribuídos como masculino e/ou feminino, evidencia que os nossos corpos “nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização” (BUTLER, 2019, p. 16), uma reação heterocentrada em nome da suposta defesa da infância e da família se materializa por meio de discursos moralizantes e de práticas censórias retificadoras da ordem e dos “bons costumes”.

Pensando nesse embaralhamento que corpos dissidentes fazem, lembro que na fase de entrada na adolescência, eu comecei a engordar e, por conta disso, meus peitos ficaram maiores, lidos naquela época como peitos semelhantes à de meninas. Teve um dia que um colega de classe ficou puto comigo por algum motivo que não lembro e quis me diminuir a partir do meu corpo, começando com a “ofensa” de peitinho de mulher que evoluiu para tetas de vaca menstruada, e assim, por um bom tempo, fui chamada desse apelido, onde cada vez mais colegas riam e se utilizavam desses apelidos. Imaginem, uma criança afeminada, gorda e nerd, um prato cheio para virar chacota. Minha sorte que sempre fui muito rápida com as palavras e muito boa na arte de convencer, então nunca deixei que esses apelidos me desestabilizassem ou me deixassem abatida na frente das pessoas, sempre saía por cima com minhas respostas ácidas, mas internamente isso me abateu muito, já tinha questões sobre sexualidade, agora teria que encarar questões sobre meu corpo, questões essas que nem sei ainda se resolvi aos 27 anos. Mas porque esse relato? É para sinalizar que em todos os ambientes somos tachadas caso não nos adequamos as normas que previam para nossos corpos.

O design como ferramenta da cisheteronormatividade tem caído em mãos que corroboram com discursos regulatórios, o projeto de design, enquanto manifestação de linguagem, não é neutro (ALMEIDA JUNIOR; NOJIMA, 2010) e consiste em um jogo de subjetividade e objetividade, onde o designer precisa manipular os discursos, gerando um processo de significação (SOUZA LEITE, 1996). Dessa forma se delinea o papel social do designer, que, através de seus projetos, busca influenciar atitudes, conhecimentos e o comportamento dos indivíduos (FRASCARA, 2000).

O designer reproduz preconceitos de gênero sobre o projeto ou não dá importância para a questão. Por conseguinte, acaba contribuindo para a perpetuação de estereótipos sexistas e culturalmente enraizados, muitas vezes deixando de levar em conta as necessidades reais de seus usuários e da sociedade como um todo. Desse modo, o design tem se baseado, muitas vezes, em paradigmas patriarcais e sexistas, desenvolvendo peças reprodutoras desses discursos.

Se procurarmos numa loja de brinquedos, de roupas, acessórios ou material escolar, perceberemos que a generificação do ambiente já está imposto por divisão do próprio espaço entre uma ala de objetos masculinos e outra para femininos, mas quando nos aproximamos da parte infantil, fica nítido a divisão de gênero por cor, formas, tipografia, embalagem e por aí vai.

Essa diferença aparentemente simples demonstra como produtos com funções iguais, por meio do design, definem diferentes identidades de gênero. Dobson e Dobson (2016) pontuam, em seu artigo, que a sociedade tem se tornado cada vez mais voltada para os símbolos visuais, por isso os designers precisam se conscientizar de sua responsabilidade no impacto gerado por tais artefatos na sociedade. Adotar símbolos que estão ultrapassados e não considerar seus significados aumenta o risco de reforço de conceitos pejorativos e deturpados, fazendo com que exista um reforço de que um objeto é destinado a uma pessoa pela condição de gênero.

Além de algumas réguas que medem o masculino e feminino, temos também brinquedos que reforçam um estereótipo onde colocam no imaginário da criança qual papel ela deve se acostumar a ficar, por exemplo conjunto de cozinha para meninas e um autódromo de carros para meninos. A partir disso, não podemos esquecer, porém, que a criação de produtos está ligada diretamente à sua comercialização e, conseqüentemente, espera-se que eles gerem lucro a quem produz (FORTY, 2013).



Figura 52: Print google – busca por brinquedos de menina



Figura 53: Print google – busca por brinquedos de menino

É nítida a diferença do que meninas e meninos podem brincar, uma simples busca do Google mostra como os algoritmos já estão condicionados a certas categorias. Em relação a cor temos na imagem 52, uma escala de rosa contendo mais rosa pastel para designar brinquedos de menina, já a imagem 53, temos azul e vermelho, porém é muito mais colorido e vibrante as cores que designam brinquedos para meninos. Sobre o próprio brinquedo, temos utensílios domésticos como grande potencial de venda, reforçando um papel de menina. Já os brinquedos de menino, temos uma diversidade de brinquedos, mas um recorte ao brincar de forma mais radical.

O design, por si só, não é o vilão, as práticas do design são atravessadas por estes discursos, e o que o design pouco crítico faz é reproduzir as normas em suas materializações.

Importante matizar isto, entendendo o design não como o vilão aqui, mas como um campo indissociável de seu contexto político e social. Porém o design ainda nos influencia na maneira como vemos o mundo, deixando então de ser visto como mera expressão criativa, uma vez que “provoca efeitos muito mais duradouros do que os produtos efêmeros, porque pode dar formas tangíveis e permanentes às ideias sobre quem somos e como devemos nos comportar” (FORTY, 2013 p. 12). O conceito que entendemos por meio de formas e cores é tão interiorizado e tão disseminado culturalmente, que nos parece que aquele objeto foi desenhado levando em consideração apenas a realidade natural das coisas, nos aprisionando em uma forma imaginária de existência, produções ideais do sistema sexo/gênero: as categorias mulher e homem, duas ficções da existência (PRECIADO, 2008).

Com isso, torna-se, pois, fundamental que os itinerários de gênero e sexualidade estejam nos currículos e planos de educação também do design, apresentados como o primeiro passo para obtermos a inclusão de crianças dissidentes . A inclusão não se limita somente à matrícula, mas às estratégias de ensino, aprendizagem e de permanência dessas pessoas no espaço escolar e em outros lugares, como a universidade e o mercado de trabalho. É preciso trazer para o debate a compulsividade de doutrinação de corpos, pois mal nascemos e já sofremos regulações das Instituições de poder, que reforçam o que é certo e errado. Torna-se fundamental, educar *queerizando* práticas sem reforço de gênero para que ao decorrer de nossas vidas trans, não precisemos passar por situações que veremos a seguir.

3.2 Depois da infância é só ladeira abaixo

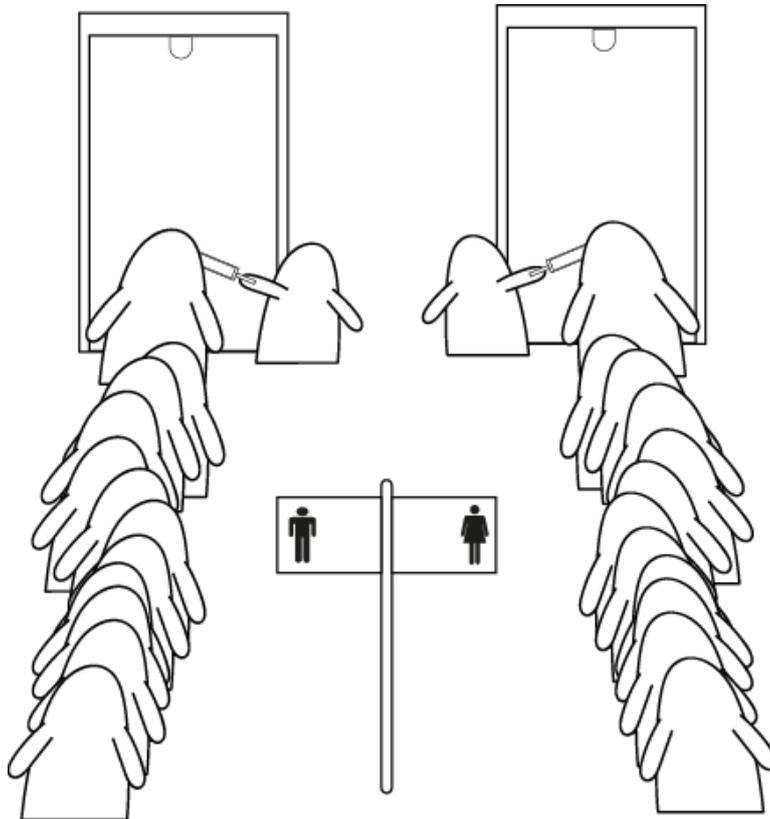


Figura 54: fila de revista dividida por gênero
 Autoria própria

Em uma disciplina que cursei no programa de pós-graduação, que abordava o design em um mundo em colapso, tive contato com um texto da Sasha Costanza-Chock (2020) sobre o design justo, onde Sasha relatava sua experiência como pessoa trans não binária em um aeroporto e a difícil experiência em ter um corpo dissidente, onde qualquer pessoa cujo corpo não se enquadre em uma faixa aceitável de "desvio" de um tipo de corpo binário normativo é sinalizado como arriscado e sujeito a uma carga elevada e desproporcional dos danos. Foi relatando sobre sua vivência nesse momento em não ter uma preparação para o seu corpo que decidi levantar questões do dia a dia, que a maioria das pessoas cisgênero não estão cientes desses fatos, mas pessoas trans, travestis e não binárias passam de forma rotineira.

Me aprofundando na discussão que Sasha (2020) evidencia em seu texto de forma urgente, as Inteligências Artificiais não estão preparadas para corpos desobedientes das normas cis hétero. Pegando o gancho de tecnologia, posso aqui apontar diversos momentos que os sistemas nos colocam em abjeção por não reconhecerem outros corpos, e o quanto práticas do

design estão presentes nestes momentos. Seja em formulários digitais que indiscretamente e sem motivo, nos indagam nosso gênero apenas nos dando como opção homem e mulher, seja nos bancos de dados que dificultam nosso registro a partir de nossas identidades, seja pela falta de campo para nome social ou até mesmo no não reconhecimento do nosso corpo em filas de scanner de aeroporto. Sasha (2020, p.5) ressalta uma preocupação que transborda do campo da inteligências artificiais: “Do meu ponto de vista, temo que o caminho atual de desenvolvimento da IA reproduza sistemas que apagam aqueles de nós nas margens, intencionalmente ou não, por meio da repetição mundana e implacável de normas redutivas estruturadas pela matriz de dominação.”

The image shows a digital form titled "FORMULÁRIO" (Form) on a black background. It has a white border. The form contains the following elements:

- The word "FORMULÁRIO" in a large, white, outlined font at the top center.
- A label "NOME:" followed by a white rectangular input field.
- A label "SEXO:" followed by two white checkboxes. The first checkbox is empty and is followed by the word "MASCULINO". The second checkbox is also empty and is followed by the word "FEMININO".
- Below the checkboxes, there is a handwritten white note: "X Ñ TE INTERESSA!". The "X" is drawn in a way that it overlaps the "SEXO:" label.

Figura 55: frustração com formulários
 Autoria própria

Sasha (2020, p.6) continua contribuindo quando argumenta, que design media muito de nossas realidades e tem um tremendo impacto em nossas vidas, mas que muito poucos de nós, pessoas que estão ainda na margem, participam dos processos de design. “Em particular, as pessoas que são mais adversamente afetadas pelas decisões de design - sobre cultura visual, novas tecnologias, o planejamento de nossas comunidades ou a estrutura de nossos sistemas políticos e econômicos - tendem a ter a menor influência sobre essas decisões e como elas são feitas.”

Assim, a autora justifica que pensar em um design justo, seria repensar, ou consonante com Portinari (2017), *queerizar* os processos de design, onde a centralidade também abarca as pessoas que normalmente são marginalizadas pelo design, usando práticas colaborativas e criativas para enfrentar os desafios mais profundos que nossas comunidades enfrentam.

3.3 O olho que tudo vê

Pensando nessas diversas problemáticas demonstradas anteriormente, entendo que as barreiras impostas vem de uma grande vigilância que, como explicitado neste capítulo, começa antes mesmo de nascermos e nos acompanham até o final da nossa quase vida. Logo, aqui questiono sobre como nossos corpos são vigiados e policiados por uma onda histórica que rege nossa rotina, nossas tarefas e nosso ser, trazendo aqui um referêcia sobre um deus, como uma instituição de poder onipresente que ao falharmos, nos puni. Tendo um reforço ainda maior de vigilância durante o governo Bolsonaro (2019-20220) onde em 2021, das 140 vítimas de homicídios por transfobia, 135 eram travestis/mulheres trans, deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero expressa pelas vítimas, que representam 96% dos casos. (ANTRA, 2022) Sobre pessoas não binárias e trans masculinas, a ANTRA complementa:

Acreditamos que uma parte considerável da população trans, especialmente homens trans e pessoas transmasculinas, além de pessoas Não-Binárias, quando morrem ou enfrentam processos de violência, muitas são identificados de forma equivocada, ignorando sua identidade de gênero, seja por não terem retificado sua documentação ou devido ao processo de genitalização das pessoas trans - especialmente aqueles em início de transição ou que mantêm marcas ou leitura social de um gênero atribuído no nascimento. (ANTRA, 2022, p. 53)

É sempre muito difícil quando tentamos discutir sobre dados de violência contra pessoas LGBTIAPN+ no país - especialmente em se tratando de uma população que enfrenta diversas formas de violência direta e indireta, institucionais e estruturais, muitas vezes naturalizadas e que seguem enraizadas em nossa cultura. É uma violência específica, visto que sua motivação parte de uma ideia equivocada a respeito da forma com que pessoas LGBTIAPN+ são vistas na sociedade. David Le Breton, assinala que “As representações sociais atribuem ao corpo uma posição determinada no seio do simbolismo geral da sociedade.” (LE BRETON, 2011, p.15) com isso, vidas insistentemente escritas como abjetas, matáveis, fora da norma e que, portanto,

merecem aquilo que enfrentam, reduzidas em sua capacidade de existir entre os normais, tendo sua humanidade negada, descaracterizada (ANTRA, 2020).

Nós, pessoas trans, denunciemos simultaneamente os imperativos morais que guiam a vida social e a ausência de universais que definiriam uma suposta essência humana. A partir das “diferenças” postas em disputa por legitimidade no espaço público, os conflitos generificados questionam o que é a humanidade e o entendimento de gênero como “natural”, com uma “essência” fixa, pois tais entendimentos historicamente transformaram estas diferenças em desigualdades, legitimando diversas formas de opressão social. Neste cenário, marcado por violência, desigualdade e invisibilidade, pessoas trans constroem suas vidas reinventando as possibilidades de ser e de existir. No campo da diversidade das expressões de gênero, pessoas trans desafiam a divisão binária naturalizada entre masculino e feminino, forjada por discursos médicos e nos pressupostos científicos da modernidade.

Pensando sobre as formas de violência geradas por discursos e representações normatizadoras na sociedade, lembro que Foucault apresenta em *Vigiar e punir* (1987) a descrição dos mecanismos da microfísica do poder, uma espécie de combinação entre vigilância hierárquica e sanção normalizadora, que conflui no exame disciplinar.

A disciplina se vale da vigilância como um de seus mecanismos mais eficazes. Foucault mostra que efeitos de poder, tais como o autocontrole dos gestos e atitudes, são produzidos não somente pela violência e pela força, mas sobretudo pela sensação de estar sendo vigiado. Engana-se quem pensa ser a sociedade disciplinar aquela na qual todos se vigiam, como se houvesse um acréscimo de guardas e disciplinadores. Pelo contrário, nas instituições de vigilância precisou-se cada vez menos desses personagens. O poder disciplinar é econômico. Ele se vale de espaços arquiteturais organizados de modo a incrementar e facilitar a sensação de vigilância múltipla, detalhada e minuciosa de cada indivíduo que compõe seus interiores.

Assim é que esses espaços de poderes funcionam como microscópios do comportamento humano, ao possibilitarem a um único olhar tudo ver, permanentemente. Mas esse único olhar não necessariamente é de uma pessoa, já que o importante deixa de ser que alguém, de fato, esteja vendo. O olho anônimo do poder e sua estruturação arquitetural é que impelem o indivíduo a se autodisciplinar. Mas cabe ressaltar e alertar que fora dos espaços internos do poder, temos muitos agentes servindo ao sistema regulatório que gradativamente vem aumentando para punir esses corpos “anormais”, a partir de discursos sobre o que é um sujeito natural.

Sobre a ideia de “anormal” trazido por Foucault (2001) é possível compreender que se insere dentro de uma tecnologia de controle, legitimando determinados discursos de verdades, que irão considerar certos atos como desviantes do padrão e por isso anormais, logo, passíveis de vigilância, tentativa de normalização e até mesmo punição. Neste contexto, os indivíduos passarão a ser categorizados como "bons" ou "maus", "certos" ou "errados", como aponta a seguinte fala:

(...) os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os "bons" e os "maus" indivíduos. Através dessa microeconomia de penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor. A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos "com verdade". (FOUCAULT, 2013, p.151)

Para Foucault (2001) o “anormal” será aquele sujeito que viola as leis sociais disciplinares, e as leis biopolíticas tidas como naturais, como por exemplo a ideia de que o corpo “masculino” deve ter como desejo, apenas o corpo “feminino”. Ao transgredir princípios legais, morais e naturais, colocando interesses pessoais acima dos coletivos, esse sujeito seria um dano aos interesses da sociedade inteira. Dentro dessa ideia de "Anormal", serão identificados especialmente, para a relação com a Teoria *Queer* de Butler, os sujeitos de sexualidade e gênero desviantes do padrão, que, segundo Foucault, serão constantemente vigiados por aqueles ao seu redor, e categorizados como um perigo segundo a Sociedade Disciplinar. (FOUCAULT, 2001) A partir da anormalidade que permeia esses indivíduos é possível identificar a difusão de um medo coletivo, não só por parte dos mesmos, que temem a vigilância e punição, mas também por parte daqueles que estão ao seu redor, que começam a temer esse “Monstro Moral”, conceito utilizado por Foucault em “Os Anormais” (2001), capaz de levar o desvio, pecado e problema para toda a sociedade.

Houve, historicamente, a construção de um discurso que não só deslegitimou práticas e identidades de gênero, mas também as considerou anormais. (FOUCAULT, 2001) Por conta deste fato diversos indivíduos, assim como eu, foram, ao longo do tempo, punidos e violentados, das mais variadas formas, por serem caracterizados e categorizados como perigosos para a sociedade, necessitando assim, serem corrigidos.

3.3.1 Às quartas usamos rosa?

Foucault (1987) investigou como os processos disciplinares inerentes às sociedades tornam dóceis os comportamentos dos indivíduos através da domesticação de seus corpos e costumes, por meio da regulação de seu viver: se organizam seus horários, se criam modelos de conduta a serem seguidas e normas institucionais são incorporadas de modo individualizado ao ponto de naturalizá-las. No caso de escapar do que essas regras prescrevem, será considerado um corpo avariado, descomposto, pervertido e doente.

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1987, p. 163)

O giro que pode ser percebido na concepção de Foucault sobre o sexo, o gênero e a sexualidade, enfatiza que na construção normativo-discursiva do corpo, como modelo natural, estão implicadas as normas para os corpos em suas existências particulares. Disso resultaria que o humano – a mulher e o homem, acrescentaria Butler – está preso a uma maneira prescritiva de exercício de vida (de ser, de agir com os demais e de entender a si mesmo) onde a verdade de seu corpo, de sua sexualidade e gênero determina seus deveres como tal. Em outras palavras, o humano está preso a uma subjetividade, modos de ser e se conceber como sujeito e de agir no mundo, a partir de um dever de ser que coincide com um é verdadeiro ser. O que salienta o prescritivo de tal subjetividade, uma vez nela se obedece a uma natureza enunciada do corpo.²⁴

Butler desenvolve o conceito de “corpos que importam”, presente em sua obra *“CORPOS QUE IMPORTAM Os limites discursivos do “sexo”* (2019). A ideia de “corpos que importam” surge a partir do entendimento de que os termos que nos permitem ser reconhecidos enquanto seres humanos são construídos e propagados socialmente, e ao não se encaixar dentro desses termos, algumas pessoas não podem receber o status de ser humano, logo, são “corpos que não importam”, que possuem vidas inviáveis, e que fazem parte de relações de poder que não os reconhece enquanto pessoas, legitimando violências e punições direcionadas a elas.

A partir desse gancho sobre o corpo e o trocadilho feito no título que se refere a frase icônica do filme “Meninas Malvadas” (2004), me questiono por que meu corpo trans não-

²⁴ A Isso Butler acrescentaria, que também enfatiza uma subjetividade de natureza marcada pelo corpo sexo/gênero, dividido entre feminino e masculino, entre fêmea e macho, entre mulher e homem, e que também determina como alguns desses corpos são vistos e concebidos como não-sujeitos, como abjetos, como outros da norma.

binária não pode usar rosa, não pode ocupar certos espaços, principalmente os públicos? Seria meu corpo “anormal”?

No segundo semestre de 2022, nos dias 22 e 29/06, 06, 13, 20 e 27/07, 03, 10, 17, 24 e 31/08, enquanto cursava a disciplina “Design e Corpo”, sofri diversos tipos de agressões no trajeto da minha casa até a ESDI. Na maioria das vezes fui xingada, me mandavam voltar para casa, ousaram dizer que era por isso que pessoas iguais a mim morriam. De cabeça erguida sempre fiquei e sabia a potência que era dar cada passo, mesmo tendo consciência que poderia comprometer minha integridade física. As agressões verbais são tão constantes enquanto transeunte do urbano, que no geral são relevadas, ou com trocas de ofensas para não sair barato. Acho que responder me ajudava a não me acuar.

Dia 27 de julho, enquanto puxava o sinal para descer do ônibus, um homem apertou meu peito e falou que eu precisava de um sutiã, em voz alta retruquei xingando e batendo no braço dele falando que ele não tinha permissão para encostar em mim. Desci do ônibus furiosa, estava fervendo em ódio enquanto via o homem rindo, saindo impune, tendo seus refrescos em me constranger pela minha falta de masculinidade. Peguei o segundo ônibus, refletindo sobre a aula que teria após o ocorrido, Corpo e Representação, lembrei que no texto de Dorlin com o livro "Autodefesa: uma filosofia da violência" (2020), Butler fez o prefácio contando sobre uma campanha de 2014 com o título “A violência sempre está na moda”, acho que nunca retratou tão bem algo que tinha acabado de acontecer. Me vi parada no ponto, como uma estátua vendo o ônibus partindo com aquele homem dentro, e sobre isso Dorlin complementa,

Nas campanhas públicas sobre a violência praticada as mulheres, os sujeitos fotografados são, por assim dizer, espectros perfeitos que representam vítimas efetivamente mortas sob os golpes de seus agressores. [...] relações de poder de gênero, inclusive em suas manifestações mais trágicas, passaria pela simplificação externa de um espetáculo mortífero de vitimização das mulheres? (DORLIN, 2020, p. 269)

Achando que nada mais ultrapassaria o ocorrido de algumas quartas anteriores, dia 24 de agosto chegou.

Calma, preciso respirar.

Já sofri algumas agressões físicas como relatado em trechos para iniciar cada capítulo dessa dissertação. Fiquei parada nessa linha durante dias sem saber como expressar essa dor que até hoje me faz cair em lágrimas. Talvez não saia de forma tão clara ou em um tom mais

ameno minha escrita, mas fazem menos de dois meses que minha última agressão física aconteceu.

Peguei o primeiro ônibus desse trajeto até a ESDI/UERJ, estava com uma blusinha meio estilo tomara que caia com alças, uma calça mais justa cintura alta, tênis e mochila. Passando da roleta logo deu para escutar um homem que estava mais para trás do ônibus gritando:

- Maricona desce aí e muda de roupa, tu não é homem não?

Eu o mandei calar a boca. Infelizmente só tinha lugares próximos a ele, sentei numa cadeira mais longe que tinha, avisei ao meu companheiro que eu já havia pegado o ônibus, guardei meu celular e as ofensas retornaram.

- Ei marica, não falei que era para descer? Onde já se viu sair de casa assim? Tú não tem vergonha na cara?

Levantei, sentei numa cadeira preferencial que estava desocupada mais a frente, dei o dedo do meio para ele e segui. Não se passaram dois minutos. Ele levantou me deu um forte tapa no pescoço, pegou pela minha alça que acabou rasgando na mão dele e me levantou. Desci no ponto antes que eu desceria de costume. Ninguém me ajudou. NINGUÉM! Mais uma vez me via paralisada vendo o ônibus partir com ele gritando:

- Volte para sua casa e fique lá sua merda!

Nunca me senti tão humilhada. Foi tudo tão rápido que eu não reagi como de costume. Foi tudo tão rápido que quando me percebi, estava na pista, sozinha, com a alça rasgada e sem saber por onde me reerguer, apenas sentei num ressalto que tinha na calçada e ali fiquei. Lucas, meu companheiro, percebendo a demora de eu avisar que tinha entrado no segundo ônibus me ligou e eu chorei. No final de tudo, fiquei com um rasgo na alma, com um boletim de ocorrência e principalmente fiquei como a fotografia de mais uma agressão. Fui o gozo de toda uma sociedade que não permite que eu respire.

[...] sujeitos congelados para a eternidade pelo dispositivo fotográfico que atesta de modo autoritário aquilo que aconteceu, impondo, de certa forma, um destino funesto. [...] o espaço da representação das violências de gênero, não deixando lugar para outras representações, outras imagens, outros fantasmas e, portanto, outras narrativas. (DORLIN, 2020, p. 273)

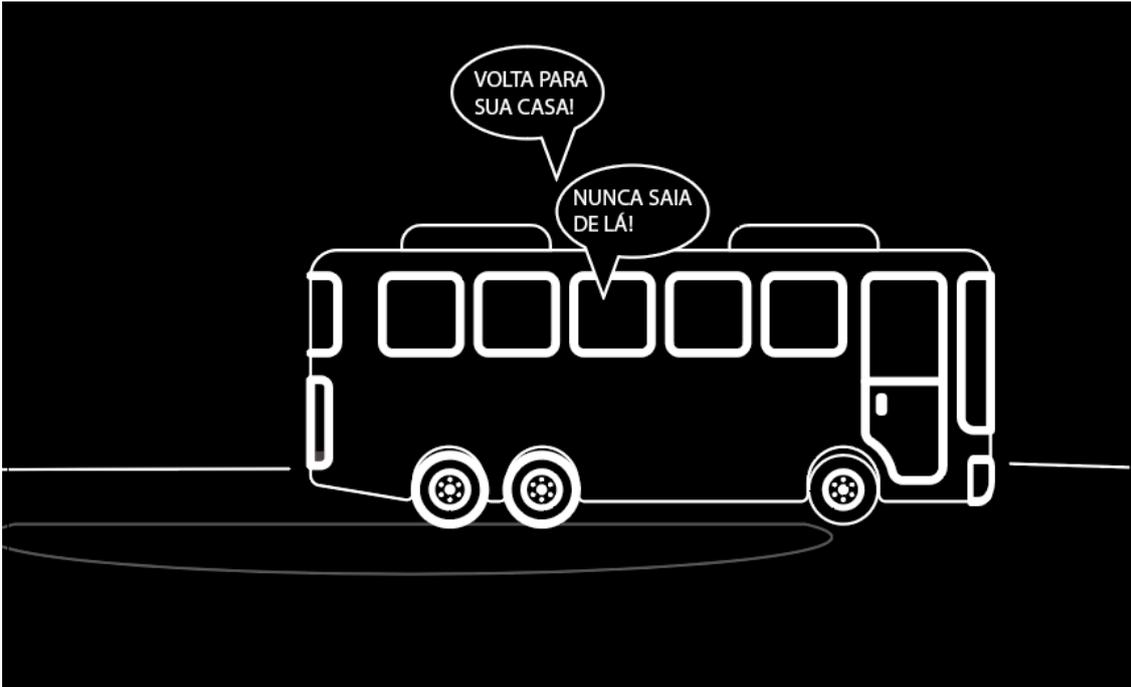


Figura 56: Ônibus
Autoria própria

Penso que a violência revela as formas de sociabilidade existentes dentro de um grupo, e os fatores visíveis e invisíveis que permeiam seu perfil social, político, cultural e coletivo, e podemos considerar que ela é vista por muitos como uma forma de manter a ordem moral dentro da sociedade, já que “em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do ‘outro’, ‘diferente’, ‘estranho’, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo” (IANNI, 2002, p.8).

Parto do princípio de que analisar esses processos de violências, e buscar interpretá-los, também nos dá a possibilidade de encontrar formas de resistências. De acordo com Foucault, onde há poder, há resistência sendo criada. (FOUCAULT, 2017). Resistir e reinventar novas maneiras de ser, trará para nós, pessoas trans, travestis e não-binárias possibilidades de permanecermos vivas.

4 PODE O SUBALTERNO OCUPAR O ESPAÇOS PÚBLICOS?

O ano de 2019, de longe, foi o mais difícil para mim. Foi o ano em que briguei ferrenhamente contra a depressão e ansiedade, tive entradas e saídas de hospital, remédios, sobrecarregada até a cabeça de trabalho, questões com alimentação. Nossa, deu até uma revirada no estômago só de lembrar. Neste ano, foi quando comecei a estudar mais sobre não binaridade, entrar em contato com outras pessoas, comecei a modular minhas roupas, pronomes, foi quando estive mais incisiva sobre essa auto militância.

Mas foi nesse mesmo ano que a depressão me atacou tão fortemente que foi difícil saber quem era Grassine. Meus medos vieram todos à tona, não sabia que banheiro entrar, que provador ir, qual roupa pegar, não imaginei que ser não binária me traria tantas dúvidas. Na verdade, sabemos que o problema é a maneira com que a sociedade está estruturada e nada preparada para um corpo dissidente, mas naquele ano eu já estava tão ferrada que refletir sobre isso era até cruel de me cobrar.

Em 2019, sofri duas agressões físicas, e é sobre uma delas que irei trazer para reflexão. Eu sou professora de desenho e para aqueles que procuravam ingressar nos cursos de design e arquitetura, uma das etapas do vestibular era realizar uma prova de aptidão de desenho, então tinha quase um ano de preparo com os alunos. Como de costume e rotineiro, sempre levei meus alunos no dia da prova e nesse ano não seria diferente. Acordei, me arrumei e fui pegar o ônibus no terminal para encontrar com eles. Nesse dia, após a prova tínhamos marcado de confraternizar com um churrasco (época que a carne era mais acessível, né) na casa de uma das alunas, então fui mais arrumada para ir direto pro churrasco, estava com meu belo tênis branco, camisa e um shortinho jeans. Voltando para a fila do ônibus, tinha um senhor mais a frente que não parava de olhar, ou queria me comer ou queria me bater, uma das duas era. Ele subiu no ônibus, ficou parado perto do motorista, e aí quando fui subir ele começou a falar:

— Ali motorista, a boneca de shortinho. Vê se pode, um homem desse tamanho usando esse short de mulher.

No início eu fiquei calada, olhando de cara feia e respirando fundo, mas ele continuou e continuou. Ele acabou passando na minha frente e ficou parado próximo a catraca na parte de dentro, assim que eu passei apenas senti um soco bem forte na região do meu ombro e ele começou a gritar:

— BOIOLA! BICHA!

— Isso vai acabar, nosso presidente (até então Jair Bolsonaro) não vai deixar nenhuma marica viva.

Meu sangue esquentou que eu só virei um retão na cara dele, desnorteado eu comecei a gritar:

— SAI AGORA! DESCE! DESCE AGORA!

Algumas mulheres que estavam sentadas mais na frente começaram a mandar ele descer e ele desceu. Muitas me acolheram, foram solícitas, mas só tinha espaço para sentar lá atrás, onde tinham mais homens que estavam me olhando de cara feia. Eu sentei apavorada, foi o ápice do medo essa viagem. Eu só chorava, abracei bem forte minha mochila e chorava, comecei a me machucar no braço pela ansiedade e começou a sair pequenas gotas de sangue dos arranhões, a sorte que tinha um casaco na bolsa para cobrir todas as dores e marcas que esse episódio me marcou, mas não tinha como tampar a dor emocional que me transbordava.

Cheguei no ponto de encontro, lavei meus braços, lavei meu rosto, vesti meu casaco, coloquei um sorriso no rosto e fui encontrar com meus alunos. Enquanto estavam na prova, fiquei desenhando carinhas com sorrisos nos cortes do braço, assim como tinha sugerido a psicóloga.

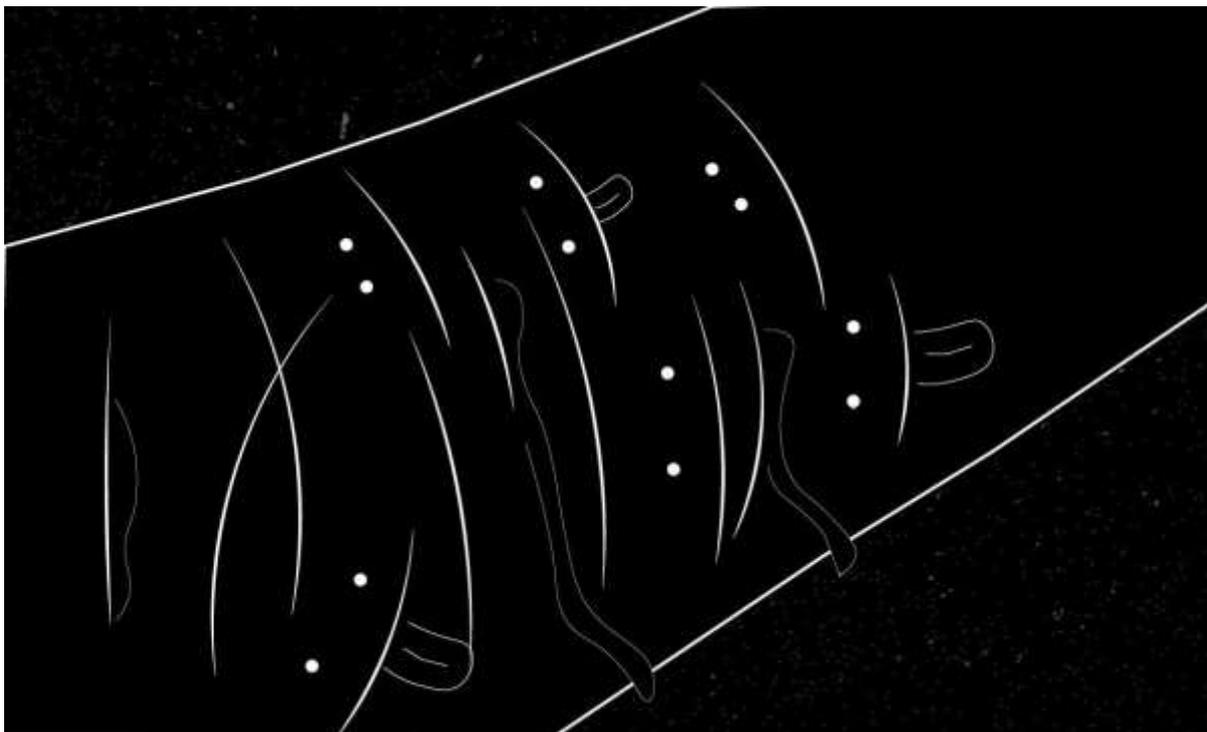


Figura 57: Braço com os arranhões, algumas carinhas sorrindo e um pouco de sangue
Autore: Grassine

Por que tenho que pagar o preço da violência por apenas viver? Era um short, apenas um short. Não significava que queria ser mulher. Mas o que é ser mulher? Por que isso incomodou tanto aquele senhor? Ou melhor, porque aquele senhor se achou no direito de policiar, me repreender e me agredir? Quem colocou ele nesse papel? Por que não podia ser lido como homem de short? A masculinidade tóxica como projeto de poder deve ser abordada em qualquer discussão sobre a distribuição social da violência. A violência cis masculina é uma arma transversal de normalização de gênero e controle social (MOMBAÇA, 2021)

Desde quando o espaço público deixou de ser meu espaço? Terei que andar escondida? A violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à cisheteronorma. É impossível negar o impacto dessa distribuição da violência como ameaça da minha vida diária. Simplesmente andar pelas ruas pode ser um ato difícil quando suas roupas são consideradas inapropriadas e sua presença é lida como ofensiva apenas pelo modo como você age e aparenta. Jota Mombaça diz

Em homenagem a Conceição Evaristo, a gente combinamos de não morrer. Precisávamos também que eles tivessem combinado de não nos matar. [...] Estamos cansadas. Já não sabemos como contar o tempo pois, aqui embaixo, nada jamais amanhece. (MOMBAÇA, 20221 pg. 29 e 96)

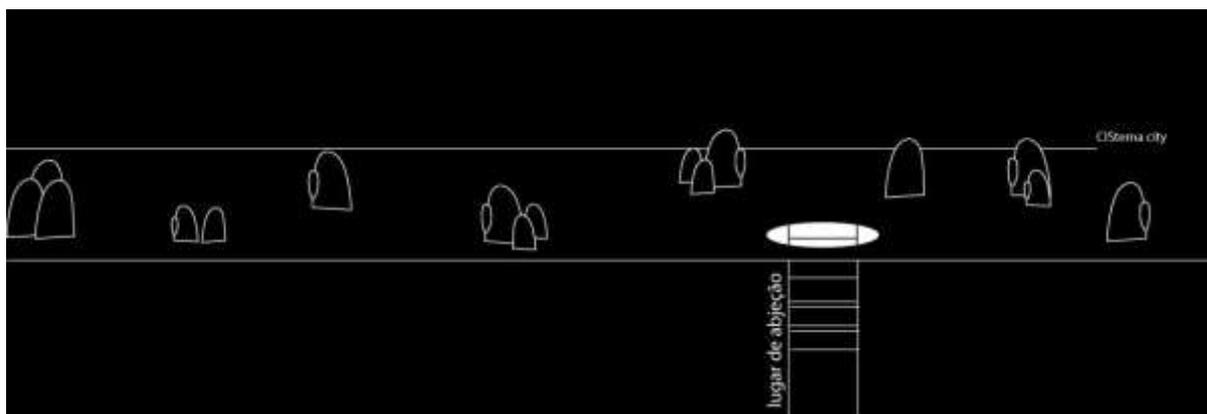


Figura 58: Ilustração sobre corpos dissidentes não poderem acessar lugares públicos
Autore: Grassine

4.1 Banheiro para quem?

Quanto a problemática sobre quem pode ocupar os espaços públicos, nesta seção farei um recorte sobre o uso de banheiros públicos. Estabelecimentos tais como restaurantes, bares, escolas, academias, entre outros, historicamente lidam com a tarefa de identificar banheiros de uso público de modo a evidenciar a distinção de gêneros. São infinitas variedades de “soluções” gráficas informacionais, produzidas em diferentes materiais e diversas personalizações que são comercializadas em escala ou produzidas de forma mais manual. As placas de identificação compõem um universo sógnico criado tanto por designers gráficos e profissionais atuando em projetos de sistemas de sinalização, quanto não designers, muitas vezes os próprios donos dos estabelecimentos, artistas ou artesãos locais.

As placas dos banheiros em locais públicos revelam a divisão desses lugares pela lógica binária e cisheteronormativa, demarcando, por meio de imagens, palavras e símbolos, os territórios legitimados socialmente do masculino e do feminino, tendo como fundamento a concepção universalista e falaciosa do binário homem/mulher.

A análise da cisgeneridade e heteronormatividade enquanto conceito é importante na medida em que nasce de um movimento de resistência à dominação cisnormativa com a função de desnaturalizar a cisgeneridade, propondo a compreensão desta enquanto possibilidade e não regra. Além disso, coloca em perspectiva e evidencia o sistema que (re)produz a opressão ao invés de debater atributos do grupo que sofre a opressão.

Pessoas são seres integradas a contextos sociais marcados pela cultura e cada cultura apresenta regras e condutas prescritivas, com a finalidade de regular, disciplinar e controlar práticas sociais de acordo com padrões normatizados. Segundo Foucault (2012), o sexo é peça central nesta dinâmica, uma vez que

(...) servimo-nos dele [do sexo] como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes, foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. (...) De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 2021, p. 159).

Assim, os discursos de conformação do sexo, enquanto produtos de mecanismos de produção da verdade, visam a regulação e o controle dos corpos e das subjetividades por meio da padronização dos modos de ser e agir das pessoas. De acordo com Preciado (2011), a sexopolítica:

é uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (PRECIADO, 2011, p.11).

À serviço de tal controle está a cisheteronormatividade ao normatizar, legitimar e privilegiar a heterossexualidade como constitucional e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se submetem à norma heterossexual (Cohen, 1997). Pensando no contexto sobre regulações a partir do banheiro e sua iconografia, isso desvela conflitos e contradições, evidenciando esse buraco entre a classificação normativa padrão e o reconhecimento do efetivo direito de uso dos banheiros públicos segundo a identificação de gênero de cada pessoa.

Atualmente existe um Projeto de Lei 5008/20²⁵, que proíbe expressamente a discriminação baseada na identidade de gênero em banheiros, vestiários e assemelhados, nos espaços públicos, estabelecimentos comerciais e demais ambientes de trabalho. No Supremo Tribunal Federal (STF), um processo questiona se pessoas trans podem usar o banheiro público designado para o gênero com o qual se identificam. A ação começou a ser julgada em 2015 no Recurso Extraordinário 845.779-SC (ROSA, 2020), depois de Luiz Roberto Barroso e Edson Fachin votarem a favor, o ministro Luiz Fux pediu vista e o julgamento encontra-se parado.

Nesse contexto, pessoas trans, terminologia escolhida para referenciar pessoas travestis, transexuais e transgêneros (Alves, 2017), denunciam os limites das marcações normativas de classificação, pois seus corpos ambíguos não se enquadram (Butler, 2016) e embaralham (Louro, 1997) as normas de gênero. A desconexão entre o nome, a identidade de gênero e a estética corporal é motivo de sofrimento psicossocial, pois desencadeia, muitas vezes, ações de preconceito e discriminação transfóbica, entre elas a proibição do uso de determinados banheiros por pessoas trans.

²⁵ <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2264620>

Para exemplificar e justificar a escrita deste texto, trouxe um dos diversos casos que envolvem as temáticas abordadas — LGBTIAPN+fobia, banheiro, estereótipos — nesse texto, a reportagem trazida pela página digital G1, em 25/02/2019 com o título: “Lésbica, auxiliar de limpeza consegue na Justiça direito de usar banheiro feminino no trabalho”, traz a história da Thais de Paula Cyriaco que havia sido impedida de entrar no banheiro depois que a aparência (lida socialmente masculina) dela incomodou outros funcionários de onde trabalha. A estereotipação de gênero, de ícones, índice e símbolos só corroboram para mais casos como o da Thais. Abaixo mostra um painel de capturas visuais tiradas da primeira e segunda página do Google, após pesquisar: Transfobia em banheiro público.



Figura 59: Painel com prints de notícias retirados do Google.

Neste texto, no âmbito da discussão em busca de uma equidade de gênero, se identifica nas placas dos banheiros públicos, um potente argumento de problematização, pois o uso do banheiro binário permanece como um grande desafio para pessoas trans. Desse modo, um ato que deveria ser prosaico, como usar o banheiro, é, muitas vezes, uma situação absolutamente constrangedora a pessoas trans, especialmente àquelas com baixa passabilidade.

Ao discutir sobre o tema, Cavalcanti (2016) se utiliza de uma régua regulatória que definiria níveis de feminilidade e masculinidade das performances de gênero. Quanto menos “passável”, ou seja, quanto menos você supre uma necessidade estética regularizadora social e binária sobre aquela performance de gênero, maior constrangimento para decidir qual banheiro

usar, sendo comum ouvir relatos de pessoas trans que deixam de usar banheiros públicos. Quanto mais a pessoa trans se parece com uma pessoa cis, menos violências vai viver, mas ao estabelecer como objetivo último a possibilidade de “passar por cis”, a experiência da passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia. Jota Mombaça (1991) retrata sobre o problema dessa relação hierárquica na perspectiva dominante de submissão a um padrão.

[...] o problema da subalternidade não se resolve por meio de ajustes localizados na economia estruturalmente desigual do mundo como o conhecemos, mas, isto sim, pela abolição global do binário subalternidade-dominância. Em outras palavras, reposicionar os corpos, subjetividades e vidas subalternizadas fora da subalternidade é um projeto que só pode ser levado a cabo na medida em que reposicionamos também os corpos, subjetividades e vidas privilegiadas fora da dominância (MOMBAÇA, 1991, p.40)

As pessoas trans, como se sabe, são pensadas, muitas vezes, em uma zona de abjeção, conceito já explicado anteriormente, mas que é usado aqui no sentido de Butler, como aquelas zonas onde estariam os corpos que não importam (Butler, 2003, 2005), mas, se quisermos ver, perceberemos que elas explicitam o fato de que as masculinidades e as feminilidades não são naturalizadas; elas embaralham justamente a concepção binária do gênero. Em um discurso universalista da Medicina, que se propaga como pensamento social, uma pessoa trans é apenas quem realizou ou deseja realizar a cirurgia de redesignação sexual, que consiste em remodelar os órgãos sexuais de pessoas transgêneras. Isso significa que, para homens trans, esse procedimento consiste na reconstrução do pênis no lugar da vagina. No caso das mulheres trans, acontece a amputação do pênis e construção da vagina.

No entanto, na experiência cotidiana, há pessoas que vivem diferentes experiências de ser trans, e todas elas deveriam ter o direito de ser chamadas como quiserem e de usar o banheiro que identificam como adequado a seu gênero, ou apenas usarem banheiros sem marcação de gênero, pois não teria um ícone como régua binária marcadora e sinalizadora do que é ser homem e mulher.

As portas dos banheiros públicos carregam um símbolo (feminino ou masculino), que é uma interpelação de gênero, como se o banheiro fosse um lugar mais próprio para refazer o gênero do que para fazer necessidades fisiológicas. Em um banheiro público feminino, por exemplo, as próprias mulheres atuam como fiscais de gênero: se existe a suspeita de que uma

pessoa tem um pênis, esta, se torna imediatamente alvo de vigilância das usuárias. Na sequência, as mulheres buscam pistas da ambiguidade do corpo, como cabelo curto, roupas pouco femininas, ausência de maquiagem, forma de andar, entre outras. Tudo em busca de garantir que apenas mulheres ditas verdadeiras possam usar o banheiro feminino. Mas, afinal, o que seria uma mulher verdadeira? Butler nos diz que a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas. Ou seja, através da performatividade trata-se pensar o gênero no fazer-se e constituir-se temporal. (BUTLER, 2006) Mas será que suprir todos os quesitos da performatividade tornaria alguém verdadeiramente mulher ou homem?

Pessoas trans ou mesmo aquelas que não sejam suficientemente femininas ou masculinas para o padrão hegemônico continuam sendo vistas como menos humanas, haja vista o constrangimento na escolha do banheiro ou na possibilidade de permanência no banheiro escolhido. No fim das contas, talvez essas conquistas sejam importantes para reiterar a existência dessas pessoas, mas o fazem com base na normatização dessa existência, e essa norma se mantém dentro de uma matriz binária e heterossexual.

Apesar de essa norma ser binária e heterossexual — que patologiza o ambíguo e, de acordo com Preciado (2017b), inventa a divisão sexual binária, construindo, de forma absolutamente artificial, o que chama de normalidade —, a experiência revela que há uma infinidade de vidas que escapam do binarismo. Para Halberstam (1998), aliás, o banheiro revela exatamente essa multiplicidade de experiências, pois a quantidade de vezes que mulheres que se apresentam como desviantes de gênero são confundidas nos banheiros públicos, mostra a um só tempo, como o gênero é policiado dentro dos banheiros e como não há um único padrão de mulher.

4.2 Design e iconografia como passe de regulação

No processo da prática em fazer design existe uma preocupação com as necessidades e anseios do público-alvo, e cabe ao designer decodificar estas necessidades, agregadas a um complexo conjunto de significados do contexto em que eles estão inseridos. As características inscritas no produto vão além da tecnicidade e funcionalidade, incluindo também conceitos socioculturais e valores individuais.

Devemos então, considerar o aspecto subjetivo dos produtos e sua capacidade de comunicação com o usuário, levando em conta que sua configuração é realizada por um designer que é sujeito integrante de uma realidade sociocultural. É possível então deduzir que um objeto não é formado apenas por fatores funcionais práticos, mas que funcionam também como símbolos. A preocupação com os problemas sociais raramente é posta como foco na criação de produtos, embora a cultura material tenha a capacidade de amenizá-los ou intensificá-los, pois os objetos possuem significado (MACHADO e MERKLE, 2010).

Adrian Forty (2008) exemplifica as metáforas das características de gênero na arquitetura, mais especificamente no formato das colunas gregas. A aparência da coluna dórica era considerada masculina, mais grave, sem ornamentos; a ordem jônica é esbelta e feminina como uma donzela; já a ordem coríntia apresenta a sensualidade de uma cortesã (FORTY apud WOTTON, 1964). Nesta metáfora de gênero, estão estabelecidos ideais distintos de masculinidade e feminilidade. A restrição dessas características a cada gênero veio a se apoiar em teorias científicas que também foram construídas para justificar a diferenciação sexual das capacidades de cada um, atribuindo tanto a homens quanto mulheres atividades e produtos específicos que reforcem tais características.

As placas dos banheiros em locais públicos revelam a divisão desses lugares pela lógica binária e cisheteronormativa. Uma pessoa que tem um corpo com pênis, mas que se apresenta com um nome feminino, que tem documentos com a explicitação de seu nome social ou documentos civis nos quais está registrado um nome feminino e que está vestida com roupas femininas é impedida de usar o banheiro feminino, ou uma pessoa que se identifica como homem, traz em seu corpo marcas estéticas consideradas masculinas, mas que não tem um pênis, e sim uma vagina será igualmente impedida de entrar em banheiro masculino ou será policiada (e, algumas vezes, denunciada) por outras pessoas que parecem estar ali para policiar o gênero (HALBERSTAM, 1998; PRECIADO, 2017). Ou seja, as pessoas que julgam, estão exercendo um juízo moral de valores a partir da expectativa normativa.

São raros os espaços públicos, nas cidades brasileiras, onde possam ser encontrados banheiros sem indicação de sexo ou que estampem placas que apontam para ambos os sexos. E, isto revela o hiato entre a nomeação e o reconhecimento do efetivo direito de uso dos banheiros públicos segundo a identificação de gênero. Isso faz pensar que há ainda uma pressão social para o exercício do binarismo de gênero como condição para a livre circulação em lugares públicos.



Figura 60: Iconografia clássica para sinalização de banheiros públicos

Interessante também observar que, além das placas “masculino” ou “feminino” dos banheiros, há uma variedade de expressões gráficas, para além das palavras, usadas para interpelar o gênero e que revelam a força de marcação cisheteronormativa e binária no imaginário social. As placas dos banheiros oferecem a materialidade da organização binária da sociedade. Os corpos que não se adequam a tal ordem binária são proscritos, descartados, não têm lugar. Os banheiros revelam os corpos no espaço construído para ocultá-los.



Figura 61: Iconografia clássica para sinalização de banheiros públicos ressaltando cores e elementos binários

O falocentrismo (Butler, 2003), como instituidor da matriz cisheteronormativa, tem papel importante em algumas representações de feminino e masculino nas placas de banheiro. O corpo da mulher é marcado com base num discurso masculino, sendo o corpo do homem em estado de fusão com o universal. Com isso, vale ressaltar que a diferenciação entre homem e mulher se dá por meio do vestido que demarca o pictograma feminino, o que aponta a dependência das convenções sociais. E, tornando o pictograma masculino, como o ser humano a ser alcançado por não ter nada acrescentado, de modo que o homem é tomado como padrão, e a mulher como desvio desse padrão, conforme argumentam Lupton e Miller (2011).



Figura 62: A demarcação de gênero em ícones. Fonte: DOBSON; DOBSON, 2017.

A desnaturalização das categorias sexo, corpo, natureza, biologia, dentre outras possíveis, indica o percurso urgente de historicização das oposições binárias que garantem a coerência dos sistemas de diferenciação em locais, oportunizando a elaboração de teorias que atravessam os diversos corpos, sem aliança com os essencialismos, mas posicionadas de forma crítica diante de um questionamento irresponsável do sujeito, caminhando para elaboração de uma proposta de genealogia política das ontologias capazes de desconstruir a substancialização dos gêneros, desmembrando seus atos constitutivos e localizando-os no interior das estruturas compulsórias estritamente policiadas (BUTLER, 2013; HARAWAY, 2004).

Quando uma pessoa é estigmatizada com base em uma hipotética e fantasiosa relação entre identidade de gênero e características do corpo, este deixa de ser um meio para ser um fim em si mesmo, como um processo social de genitalização das pessoas. Ao reduzir a legibilidade atribuída a alguém com base em seus órgãos genitais, abandona-se a pluralidade da diversidade humana fazendo uso de um argumento essencialista e violentamente punitivo.

Entendo que o designer não possui tanta autonomia por ser um profissional interdisciplinar, mas entendo que o fazer design carrega responsabilidades em seus projetos, como propor maneiras de resgatar da abjeção corpos negados socialmente. Acima de tudo, carrega a responsabilidade de não ser excludente e nem de engendrar projetos que coloquem

corpos na zona de abjeção. Não há mais possibilidades de utilizar formas masculinizadas como padrão métrico, representacional e universal. A necessidade de rever o design como ferramenta social é urgente.

A resposta para a pergunta feita no subtítulo, “Banheiro para quem?” deveria ter como resposta: TODES. Mas é necessário mudanças como as que faço hoje, como diz Jota Mombaça, o preço de destruir toda merda que nos constrange é demorar tempo demais até notar que a explosão também te deixa destruída (MOMBAÇA, 2021) . Porém é preciso persistir, porque antes feridas do que mortas, as cicatrizes curamos ao longo das batalhas, para assim desfazer o que a sociedade cisheteronormativa binária quer nos tornar. Banheiro é para todes, direito é para todes, vida é para todes. Corpes são plurais.

5. QUASE UMA CONCLUSÃO

Nunca fui boa em concluir textos, sempre tive pavor de nadar, nadar e nadar, para no final tudo ruir. Tenho dessas sabotagens psicológicas que às vezes me faço cair apenas para não alcançar o prêmio final, os méritos e as responsabilidades. Não quero que me entendam como uma fugitiva de compromissos, longe disso, sou uma guerreira com alguns receios.

Aqui não poderia ser diferente, em cada capítulo compartilhei com vocês um pouco do que vivi e sobrevivi e para esse quase encerramento vou contar uma última, tenha paciência, já estou fechando.

Ano passado fiz uma lista de livros e pedi ajuda dos meus amigos do Instagram para que me ajudassem a comprar, eram livros para o mestrado que tinham conhecimentos para meu tema antigo, que envolviam mobiliários urbanos, ludicidades, a retomada do imaginário usando concreto como matéria dessa construção. De forma tímida e despretensiosa, coloquei um livro chamado Um Corpo Estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*, de Guacira Lopes, no meio desses outros livros, não sabia o que eram essas tais teorias, mas me sentia um corpo estranho. Uma amiga, Letícia, me deu esse livro, entre as diversas leituras para construção de outra, hoje, inexistente dissertação, li de pouquinho em pouquinho o livro de Guacira.

Caramba, eu estava vivendo muito sobre questões de gênero, sobre minhas performances e queria muito tapar alguns vários buraquinhos que meu coração tinha, mas não sabia como. Acho que Letícia não sabe, mas ter recebido esse livro de presente com uma sutil, mas preciosa mensagem escrita por ela, “do meu lado, você nunca será estranha ou rejeitada. Você pertence. Te amo!” me faz desaguar em choro. Talvez seja bobeira minha, mas no final, quero viver numa bolha que hoje, meus pais e meus amigos me fazem sentir ser A GRASSINE, para sempre.

Estar nesse processo entre ficar segura e a beira da morte como fosse numa corda bamba me fez no último trimestre do ano de 2021 trocar a minha pesquisa de mestrado. Passei noites pensando e choros de medo, mas eu fui e hoje nessa meia finalização de um ciclo, pude aprender tantas coisas, inclusive me amar mais e a ter compreensão do meu espaço enquanto força de luta para a comunidade.

Nessa conclusão, penso na melhor forma de responder à pergunta feita lá no título: O que eu tenho a ver com isso? A resposta para meu corpo é clara, eu tenho tanto a ver com essa relação entre design e gênero, eu sou a ponte que hoje caminha na construção de novos debates. A cisheteronormatividade pode ser até mais velha e vigente, mas percorre na esperança de cada pessoa que tem o *queer* como poder de luta, que subverteremos essa linha que limita nossos corpos a existir.

Logo no início de seu livro, Jota Mombaça (Orelha do Livro. 2021) questiona: “como desfazer o que me tornam?” Talvez não seja de todo mal as nomeações que nos colocam, *queer*, hoje não é um brado para luta? Aqui cabe afirmar a resistência dos corpos vigiados por sistemas de controles. Corpos que seguem de pé apesar das adversidades de um ambiente dominado por padrões opressivos, pela obsessão em nos rotular e negar, na inútil tentativa de nos capturar. Nesta confluência caótica, tenho percebido na teoria e nos ativismos formas de contribuição possível ao desmantelamento de sistemas injustos, assassinos, brutais, e, nesta existência de ser GRASSINE, uma possibilidade de construir redes de resistência interseccionalmente constituídas em torno das diversidades corporais e de identidades de gênero.

A partir das análises, reflexões e narrativas desta dissertação, procurei elaborar uma proposição conceitual das questões de gênero e sua relação com algumas práticas do design, a fim de entender como a cisgeneridade e heterossexualidade como normatividade, incidem particularmente, sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero, utilizando também de algumas de minhas vivências pessoais com o intuito de articular politicamente meu corpo a ideia de que esta normatividade cisgênera resulta em colonialidades sobre estas diversidades, algo que é caracterizado por exclusões sociais, marginalizações, e tentativas de extermínio contra elas, para então desvelar tais práticas e incitar esforços direcionados no sentido de inflexões decoloniais destas diversidades. O design como ferramenta social, necessita ter uma ampliação de seu significado, para assim, de fato pensarmos em projetos para TODES.

Ao decorrer da pesquisa, fiquei questionando e procurando práticas no campo de design que colaboram com o apagamento e abjeção de corpos dissidentes e desobedientes, mesmo tentando fugir da binaridade, percebi que muitas questões precisavam ser desveladas e queerizadas ainda dentro de um sistema binário. A pesquisa sempre indaga os diversos questionamentos que envolvem a transgeneridade, mas entendi aqui que seria necessário junto com autoras transfeministas apontar na binaridade questões básicas que afetam nossas vidas trans.

Foi necessário capítulo, pós capítulo construir não só uma própria narrativa, mas também contar uma história da área de design e de gênero, onde se complementavam a fim de pontuar sérias questões desde nossa formação, mas também enquanto seres numa sociedade. Por fim, me sinto satisfeita em levantar e refletir sobre práticas tão rotineiras com a finalidade de uma busca de igualdade e extensão da vida, em ter um texto que converse além da academia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, L; NOJIMA, V. L.. Retórica do design gráfico: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2010.
- ALTMAYER, C. G. M. Tropicuir : (re)existências políticas nas ações performáticas de corpos transviados no Rio de Janeiro / Carlos Guilherme Mace Altmayer ; orientadora: Denise Berruezo Portinari ; coorientadora: Tania Rivera. – 2016.
- ALVES, C. E. R. (2017). Nome sui generis o: nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: PUC Editora.
- ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- ANTRA. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo: a experiência vivida, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BUCKLEY, Cheryl. Made in patriarchy: toward a feminist analysis of women and design. Design Issues, Vol. 3, nº 2, p. 3-14. 1986.
- BUTLER, J. (2016). Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, J. (2005). Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós
- BUTLER, J. Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity. New York: Routledge, 2006
- BUTLER, J. Deshacer el género. Barcelona: Paidós, 2006
- CAVALCANTI, C. (2016). Sobre nós (des)organizados: pesquisa-intervenção em Psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans* na UFPE. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- CLANDININ, D. J; CONNELLY, F. M. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p.

COHEN, C.J. (1997). Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? In: *GLQ - A Journal of lesbian & gay studies* v.3, Canada: Overseas Publishers Association.

COSTANZA-CHOCK, S. Design Justice: towards an intersectional feminist framework for design theory and practice, p. 529-540. In: *Design Research Society International Conference [Proceedings of DRS2018, v.2]*. Limerick: Design Research Society, 2018.

DOBSON, T; DOBSON, S. Tip of the icon: Socially Symbolic Indexal Signage. *Dialectic*, v. 1, n. 1, p. 61-90, 2017.

FORTY, A. Masculino, feminino ou neutro? In: *Arte & Ensaios, Escola de Belas Artes, UFRJ*. Rio de Janeiro, 2008. p. 134-143.

FORTY, A. *Objeto de desejo*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Do original em francês: *Surveiller et punir*.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault*; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, M. (2012). *História da sexualidade I : a vontade de saber*; trad. de Maria Thereza da Costa e J.A. Guilhon Albuquerque (22ªed). Rio de Janeiro: Graal.

FRASCARA, Jorge. *Diseño grafico para la gente*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2000.

GONÇALVES JR, S. W. P. Dandara: mulher travesti, um ano ausente! In: *Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero*, 20., 2018, Salvador. Anais [...] Salvador: UFBA, 2018. p 1-6

IIDA, I. *Ergonomia: projeto e produto*. São Paulo: Edgard Blucher, 2000

LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

LORDE, A. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, G. L. *Gênero, sexo e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte. Autêntica, 2008.

LOURO, G. L.. Foucault e os estudos queer. In: VEIGA-NETO, Alfredo; RAGO, Luzia Margareth (org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HALBERSTAM, J. *Female masculinity*. Durham & London: Duke University Press, 1998

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*, v.22, p.201-246, janeiro-junho, 2004.

KOYAMA, E. Cissexual/Cisgender: decentralizing the dominant group. 2002. Disponível em: <<http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html>>.

Kristeva, J. (1982). *Powers of horror. An Essay on Abjection*. Nova York: Columbia University Press.

MACHADO, R. e MERKLE, L. As relações existentes entre o fazer design com base nas questões de gênero. In: VIII Congresso ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Curitiba, 2010

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MOIRA, A. *E se eu fosse puta - São Paulo* : Hoo Editora, 2016. 216 p. : il., color.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. 1. esd. - Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, L. *Transfeminismo. Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaraí, 2021

NEUFERT, E. *A arte de projetar em arquitetura*. 5ed. São Paulo, Gustavo Gilli do Brasil, 1976.

PORTINARI, D. *Queerizar o design*. Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Edição especial Seminário Design.Com, Outubro 2017. pp. 1-19.

PRECIADO, P. B. Basura y género. Mear/cagar, masculino/femenino. In *El museo apagado pornografía, arquitectura, neoliberalismo y museos* (pp. 1-3). Buenos Aires: Malba, 2017,

PRECIADO, P.B. *Multidões queer: Notas para uma política dos anormais*’. Estudos feministas. Florianópolis. 2017.

PRECIADO, P.B. *Qui défend l’ enfant queer?* Libération. 2013

PRECIADO, P. B. *Quem defende a criança queer?* Revista Jangada: crítica, literatura, artes, Viçosa, jan./jun. 2013.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: políticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RIBEIRO, D. *Lugar de Fala. Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaraí, 2021.

RODOVALHO, A. M. Cis By Trans. Revista Estudos Feministas [online]. 2017, v. 25, n. 1, pp. 365-373

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas, n. 5, p. 17 – 44, 2010.

SERANO, J. Whipping Girl FAQ on cissexual, cisgender, and cis privilege. 2009. Tradução disponível em: <http://bit.ly/serano2009trad> .

SOUZA LEITE, João de. O discurso do design gráfico como polifonia. Estudos em Design, v. 5, n. 1, p. 59-68, 1996.

SPARGO, T. Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pósseculares. Tradução: Heci Regina Candiani; posfácio de Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VERGUEIRO, V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016.

WITTIG, M. O pensamento hétero e outros ensaios. Editora: Autêntica; 1ª edição, 8 abril 2022.

ZAMBONI, J. Proposições para se pensar a criança bicha. VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO. ABEH e a construção de um campo de Pesquisa e Conhecimento: Desafios e potencialidades de nos re-inventarmos. 2017.

ANEXO A – Análise sobre cronologia das ementas e suas ligações

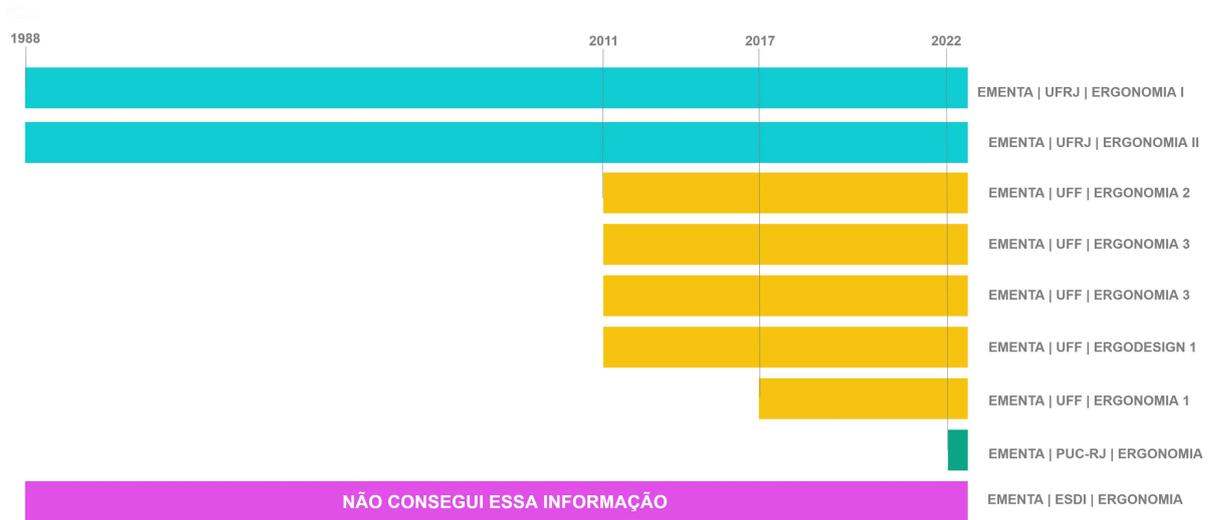


Figura 18: Tempo de quando foram aprovadas até a o momento atual
 Autoria própria

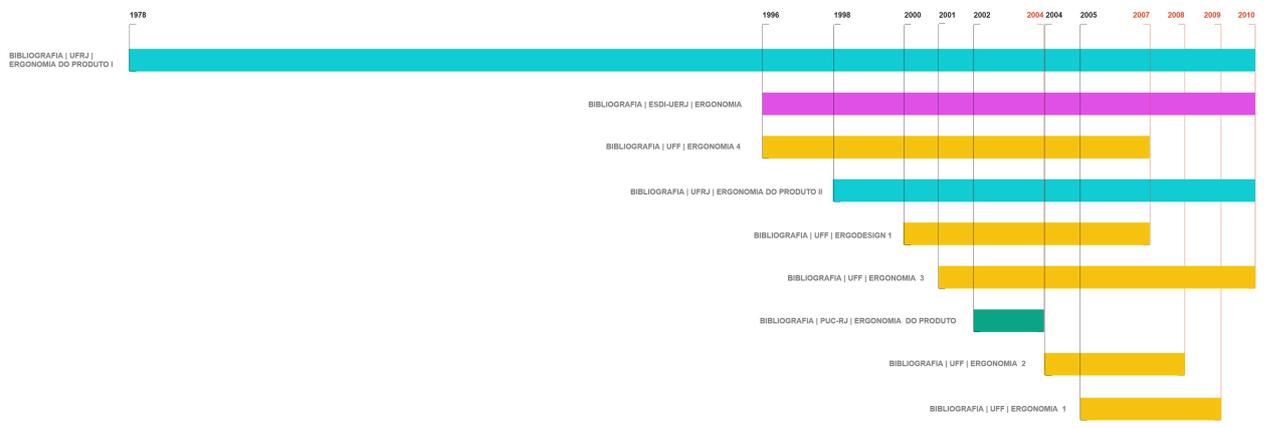


Figura 19: Cronologia do uso da bibliografia mais antiga até a atual
 Autoria própria



Figura 20: Cronologia do uso da bibliografia complementar mais antiga até a atual
 Autoria própria

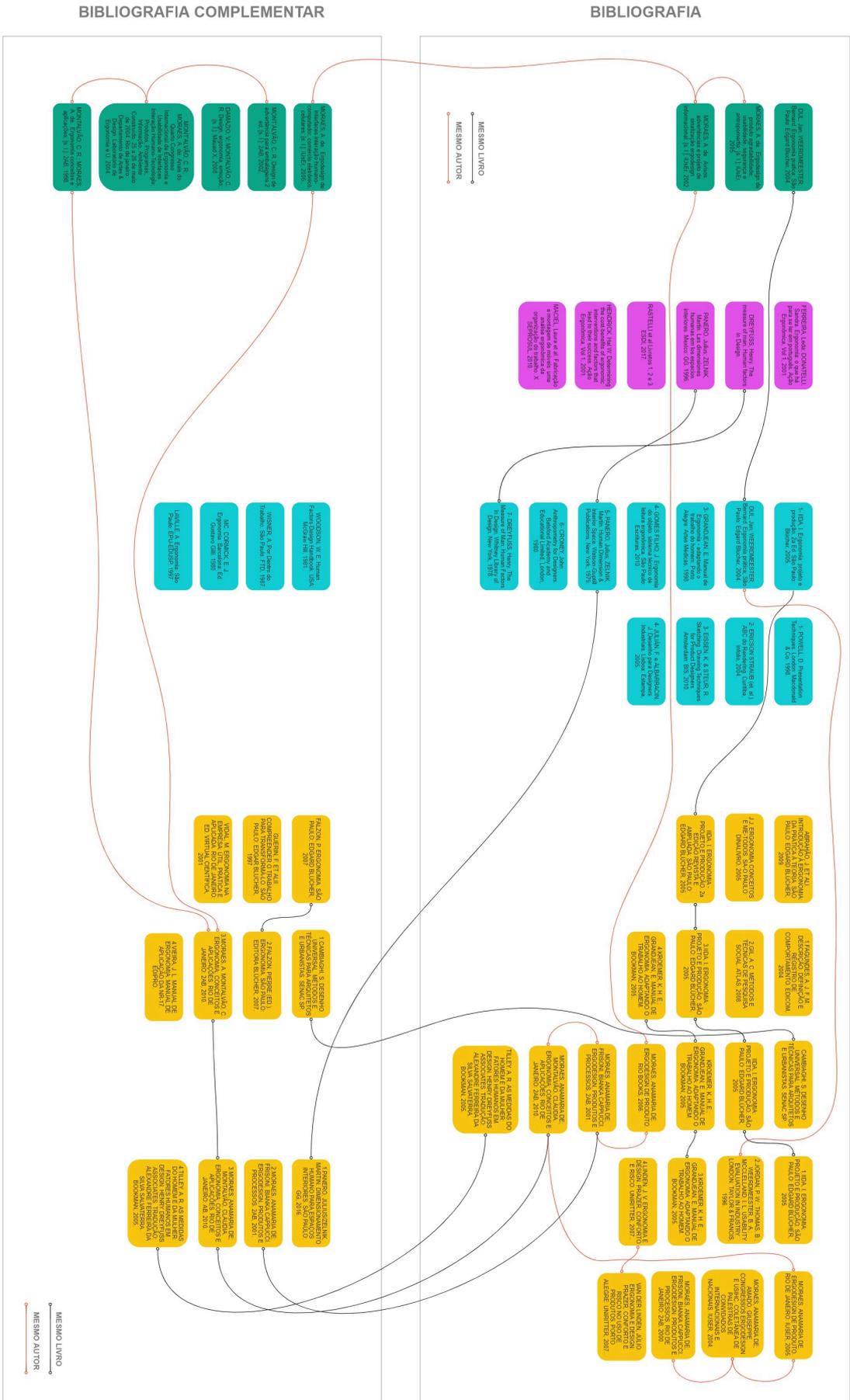


Figura 21: repetição de autores e bibliografias entre as ementas
Autoria própria

ANEXO B – Porcentagem detalhada de cada instituição sobre questões de localização, gênero e raça

PUC | ERGONOMIA DO PRODUTO

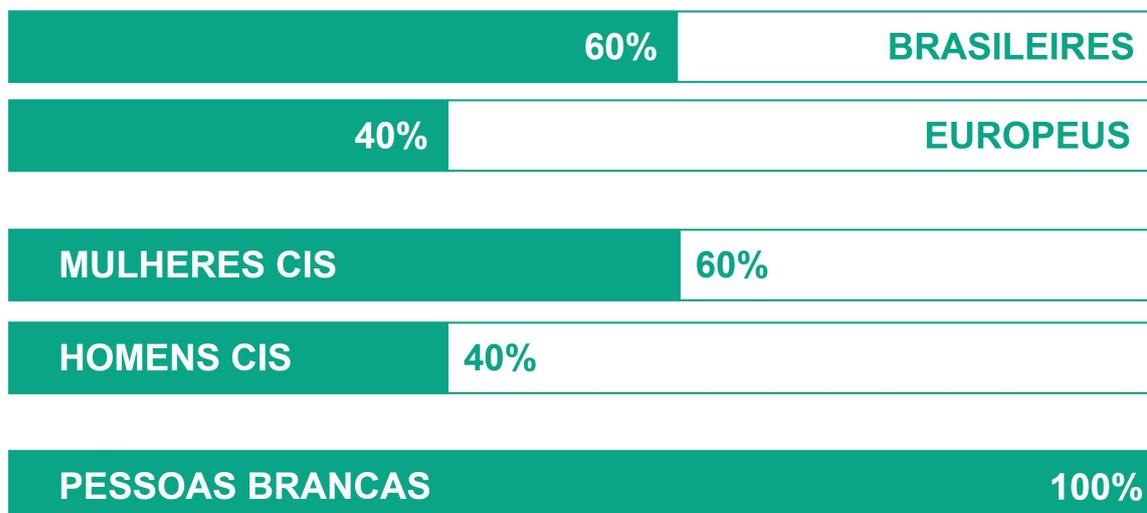


Figura 23: Percentual PUC-RJ.
Autoria própria

ESDI-UERJ | ERGONOMIA

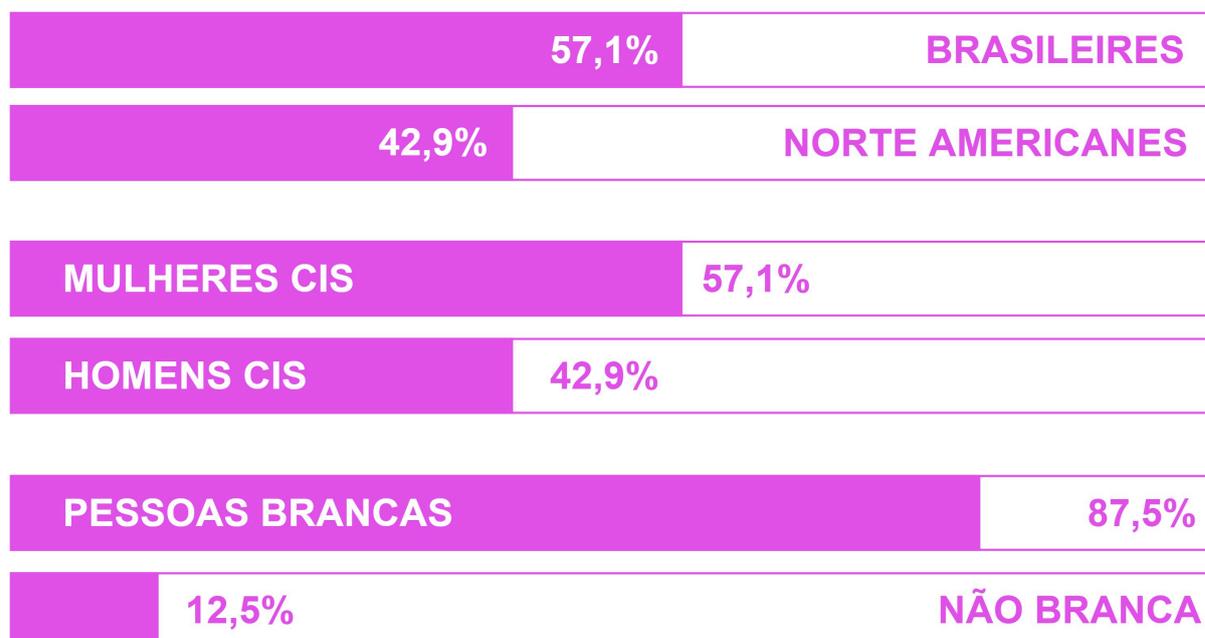
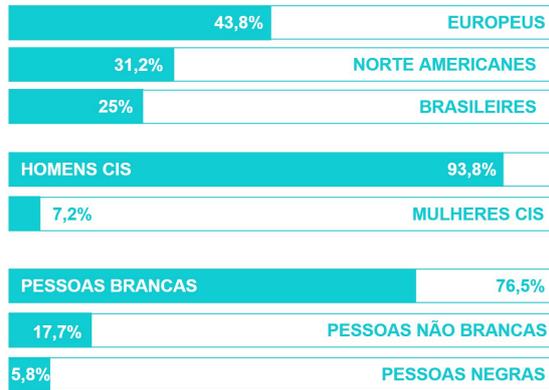


Figura 24: Percentual ESDI/UERJ
Autoria própria

UFRJ | ERGONOMIA DO PRODUTO I E II



UFRJ | ERGONOMIA DO PRODUTO I



UFRJ | ERGONOMIA DO PRODUTO I

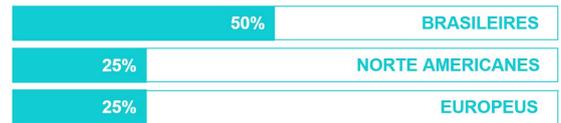
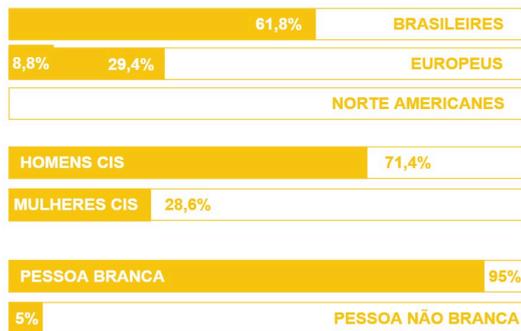
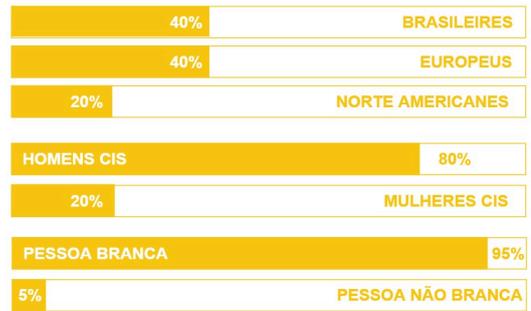


Figura 25: Percentual UFRJ.
 Autoria própria

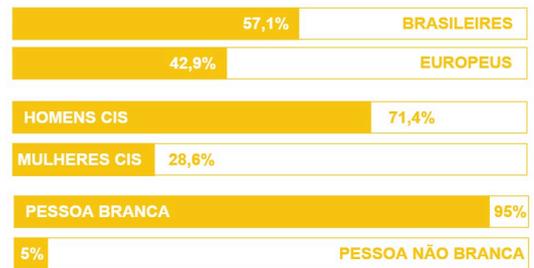
UFF | ERGONOMIA 1, 2, 3, 4 E ERGODESIGN 1



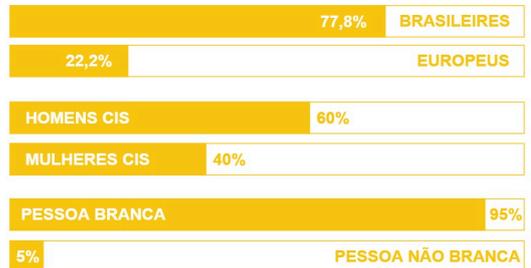
UFF | ERGONOMIA 1



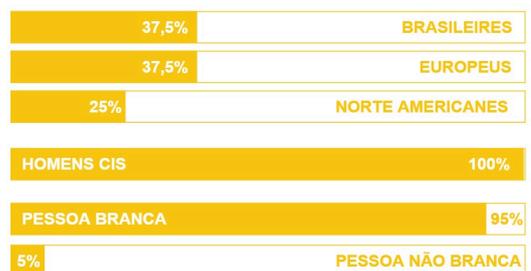
UFF | ERGONOMIA 2



UFF | ERGONOMIA 3



UFF | ERGONOMIA 4



UFF | ERGODESIGN 1

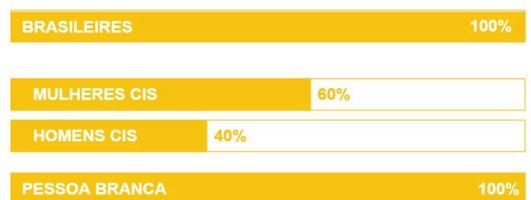


Figura 26: Percentual UFF
 Autoria própria